Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 – Série VII – N.º 718
1 de Outubro de 1987
Preço: 50$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

Nada justifica o novo aumento dos combustíveis decretado pelo Governo

1. Pela segunda vez no decorrer de 1987, o Governo do PSD anunciou novos aumentos do preço dos combustíveis.

2. Segundo as «razões» tornadas públicas pelo Governo, a decisão seria justificada pela necessidade, por um lado, de conter o aumento do consumo da gasolina — verificado no 1.º semestre de 1987 — e, por outro lado, de compensar o aumento no preço do petróleo verificado nos últimos meses.
Estes argumentos carecem porém de qualquer fundamentação séria, não resistindo a uma análise minimamente rigorosa das *próprias «razões» invocadas pelo* Governo.

3. Na verdade, o preço das ramas de petróleo bruto continua a ser inferior, em escudos, à estimativa que serviu de base à fixação do preço de venda a público no início de 1987.
Por outro lado, é significativo — e contraditório com a própria argumentação do Governo — que os maiores aumentos relativos se verifiquem nas classes de combustíveis (fuel-óleo, gasóleo, etc.) que constituem matérias-primas quer para a indústria quer para a produção de energia, enquanto que os aumentos relativos da gasolina se ficam por cerca de metade daqueles.

4. Estas decisões, tal como as outras já anunciadas pelo Governo depois das eleições (cortes em consumos populares, restrições na concessão de créditos, limitações a aumentos salariais, redução de despesas públicas com serviços sociais), evidenciam que a preocupação e objectivo do Governo não é depois das eleições, como já não era antes, satisfazer melhor as necessidades de melhoria das condições de vida dos portugueses.

5. Os aumentos agora decretados nos preços do fuel-óleo e do gasóleo irão provocar, entre outras consequências, aumentos nos custos das empresas públicas produtoras e distribuidoras de energia e de transportes públicos. O PCP reclama que daí não venham a resultar novos aumentos de preços no consumidor, compromisso que, aliás, o Governo assumiu quando anunciou o seu último «pacote» de aumentos, no início de 1987. Para tanto, é indispensável que o Governo proceda à compensação das referidas empresas públicas pelos custos adicionais suportados, aumentando as correspondentes indemnizações compensatórias bem como promovendo a actualização do subsídio de gasóleo concedido à agricultura.

28 de Setembro de 1987

A SIP DO PCP

O Presidente da República Popular de Angola e do MPLA-PT, camarada José Eduardo dos Santos recebido fraternalmente pelos trabalhadores da Sorefame

VIVA A REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

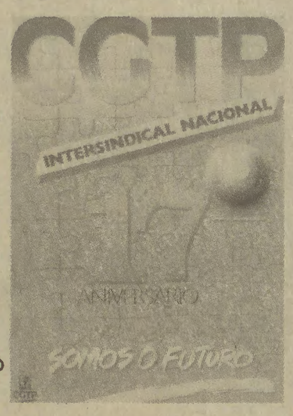
Págs. 1, 2 e 3 / **Em Foco**

Comício e romagem em homenagem a Caravela e Casquinha, trabalhadores caídos em defesa da Reforma Agrária

Álvaro Cunhal no comício do Escoural:

«A força do PCP é o principal baluarte da resistência à direita e da defesa de Abril»

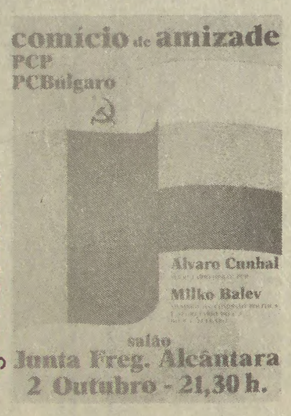
Págs. 1, 2 e 3 / **Semana**



Págs. 6 e 7 / **Em Foco**

Política de sucata na Siderurgia Nacional

Pág. 4 / **Semana**



Pág. 6 / **Semana**

Editorial

Avante!
Ano 57 – Série VII
N.º 718
1 de Outubro de 1987
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Nova situação – novas exigências de luta

Tomar consciência das situações novas, dos novos problemas que colocam, dar-lhes a resposta adequada é uma tarefa indeclinável e inadiável do movimento operário, popular e democrático.

A classe operária industrial e agrícola, força mais dinâmica da sociedade portuguesa actual; os trabalhadores intelectuais, os dos serviços, os da função pública; os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais; as classes, camadas e sectores intermédios da nossa população, todos os portugueses de modestos recursos que vivem do seu trabalho e de uma forma mais exigente todos os democratas fiéis aos ideais e à mensagem do 25 de Abril, se encontram hoje numa fase da vida nacional em que é imperioso reflectir e agir de modo consequente e a tempo.

Uma nova realidade política cujo alcance não foi ainda medido em toda a sua extensão e complexidade saiu das eleições de 19 de Julho.

Já o dissemos mas não é de mais repetir: com a derrota das forças democráticas a direita restauracionista viu consolidado o seu domínio parcial do Poder através da conquista, pelo seu principal partido — o PSD — da maioria absoluta da Assembleia da República e do controlo absoluto do Executivo governamental.

Alterou-se de maneira substancial o quadro político-parlamentar saído das eleições de 6 de Outubro de 1985 que tinha aberto pela primeira vez nos últimos onze anos uma possibilidade histórica de mudar o rumo da política nacional e de criar uma alternativa verdadeiramente democrática à longa hegemonia da direita no Poder. A vitória eleitoral da direita provocou além disso um sensível deslocamento de forças políticas no plano eleitoral num sentido desfavorável ao regime democrático e a Portugal de Abril.

Mas inverter no mais curto prazo possível este processo, refazer as condições para o fortalecimento e a unidade do regime democrático, é também uma necessidade histórica, uma exigência política e uma possibilidade real ao alcance das forças democráticas portuguesas.

É imperioso tomar consciência da gravidade dos perigos que ameaçam o regime democrático, o bem-estar dos portugueses e a própria independência nacional e é urgente impulsionar a resistência do povo, dinamizar e conjugar a luta de massas e a luta institucional, reactivar a luta política nas diversas frentes, determinar as formas de acção de acordo com as mudanças ocorridas.

Os objectivos do plano contra-revolucionário pela primeira vez formulados em letra de forma e calendarizados no acordo PS/PSD de Julho de 83, foram agora repostos em condições mais perigosas sob a direcção sem partilha do PSD que conta com as transigências e cumplicidades do PS para os levar avante. A filosofia do poder e a prática tradicional da direita governante são conhecidas.

São também conhecidos os objectivos programáticos do Governo actual, os seus propósitos restauracionistas imediatos enunciados por Cavaco Silva na sua célebre entrevista ao órgão da alta finança inglesa «Financial Times». Neste capítulo nada de novo.

Porém, ao conhecimento teórico dos objectivos e intenções de Cavaco Silva e do móbil restauracionista que os determina, acrescenta-se já a prática política destes primeiros dois meses do remodelado Governo PSD após as eleições de Julho.

As promessas eleitorais de melhoria das condições de vida do povo feitas por Cavaco Silva começam a cair pela base e a revelar com novos e irrefutáveis factos a índole antipopular do Governo PSD. Os portugueses que iludidos deram a Cavaco Silva o voto da maioria absoluta começam a estar em condições de verificar por si próprios a mentira das promessas e a natureza demagógica dos benefícios eleitoralistas concedidos pelo Governo Cavaco Silva durante a campanha eleitoral, começam a interrogar-se sobre o valor das palavras e dos actos da direita governante.

Os factos falam por si:

Logo que tomou posse o Governo Cavaco Silva reactivou o processo de concentração e centralização do capital e sobretudo de acumulação capitalista à custa da exploração agravada dos trabalhadores e das restantes camadas pobres e médias da população portuguesa.

Foi agravado o regime de pensões e reformas, as promessas de solução do drama dos salários em atraso ficou em águas de bacalhau e mantém-se em toda a sua gravidade. O custo de vida não pára de subir, a taxa de inflação e o aumento dos preços referidos pelo Governo não têm relação com a realidade objectiva, os números oficiais escamoteiam sectores da despesa familiar tão sensíveis como o das rendas de casa.

O aumento neste fim-de-semana dos combustíveis reveste-se de um cinismo emblemático da natureza do Governo. Portugal que como o conjunto de países da CEE não é um produtor de petróleo, tem os combustíveis mais caros da Europa. Alterações dos preços no mercado internacional que levam, por exemplo, a Espanha a baixar três vezes num ano o preço dos combustíveis são factores que, na cínica explicação do ministro Mira Amaral, justificam em Portugal um segundo aumento dos preços no mesmo decurso de um ano.

O Governo Cavaco Silva/PSD propõe-se continuar a encher o seu «saco azul» à custa do diferencial dos preços internos e externos. Uma das consequências imediatas deste aumento dos combustíveis vai ser, como tem sido comprovado, novos aumentos em cadeia dos preços dos artigos e serviços de primeira necessidade, de novos agravamentos nas condições de vida do povo.

O Governo depois das indiscriminadas restrições ao crédito no último mês de Agosto — que afectou sectores elementares da actividade e da vida dos cidadãos que nada têm a ver com os aumentos sumptuários do consumo — acaba de dar um novo golpe nas camadas populares mais carentes com o encarecimento dos créditos para a compra de habitações.

Os serviços de saúde tornaram-se mais inacessíveis aos pobres e remediados, a reestruturação dos serviços hospitalares está a levar à desaparição de serviços e cuidados médicos essenciais em vários Hospitais Regionais (como é o caso de Tomar), ao desemprego e à não ocupação de centenas de jovens médicos.

Os comunistas não são profetas da desgraça, baseiam as suas conclusões e previsões na análise objectiva e científica da realidade política, económica e social e o seu desenvolvimento.

E é com base neste rigor que o PCP alerta os trabalhadores e as camadas intermédias da população para o quase certo agravamento das condições de vida da população, para novas medidas do Governo atentatórias do bem-estar do povo em perspectiva.

Com o aproximar da abertura dos trabalhos parlamentares vai intensificar-se a ofensiva nos planos legislativo e executivo das forças interessadas no regresso dos monopólios e na reconstituição dos latifúndios, na destruição e desfiguração do regime democrático, do crescente enfeudamento de Portugal ao capital estrangeiro e ao imperialismo. Em alargada escala vai intensificar-se a ofensiva no plano institucional através da tentativa de revisão antidemocrática da Constituição.

O PSD negoceia já com dirigentes do PS a revisão constitucional no mais breve prazo na presente sessão legislativa. Primeiro projectada para Novembro, mas agora já falada a sua antecipação para Outubro, o PSD propõe-se entregar na AR o seu projecto de revisão — o que imporá aos restantes partidos que se propuserem apresentar os seus projectos o prazo de um mês para a sua entrega. A direita tem pressa na sua corrida para a destruição da barreira constitucional à ofensiva do grande capital e das multinacionais.

O Governo Cavaco Silva fomenta cumplicidades no seio do PS — indispensável a uma revisão constitucional dirigida pelo partido maioritário governante — para a aceitação dos seus postulados constitucionais restauracionistas destruidores do carácter democrático da nossa Lei Fundamental.

Não é destituído de significado que no seio do PS se intensifiquem no momento presente as pressões da sua ala mais conservadora que sob a cortina de uma crítica às incongruências reais da sua vacilante direcção actual pretende empurrar ainda mais o partido para uma atitude de conciliação com a direita em matéria de revisão constitucional.

Gonelha, antigo ministro do Trabalho que tudo fez para agravar a política e a legislação laboral, membro da Trilateral onde ombreia com os Rockeffeler, os Carlucci, os Lucas Pires & C.ª, actual gestor da Petrogal — empresa pública que é um dos alvos da ofensiva de reprivatização do sector nacionalizado da direita restauracionista e onde hoje pontua o anterior ministro do Negócios Estrangeiros — Gonelha, é, significativamente, o homem que à sua volta polariza a dessorante ofensiva ideológica no seio do PS.

Os democratas mais conscientes — os comunistas, socialistas, independentes de esquerda — todos os que se mantêm fiéis ao regime democrático e ao 25 de Abril têm sobre si uma inalienável responsabilidade.

É exactamente um dos momentos em que desprezar o secundário e eleger o fundamental se impõe para uma necessária aglutinação, um necessário diálogo, uma activa convergência das forças democráticas.

Os comunistas reafirmam nas propostas e na prática a sua disponibilidade para uma acção comum em defesa do regime democrático e das conquistas democráticas da Revolução de Abril.

À classe operária industrial e agrícola que suporta o peso maior da ofensiva de classe do grande capital cabe o papel principal na travagem e na inversão do processo restauracionista da direita governante.

A exploração agravada dos trabalhadores, a tentativa de esbulhamento dos seus direitos e garantias sociais, a criação de um quadro legal que institucionalize a completa insegurança no emprego, os projectos de redução acelerada dos salários reais, os sinistros intentos de destruição da Reforma Agrária, exigem o reforço e o alargamento da unidade da classe operária, do seu movimento sindical unitário, das suas diversas organizações de classe.

Quebrar a unidade dos trabalhadores, alargar brechas de divisionismo no seio da classe operária é hoje um dos objectivos principais da direita restauracionista, do grande capital, dos colaboracionistas da UGT.

Uma nova situação foi criada, novas formas de luta e de intervenção dos trabalhadores no processo anti-restauracionista e antimonopolista se colocam ao mundo do trabalho. É imperioso encará-las com objectividade.

O Partido Comunista Português, instrumento político da classe operária portuguesa e seu principal componente ideológico, mobiliza para o enfrentamento desta nova realidade todas as suas forças, experiência e energias.

Resumo

23
Quarta-feira

A revista espanhola «Câmbio 16», afirma que prosseguem os «contactos informais» entre o Governo português e a administração dos EUA com vista à eventual utilização da Base Aérea de Beja para estacionamento dos 72 «F-16» actualmente estacionados em Torrejón de Ardoz ■ Os ministros da Informação dos cinco países de língua oficial portuguesa, reunidos em Bissau, condenam a proliferação, sobretudo em Portugal, de informações tendenciosas sobre aqueles países ■ O Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico ordena ao Irão que encerre os seus gabinetes de procuração militar em Londres ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros de Israel e da

URSS reúnem-se em Nova York para examinarem questões de interesse bilateral e a possibilidade de uma conferência de paz no Médio Oriente ■ Pais e encarregados de educação dos alunos da Escola Preparatória de Corroios recusam a abertura das aulas, por considerarem não haver condições de segurança em instalações construídas para 3 anos e a funcionar há 16 ■ Portugal bate a Suécia por 1-0 em jogo a contar para o Campeonato Europeu de futebol.

24
Quinta-feira

Os representantes do PSD na Assembleia Municipal de Lisboa impedem a aprovação por aquele órgão de uma saudação ao presidente da República Popular de Angola, proposta pelo PCP ■ O Instituto Nacional do Consumidor publica um inquérito segundo o qual mais de ciquenta por cento dos consumidores se sentem «enganados» na prestação de serviços. A assistência médica, a electricidade e os transportes foram os sectores mais contestados com 40, 30,5 e 28,5 por cento dos inquiridos ■ Inicia-se em Pyongyang uma conferência internacional «pelo desarmamento nuclear, paz e solidariedade anti-imperialista na Ásia e no Pacífico» ■ O Partido da Frente Liberal anuncia a retirada do seu apoio ao governo do presidente brasileiro José Sarney, dando origem a uma grave rotura na Aliança Democrática constituida há 3 anos ■ No estuário do Tejo, em Lisboa, realizam-se exercícios simulados de salvamento para comemorar o Dia Mundial do Mar.

25
Sexta-feira

O Presidente da República, Mário Soares, oferece uma recepção ao corpo diplomático acreditado em Portugal para «assinalar a entrada do novo ano político» ■ Segundo o Sindicato dos Professores da Zona Sul cerca de dois mil alunos de escolas preparatórias e secundárias do Algarve não começaram ainda as aulas ■ O presidente Reagan garantiu que a sua administração vai continuar a fornecer ajuda aos rebeldes anti-sandinistas, pese as «inevitáveis complicações» inerentes ao processo de paz na América Central ■ Em França nenhum dos matutinos se publica devido a uma greve de tipógrafos convocada pela CGT depois de confrontos entre estes e a polícia em Le Mans ■ O coronel Sitiveni Rabuka, que em Maio último derrubou o governo eleito nas ilhas Fidji, assume de novo o poder após novo golpe de Estado.

26
Sábado

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármores e Madeiras do distrito de Lisboa apela aos trabalhadores da Icesa para pedirem a alienação o património social da empresa. Os 350 trabalhadores não recebem salários há seis meses ■ Rebenta mais uma caixa de distribuição da EDP em Lisboa. É o sexto rebentamento do género em poucas semanas ■ Fontes militares moçambicanas anunciam que pelo menos 38 pessoas foram assassinadas e 64 ficaram feridas num ataque da Renamo à vila de Zavala, na província de Inhambane.

27
Domingo

O presidente da República Popular de Angola chega a Lisboa em visita oficial ■ Um decreto do Governo Cavaco Silva aumenta os combustíveis entre 2,9 e 9 por cento ■ No Escoural, durante um comício de evocação de José Caravela e António Casquinho, Álvaro Cunhal afirma que «a força do PCP é o principal baluarte

da resistência à direita e da defesa de Abril» ■ Assinala-se o Dia Mundial do Turismo ■ O primeiro metropolitano do continente africano é inaugurado na capital do Egipto. A primeira fase do *metro* do Cairo, apesar da inauguração, só ficará concluída em 1988 e inclui 23 estações.

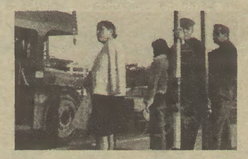
28
Segunda-feira

A convite do Comité Central do PCP, uma delegação do Partido Comunista Búlgaro (PCB) chega a Portugal para uma visita de seis dias. A

delegação dos comunistas búlgaros é dirigida por Milko Balev, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCB e do Conselho de Estado da Bulgária ■ Os 16 países da NATO e os 7 do Tratado de Varsóvia retomam em Viena as conversações sobre a definição de um mandato de negociação no domínio do desarmamento convencional da Europa ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS inicia em Brasília uma visita oficial a vários países da América Latina ■ É inaugurada a Assembleia Paritária ACP-CEE, composta por representantes dos 66 Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e igual número de deputados do Parlamento Europeu e convidados ■ Ex-oficial da Gestapo e das SS, Henry Schmidt, 74 anos, é condenado, em Dresden, a prisão perpétua por crimes múltiplos cometidos contra a Humanidade durante a Segunda Guerra Mundial.

29
Terça-feira

A DORAM do PCP manifesta-se contra a intenção do PSD de reduzir o número de deputados da Assembleia Regional da Madeira ■ A CT da Carris afirma que as alterações no serviço nocturno em Lisboa não têm vantagens para os utentes: «das 45 carreiras que se prolongam para



além das 21.30 são cortadas 18, encurtadas 13 e só 14 se mantêm com os horários tradicionais, tendo sido criadas 4 carreiras auxiliares» ■ Regressa a Portugal uma delegação da CGTP-IN que esteve em Paris e Bruxelas e teve contactos com a CGT, a CES e a CMT ■ António Arnaut declara a «o diário» que o PS «não deve negociar isoladamente com o PSD a revisão constitucional»; considera o programa de reprivatizações do Governo «totalmente inconstitucional» ■ Vai ser alterado o sistema de crédito à habitação, por portaria que hoje seguiu para publicação no «DR» ■ O Parlamento do Peru aprova a nacionalização de dez bancos, dezassete companhias de seguros e seis instituições financeiras, culminando o processo iniciado há dois meses com uma proposta do Presidente Alan Garcia.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 5 – 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Junho: 30 413

Semana

Avante!

Ano 57 – Série VII
N.º 718
1 de Outubro de 1987
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Homenagem no Escoural

Exemplo de Casquinha e Caravela inspira luta em defesa da Reforma Agrária

***No final do comício**, integrando milhares de pessoas, a romagem ao cemitério onde se encontram as campas dos dois trabalhadores assassinados quando defendiam terras da Reforma Agrária*

Passaram no último domingo, dia 27, exactamente oito anos sobre o fatídico acontecimento. Estava-se na herdade Vale-de-Nobre, da UCP «Bento Gonçalves». Provenientes de cooperativas vizinhas, num gesto de solidariedade para com os seus companheiros, trabalhadores agrícolas afirmam no local a sua disposição em defender a legalidade. Inserido no vasto rol de agressões e arbitrariedades contra a Reforma Agrária, tratava-se de mais um roubo de terras e bens pertencentes aos trabalhadores. Chovem as provocações de arruaceiros e agrários, protegidos por um dispositivo da GNR. A tensão aumenta. Momentos depois dá-se a tragédia. Certeiras, balas assassinas são disparadas por elementos da GNR. Quatro trabalhadores tombam no terreno. Dois, não mais se levantariam. A intolerância e o ódio faziam verter de novo sobre terras do Alentejo o sangue de trabalhadores. Chamavam-se António Casquinha e José Caravela.

No domingo, no Escoural (Montemor-o-Novo), tal como vem sucedendo todos os anos desde então, a justa homenagem de quantos jamais esquecerão o seu exemplo. Uma homenagem singela que reuniu milhares de pessoas e no decorrer da qual, para além da expressão de sentida dor e luto, se repetiu, renovada, a determinação de continuar a luta em defesa da Reforma Agrária.

Reforma Agrária que seria, de resto, a presença dominante desta jornada promovida pela organização concelhia do PCP, facto evidenciado quer pelas intervenções proferidas no comício, quer pela reacção dos presentes que em elevado número se deslocaram ao Largo da República, no Escoural.

No seu discurso, o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, salientaria desde logo a importância desta realidade que emergiu nos campos do Alentejo e Ribatejo depois do 25 de Abril, afirmando nomeadamente que ela «corresponderam e continua a corresponder inteiramente às necessidades e exigências de carácter económico e de carácter social nas zonas do latifúndio».

Apreciando detalhadamente o processo da Reforma Agrária levada a cabo pelo proletariado agrícola do Sul, o dirigente comunista deteve-se depois na violenta ofensiva a que tem sido sujeita, caracterizando-a como «um regresso ao passado, a restauração do passado», circunstância que desmente, segundo disse, «todas as proclamações de "modernidade" e "desenvolvimento" de que as forças de direita constantemente falam».

Na sua importante intervenção, — a primeira efectuada num acto público depois do período de férias —, Álvaro Cunhal passou em revista as principais questões de interesse nacional do momento presente, referindo-se designadamente às novas ofensivas em curso contra o regime democrático e ao papel decisivo e único do PCP no quadro da defesa dos interesses dos trabalhadores e do País.

A anteceder a intervenção do secretário-geral do PCP interveio em nome da comissão concelhia de Montemor-o-Novo o camarada Jorge Manuel, o qual, depois de prestar homenagem aos camaradas assassinados, exigiu que seja feita justiça, reclamando nomeadamente o «julgamento daqueles que mataram dois filhos da nossa terra pelo simples facto de quererem trabalhar a terra, produzir o pão que o País precisa».

No final do comício, os milhares de pessoas presentes incorporaram-se na romagem até ao cemitério onde repousam os dois trabalhadores assassinados, local onde foram depositadas coroas de flores transportadas por representantes do Secretariado das UCPs/Cooperativas, da célula do PCP da UCP «Bento Gonçalves» e da Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP.

O Militante

N.º 148 • Setembro 1987 • Preço 40$00

neste número
«É preciso esclarecer muito e lutar muito»

à VENDA

a Talhe de FOICE

Terramoto

Ver com olhos de ver é por vezes uma tarefa difícil. E tanto mais difícil se torna quanto mais complexo é o que se vê. Pode mesmo tornar-se impossível, seja porque o objecto olhado se encontra oculto, seja porque os olhos de quem vê não estão bem abertos ou não querem ver. Ver um país, por exemplo, não é coisa fácil. Porque um país não é apenas um território; nem um conjunto de pessoas; nem a sua história; nem uma apenas das relações que se estabelecem entre as diversas componentes dessa realidade. É claro que, para uma visão de conjunto, se pode — e se deve — tomar cada um dos aspectos. Ou escolher um deles. Pode querer-se ter de um país a visão de um turista: aqui uma costa corrida de areal e de rochas, além uns pinhais, mais acima algumas montanhas, lagos, rios e outras componentes da paisagem. Mas interessarão também os hotéis, os parques de campismo e... os preços que tudo isso custa — uma relação entre quem quer ver e o que o seu bolso lhe permite. Pode querer-se ver — ou dar a ver — a política de um país — e logo percebemos que, para além dos números objectivos, há a subjectividade de quem os manipula, escolhendo-os e tomando partido.

Tudo isto para sublinhar que ver não é fácil e que há decerto numerosas desculpas e pretextos para ver mal — não só as dificuldades encontradas nas consultas oftalmológicas.

A um especialista do que quer que seja, porém, exige-se um mínimo de visão. A um jornalista, que pode não ser um especialista, exige-se também um mínimo. E no fim de contas pouco importará ao leitor a visão própria e pessoal do jornalista, mas a que ele transmite, o que ele dá a ver.

Há profissionais, entretanto, que se não embaraçam. Chegam a um aeroporto e recolhem no táxi a visão do «homem da rua» — desde que as palavras do taxista condigam com a sua opinião prévia sobre o assunto. Há mesmo a visão tipo Nuno Rocha que, por exemplo, viu Timor da janela do avião de um ministro da Indonésia e terá escrito a sua reportagem antes de tal visão lhe ter sido proporcionada.

Há, por exemplo, ainda — e aqui chegamos ao que nos suscita, «a talhe de foice», o comentário — uma certa visão «americana» da realidade portuguesa. Um tal Paul Delaney, em exclusivo DN/«New York Times» escreveu há dias sobre o consumismo dos portugueses.

Para o jornalista americano, que veio ver os portugueses, o País começa no hipermercado Continente, à saída das suas 53 caixas registadoras. E os portugueses aviam-se. E os portugueses médios são, por exemplo, o realizador António Pedro Vasconcelos e a esposa, mais a professora de música Manuela Alves com o esposo. Ambos os casais compraram que se fartaram, parece. Aparelhagens sonoras, mobílias, carros, electrodomésticos. Bom proveito lhes faça, é o único comentário que as novidades poderiam suscitar. Se... Se o jornalista não afirmasse, pegando nestes dois tão escassos exemplos: «Estes dois casais representam milhões de portugueses que participam numa nova onda de consumismo que se formou há dois anos»...

O artigo, recheado com alguns números sobre a evolução do investimento, da inflação e dos salários, regista também algumas declarações para completar esta visão americana: a de um funcionário do Banco de Portugal que afirma que o «consumo é um fenómeno novo»; a de um «americano envolvido com a economia portuguesa» que afirma que o «sector público é um verdadeiro sugadouro da economia e tem de ser reduzido, e o Governo deseja fazê-lo através da privatização»; a de «individualidades do PSD de Cavaco Silva», que «reconhecem (...) os benefícios de uma viragem económica que começou há dois anos atrás».

As visões «menos optimistas» ficam a cargo de João Cravinho, do PS, que aceita que «as coisas não parecem más», adiantando entretanto que «a situação estrutural não é assim tão brilhante», referindo de passagem os contratos a prazo e os despedimentos.

Outro funcionário do Banco de Portugal, porém, afirma que «a Bolsa de Valores ficou doida», e que «o nosso sistema financeiro desenvolveu-se rapidamente, como um terramoto, nos últimos dois anos».

Quanto a terramotos, normalmente, não se costuma falar dos palácios que poderão vir a construir-se em cima dos escombros, antes de nos preocuparmos com quem ficou lá por baixo.

A visão americana, que faz de dois casais os representantes de milhões de portugueses, esconde os muitos milhões que nem podem pagar um bilhete até ao próximo hipermercado.

■ LM

PCP

Discurso de Álvaro Cunhal

«A Reforma Agrária serviu e serve o povo, serviu e serve a democracia, serviu e serve o País»

Camaradas:

Uma vez mais aqui nos encontramos juntos no Escoural, nesta iniciativa de todos os anos, que é simultaneamente uma homenagem aos nossos mortos e uma jornada de luta.

Homenagem àqueles que caíram abatidos pelas balas assassinas das forças repressivas ao serviço da contra-revolução e abatidos apenas porque, com os seus companheiros e companheiras de trabalho, defendiam as terras e os gados que legitimamente lhes pertenciam. Homenagem justa, homenagem que no desfile que ano após ano fazemos ao cemitério comprova que os heróis caídos na luta viverão eternamente no coração dos trabalhadores.

Jornada de luta é também este nosso encontro. Porque a presença de todos nós neste encontro testemunha e comprova que não há repressão e não há crimes que afastem os trabalhadores da luta pelos seus justos direitos, que não há repressão e não há crimes que afastem os comunistas da luta permanente, firme, constante e dedicada com os trabalhadores e ao lado dos trabalhadores, sempre na defesa dos seus interesses, sempre para que sejam satisfeitas as suas aspirações, sempre com o objectivo da libertação da exploração e da opressão dos capitalistas e latifundiários.

Porque é uma homenagem prestada a camaradas mortos, este nosso encontro tem a marca de luto e de dor. Mas porque é uma jornada de luta, tem também a marca da determinação, da firmeza e da inabalável confiança em que, por muito sérias que sejam as ameaças e perigos, por difíceis que sejam os dias de hoje, a vitória final pertencerá àqueles que trabalham.

A reforma agrária, imperativo nacional

Nós aqui uma vez mais queremos afirmar que **a Reforma Agrária empreendida com a Revolução de Abril correspondeu e continua a corresponder inteiramente às necessidades e exigências de carácter económico e de carácter social nas zonas do latifúndio do Alentejo e Ribatejo.**

Há 11 anos que sucessivos governos — e lembremos a composição partidária desses governos: governo do PS sozinho, governo do PS/CDS, governo do PSD/CDS, governo do PS/PSD e agora Governo do PSD — há 11 anos que sucessivos governos, desrespeitando ostensivamente a Constituição da República e a legalidade democrática, usando e abusando do poder, usando e abusando da força e da violência, lançaram sucessivas ofensivas contra a Reforma Agrária.

Apesar da luta heróica dos trabalhadores, conseguiram roubar às UCP's/Cooperativas e restituir aos agrários mais de 700 000 hectares do total de 1 130 000 hectares de terra. Conseguiram roubar aos trabalhadores mais de 200 000 cabeças de gado, mais de 1500 tractores, mais de 1500 ceifeiras e outras máquinas de colheitas. Conseguiram liquidar mais de 200 UCP's e conduzir outras à beira da inviabilização. Conseguiram liquidar mais de 50 000 postos de trabalho.

A quem serviram estes roubos criminosos? Serviram os grandes agrários, que viram restaurado o seu domínio do tempo da ditadura fascista. Serviram os grandes capitalistas. Serviram uns tantos apaniguados.

Mas não serviram, antes causaram profundos e gravíssimos prejuízos à agricultura e à economia nacional, e um brutal agravamento das condições de vida das populações destruindo culturas, deixando campos abandonados, provocando uma baixa da produção e do efectivo pecuário, obrigando a importações mais vultuosas de produtos agrícolas, tornando Portugal ainda mais dependente do estrangeiro, e lançando de novo o desemprego, a miséria e a fome nos campos alentejanos e ribatejanos.

A Reforma Agrária serviu e serve o povo, serviu e serve a democracia, serviu e serve o País. As ofensivas para destruir e liquidar a Reforma Agrária são contra o povo, contra a democracia, contra Portugal.

Os agrários, os reaccionários, os governos ao seu serviço conduzem uma campanha de calúnias contra a Reforma Agrária. Mas nem as calúnias, nem as ofensivas criminosas para restaurar o poderio e a exploração dos agrários e capitalistas conseguiram ou conseguirão fazer esquecer **a obra grandiosa** realizada pelos trabalhadores com a Reforma Agrária. Digo obra grandiosa e não há exagero em assim dizer.

Os resultados alcançados pelos trabalhadores da Reforma Agrária constituem **uma experiência e uma lição histórica imorredoura** e não são desmentidos nem por naturais dificuldades de desenvolvimento nas novas condições, nem por casos de gestão defeituosa em virtude de falta de preparação ou de maus critérios nem mesmo por casos isolados de atitudes e actividades desonestas.

Porque é bom lembrar que, com a Reforma Agrária (e apenas referindo aspectos significativos antes das grandes ofensivas contra-revolucionárias, as culturas de sequeiro nas áreas ocupadas passaram de 85 para mais de 250 mil hectares e as de regadio de 9 para mais de 20 mil hectares, a produção de cereais passou de 90 para 240 mil toneladas, a produção total expressa em Unidade Equivalente de cereais passou de 400 para 700 mil toneladas, o efectivo pecuário passou de 80 para mais de 150 mil cabeças normais, o número de tractores de 2600 para mais de 4000 e o número de postos de trabalho de pouco mais de 20 mil para mais de 70 mil.

Com a Reforma Agrária, a agricultura no Alentejo e Ribatejo conheceu um novo e dinâmico impulso e as condições de vida dos trabalhadores, das suas famílias, dos seus filhos, conheceu uma rápida e importante melhoria.

Se os trabalhadores, sem apoio do Estado, antes defrontando as resistências e depois as violentas ofensivas de sucessivos governos, conseguiram tais resultados, é bom de ver os resultados que teriam alcançado se os governos, em vez de colocarem como objectivo subversivo da sua política a restauração dos latifúndios e do poder dos latifundiários, tivessem colocado como objectivo — na base da Reforma Agrária — o desenvolvimento agrícola, o bem-estar do povo e os interesses nacionais.

A situação da agricultura e a situação social provocada pela propriedade latifundiária e pelo poder dos agrários é uma sobrevivência de um passado de atraso, de miséria e de repressão. **A ofensiva contra a Reforma Agrária e a restauração dos latifúndios constituem um regresso ao passado, uma restauração do passado, desmentindo todas as proclamações de «modernidade» e «desenvolvimento» de que as forças de direita constantemente falam.**

Com inteiro sentido das realidades, continuamos a afirmar que **a Reforma Agrária na zona do latifúndio continua a ser um imperativo para Portugal, para o povo português, para o desenvolvimento agrícola, para a economia nacional.**

Combate às novas ofensivas

O novo Governo do PSD e de Cavaco Silva, dispondo da maioria de deputados na Assembleia da República, anuncia o plano e o projecto de liquidar o regime democrático saído da Revolução de Abril e consagrado na Constituição da República apesar de que a Constituição, que continua em vigor e é a lei fundamental do País, obrigatória para todos a principar pelo Governo.

Estamos certos de que **a maioria dos portugueses e portuguesas que votaram no PSD não têm uma ideia exacta de quais são os planos do Governo e de quais vão ser os resultados e consequências da sua actuação.**

Porventura os trabalhadores que votaram no PSD terão conhecimento e consciência de que o Governo se propõe efectivamente intensificar a exploração dos trabalhadores, reduzir os salários reais, facilitar ainda mais os despedimentos, reduzir e adulterar a contratação colectiva, limitar os direitos sindicais para que os trabalhadores percam a sua capacidade de resistência organizada à exploração capitalista e defendam os seus justos direitos?

Porventura todos os pequenos e médios agricultores, terão conhecimento e consciência de que a política agrícola do novo Governo do PSD e de Cavaco Silva, não só (como já anunciou) visa roubar os baldios aos povos e tornar insustentável a situação dos rendeiros, como conduzirá à completa ruína milhares e milhares de pequenos e médios proprietários, rendeiros e seareiros?

Porventura os reformados que votaram no PSD estarão esclarecidos de que, com Cavaco ou com outros governos de direita estarão condenados a reformas de miséria?

E os jovens iludidos pela demagogia de Cavaco Silva? Não será certo que com o Governo do PSD continuarão a não ter nem o seu presente nem o seu futuro assegurados?

Por ventura todos aqueles que votaram no PSD terão conhecimento e consciência de que o objectivo fundamental do Governo no que respeita à banca, aos seguros, à indústria, aos transportes, ao comércio, é entregar aos grandes capitalistas todos os sectores e empresas nacionalizadas que têm lucros, ficando para o Estado as que dão prejuízos? E que procurará assim restaurar em Portugal o poder sobre toda a nossa economia daqueles grandes capitalistas que, apoiados na repressão e no terror da ditadura salazarista e marcelista, exploraram e oprimiram o povo durante 48 anos?

Porventura os pequenos e médios industriais e comerciantes terão consciência de que a política do Governo é também para muitos a ruína e a falência?

Terão todos os portugueses consciência de que a política do Governo, submetendo os interesses nacionais aos interesses dos outros países da CEE, significará, não o desenvolvimento da nossa economia, da nossa indústria, da nossa agricultura, das nossas pescas e da nossa sociedade segundo os interesses nacionais, mas o seu sacrifício a interesses estrangeiros?

Porventura todos os que votaram no PSD terão conhecimento e consciência de que o Governo se propõe alterar e subverter o regime democrático com as mais variadas medidas, incluindo novas leis eleitorais que lhe garantam continuar no poder mesmo

PCP

quando, em novas eleições, o povo já esclarecido votar contra ele?

É necessário que o povo português tome consciência de que, como consequência do resultado das eleições de 19 de Julho, é o regime democrático, o bem-estar do povo e a independência nacional que estão em perigo.

É nesta ofensiva geral contra o regime democrático que se insere também a ofensiva que o Governo anuncia contra a Reforma Agrária, e cuja aplicação caberá ao ministro Barreto, bem conhecido pelas suas decisões e práticas ilegais e escandalosas.

Não se conhecem ainda os projectos do Governo de novas leis agrárias. Mas é de prever que pretende continuar a entregar reservas ilegais, a executar penhoras, a leiloar e a entregar terras aos agrários, num regabofe de roubos e espoliações.

E haverá ainda alguém que acredite na promessa da distribuição de terras aos pequenos agricultores? Não está em fresca memória o facto de que em tempos Cavaco Silva, como Primeiro-Ministro, foi a Odemira entregar pessoalmente terras a 25 rendeiros de terras do Estado e que há pouco esses mesmos rendeiros foram notificados pelo Governo do mesmo Cavaco para saírem das terras a fim de que estas sejam entregues aos agrários?

Na Assembleia da República, os deputados comunistas fizeram recentemente esta acusação ao Governo que não respondeu a ela. Mas as verdades são verdades. E por muitas mentiras que diga o sr. Primeiro-Ministro, por muito que queria impor o silêncio àqueles que dizem as verdades ao povo, **a verdade acabará por vencer.**

Os trabalhadores, designadamente os trabalhadores da Reforma Agrária, estão sem dúvida confrontados com uma nova situação, que têm de considerar em todos os seus aspectos para decidirem que fazer, como trabalhar, como agir, como lutar.

Está marcada para os dias 24 e 25 de Outubro a realização da XI Conferência da Reforma Agrária na qual os trabalhadores analisarão em profundidade a situação e tomarão certamente decisões de grande alcance.

Um coisa quero aqui desde já garantir-vos: **o PCP continuará como sempre a estar com todas as suas forças e energias ao lado dos trabalhadores, na defesa dos seus interesses e direitos, na luta em defesa de todas as conquistas democráticas da Revolução de Abril, na luta em defesa da Reforma Agrária que mereceu e continua a merecer o nome de «a mais bela conquista da Revolução».**

O caminho da Reforma Agrária, o caminho da emancipação social, de libertação dos trabalhadores da exploração dos capitalistas e agrários é um longo e difícil caminho. Só lutando com coragem e confiança se pode assegurar a vitória. Por isso não capitulamos. Por isso a luta continua.

O único partido dos trabalhadores e com os trabalhadores

É necessário ter sempre presente um dos traços característicos da situação política portuguesa nos últimos 11 anos: — que a ofensiva permanente e conjugada contra os trabalhadores, contra o regime democrático, contra a Reforma Agrária e as outras conquistas democráticas de Abril é simultânea da ofensiva permanente e conjugada contra o Partido Comunista Português.

Porquê este ódio cego e este combate feroz contra o PCP? Porquê, caluniando e mentindo, se voltam contra o PCP os partidos da direita e todas as forças reaccionárias? Porque concentram os seus ataques contra o PCP? Porque, entre as forças políticas, o PCP é praticamente o único alvo da fúria antidemocrática do Governo e de todas as forças reaccionárias?

A razão não é um mistério. A razão é simples e compreensível.

A razão é que, **na vida política portuguesa, o PCP é o grande partido dos trabalhadores, é praticamente o único partido dos trabalhadores, é praticamente o único partido que faz frente com firmeza à reacção e à exploração capitalista, é o único partido que está sempre com os explorados e oprimidos, é o único grande partido que defende o regime democrático instaurado com a Revolução de Abril e as suas grandes e históricas conquistas, é o único partido que se ergue sem vacilações e com coragem em defesa do povo e da Pátria.**

Daí esse ódio e essa guerra constante e conjugada contra o PCP.

Dizemos **o único** grande partido que defende os interesses do povo e da Pátria e ninguém o pode contestar.

Temos insistido e continuamos a insistir na necessidade da unidade de todos os trabalhadores e das massas populares na luta pelos seus justos direitos. Temos insistido e continuamos a insistir na necessidade do entendimento e da unidade de todos os democratas, porque consideramos que, além do PCP, há outros partidos democráticos.

Mas qual a atitude dos outros partidos democráticos? Que pode o povo esperar deles? Qual a política que defende o PS? Que pode o povo esperar dele?

A verdade é que **o PS, faltando às promessas eleitorais, em vez de se colocar contra a política do Governo, insiste na sua atitude de colaboracionismo com a direita, na sua política contra os trabalhadores, contra a Reforma Agrária e as outras conquistas de Abril.**

A verdade é que **o PS, em vez de unir as suas forças às do PCP para combater o Governo e a direita, une as suas forças às do Governo e da direita para combater o PCP.**

Mesmo agora, ante o perigo que representa o novo Governo com a maioria dos deputados na Assembleia da República, a direcção do PS insiste nessa mesma aliança com a direita e, segundo as declarações dos seus máximos dirigentes, procura acordos políticos com o PSD e com o Governo para a revisão da Constituição e a subversão do regime democrático.

Não somos só nós, os comunistas que o dizemos. Como tem sido noticiado, muitos militantes do PS acusam a atitude da direcção do PS de colaboração com o Governo de Cavaco Silva, faltando à promessa feita na campanha eleitoral de firme oposição a Cavaco, e ao PSD.

***Muitas centenas de pessoas** passaram pelas campas de Casquinha e Caravela, prestando-lhes homenagem oito anos após a sua morte*

Compare-se a atitude do PS com a atitude do PCP.

A grande verdade da situação política actual no nosso país, verdade que dia a dia os factos confirmam, é que **o Partido Comunista é o único grande partido de oposição à política do Governo PSD de Cavaco Silva, à ofensiva dos grandes capitalistas, dos grandes agrários e do imperialismo estrangeiro contra o nosso povo e a nossa pátria.**

A luta em defesa da liberdade e das outras grandes conquistas de Abril, da democracia, dos interesses populares, da independência nacional, tem necessariamente que desenvolver-se tendo o PCP como força política principal, impulsionadora e aglutinadora.

Não se trata de propaganda, camaradas e amigos. Trata-se, como digo, de **uma realidade que a vida comprova dia a dia.**

No reforço do PCP estão interessados não apenas os comunistas, mas todos os trabalhadores, todos os democratas, porque **a força do PCP é o principal baluarte da resistência à direita e da defesa de Abril.**

O povo poderá sempre confiar no PCP

É curioso notar como os inimigos do nosso partido se mostram tão expectantes e se dizem tão esperançados no que chamam uma futura «renovação» do PCP.

A ouvi-los, dir-se-ia que estão interessados em que o PCP seja cada vez mais forte e influente.

Que dizem eles, então?

Se o PCP continuar a sua linha de orientação (dizem os reaccionários e dizem também os dirigentes do PS), o PCP está condenado a ser cada vez mais fraco. Mas poderá fortalecer-se, poderá reforçar-se (dizem eles), poderá ter uma mais larga intervenção na vida política nacional desde que abandone as suas posições e a sua política.

O que desejariam eles, afinal?

Desejariam que o PCP deixasse de ser o verdadeiro e hoje o único partido realmente dos trabalhadores, dos agricultores, do povo em geral, daqueles que sofrem a exploração e a opressão, sempre com os seus interesses, direitos e aspirações.

Desejariam que o PCP deixasse de ser um firme defensor das grandes conquistas democráticas da Revolução de Abril, como os direitos dos trabalhadores, a Reforma Agrária, as nacionalizações, o Poder Local democrático, os direitos dos pequenos e médios agricultores, da juventude, das pessoas idosas, dos deficientes.

Desejariam que o PCP deixasse de combater firmemente a reacção, a direita, os que servem os capitalistas, os grandes agrários e o imperialismo estrangeiro contra o povo português e contra Portugal.

Desejariam que o PCP deixasse de ser solidário para com os comunistas, as forças revolucionárias, os trabalhadores e os povos do mundo, para com os países socialistas e para com aqueles que se libertaram do jugo colonial.

Desejariam no fim de contas que o PCP deixasse de ser um partido comunista, um partido revolucionário — um partido que luta pela emancipação económica, social e cultural dos trabalhadores. Desejariam que, capitulando e renegando o seu passado heróico antes e depois do 25 de Abril, o PCP se tornasse um partido que não causasse quaisquer problemas aos exploradores e aos reaccionários e se tornasse, tal como o PS, um instrumento do capitalismo.

A campanha nesse sentido vem de trás, mas intensificou-se depois das eleições de 19 de Julho.

Por isso é oportuno aqui dizer ainda mais algumas palavras.

O PCP é um partido que olha as realidades, está atento às alterações da situação, aos novos acontecimentos, aos novos fenómenos e às lições da vida.

Marcámos o próximo Congresso do nosso partido para o primeiro semestre do ano próximo. Democraticamente examinaremos todos os problemas em todas as organizações do partido. Analisaremos a situação. Traçaremos a orientação. Tomaremos decisões. Manteremos o que seja de manter e modificaremos o que houver de modificar. Elegeremos os novos organismos de direcção. Mas uma coisa é absolutamente certa: **o PCP jamais será aquele partido que exploradores do nosso povo e os oportunistas de toda a espécie gostariam que fosse.**

O PCP sempre esteve, está e estará ao lado dos explorados e oprimidos, ao lado dos que sofrem o desemprego, a miséria e a fome, ao lado dos que são vítimas de injustiças e perseguições.

O PCP sempre lutou, luta e lutará em defesa dos interesses do povo e para satisfação das suas justas reivindicações.

O povo poderá sempre confiar no PCP, porque o PCP sempre esteve, está e estará ao serviço do povo.

A luta continua

Por isso, nesta hora grave, aqui estamos uma vez mais numa jornada, que é simultaneamente uma homenagem aos nossos mortos e uma jornada de luta.

E estamos aqui para dizer que **é necessário defrontar a situação com a noção dos perigos, mas com confiança na possibilidade de os conjurar.**

Confiança na possibilidade de os conjurar significa acima de tudo confiar nas próprias forças dos trabalhadores e da democracia e ter uma firme determinação de trabalho e de luta.

A situação é sem dúvida complicada. O processo contra-revolucionário está mais avançado. Há, na zona da Reforma Agrária, UCP's/Cooperativas em situações difíceis, algumas mesmo em situações muitíssimo difíceis.

Há, porém, numerosas Cooperativas com magníficos resultados, com boas produções, com máquinas, com gado, com boas perspectivas de desenvolvimento. E a maior parte das outras poderá ultrapassar as dificuldades.

Os trabalhadores têm muita força quando unidos e decididos à luta.

No momento que vivemos, **é indispensável, camaradas, reforçar todas as estruturas da Reforma Agrária.**

É indispensável que os trabalhadores reforcem a organização e a unidade dentro de cada UCP/Cooperativa assim como dos seus Secretariados.

É indispensável reforçar a unidade no trabalho e na luta dos trabalhadores da Reforma Agrária.

É indispensável reforçar a organização e a actividade de todos os Sindicatos em torno da CGTP, designadamente os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, tanto nas UCP's/ /Cooperativas como nas explorações privadas.

É indispensável **estreitar ainda mais os laços da Reforma Agrária com as populações.**

É indispensável examinar as formas de luta na nova situação e estamos certos que **na próxima Conferência da Reforma Agrária** os trabalhadores encontrarão e definirão os caminhos necessários para defenderem a Reforma Agrária.

É indispensável reforçar a solidariedade para com a Reforma Agrária.

É indispensável também (e permitam-me todos que dirija algumas palavras em especial aos meus camaradas do partido) que **todos os comunistas, ombro com ombro, unidos** (porque desunidos nada se pode conseguir), **decididos** (porque sem decisão não se luta), **sempre ligados às massas** (porque se se separa das massas o partido perde a sua força), **mobilizando as suas forças e mobilizando as massas, comprovem que o partido com as massas populares é uma firme e sólida barreira oposta às novas ofensivas da reacção.**

A luta continua. A reacção será derrotada. Portugal de Abril vencerá.

Viva a unidade dos trabalhadores!

Viva a Reforma Agrária!

Viva o Partido Comunsta Português!

Trabalhadores

Política da sucata na Siderurgia Nacional

Por trás das nuvens de pó da propaganda de Cavaco Silva assoma a realidade bem mais dura dos efeitos da política que o PSD e o seu governo levam a cabo; por exemplo, o que se tem passado na Siderurgia Nacional e na Quimigal, tal como os 287 despedimentos no Entreposto Industrial e os 2000 previstos para a SN.

Ouvem-se rumores de que o equipamento adquirido pela Siderurgia Nacional no âmbito do seu Projecto de Expansão e avaliado em 40 milhões de contos a preços de 1986 vai ser vendido por 5 milhões de contos.

A reestruturação prevista pelo conselho de gerência da Quimigal EP aponta para o despedimento de 2700 trabalhadores, quase a terça parte dos 8700 que tem hoje.

Quanto aos despedimentos no Entreposto, a solução por que o governo optou foi... o seu adiamento para depois das eleições.

De tal política nem a região de Setúbal, nem o País necessitam.

Ouvem-se rumores de que o equipamento adquirido pela Siderurgia Nacional no âmbito do seu projecto de expansão (PEPLS) e que foi avaliado em 40 milhões de contos a preços de 1986 vai ser vendido à RP da China por 5 milhões de contos — denuncia a «Folha Informativa» da célula do PCP na SN (fábrica do Seixal) no seu número de Setembro. A «Folha» considera que, a concretizar-se tal operação, ela representa «antes de tudo um duro golpe para a Siderurgia, empresa pública, e é **seguramente o maior escândalo industrial da nossa história**».

Os comunistas da SN recordam a história deste escândalo e frisam as responsabilidades que nele tem o PSD: «Em 1979 (...) foi autorizada a compra do equipamento para o PEPLS, era primeiro-ministro o Dr. Mota Pinto, do PPD/PSD. A partir de 1980 a Siderurgia Nacional endividou-se com a compra dos equipamentos, especialmente na componente estrangeira e nas terraplanagens, era presidente do conselho de gerência o eng.º Marques Videira. O desbloqueamento do financiamento da componente nacional foi travado em 1981 pelo então ministro das Finanças, João Salgueiro, do PSD».

Agora, quando se fala na possível venda do equipamento por 12,5% do seu valor a preços de há um ano (30,7% do custo inicial de 16,5 milhões de contos em 1981), é primeiro-ministro Cavaco Silva e o governo é do PSD.

Privatizar os lucros

«Então se as divisões, depois de devidamente reestruturadas e transformadas em empresas privadas irão dar lucros, não os darão também dentro da Quimigal desde que sejam geridas por gestores honestos e interessados a quem seriam pedidas responsabilidades pela sua gestão?» — pergunta o secretariado da célula do PCP na Quimigal num comunicado recente sobre a situação que esta empresa pública atravessa.

De acordo com as declarações de Cavaco ao «Financial Times», a Quimigal, juntamente com a EDP, a Siderurgia e a Setenave fazem parte do grupo de empresas públicas a privatizar numa segunda fase, depois de oferecido ao capital o banquete das «rentáveis» (cimentos, cervejeiras, tabaco, alguns bancos).

O secretariado da célula denuncia no comunicado as intenções do governo para a Quimigal EP: **«Depois de saneada económica e financeiramente será constituída uma *holding* que funcionará como 'comissão liquidatária' para o desmantelamento da empresa e onde as divisões agora existentes serão, depois de reestruturadas 'à sua maneira', transformadas em empresas juridicamente autónomas que serão de imediato entregues ao capital privado».**

A reestruturação prevista pelo conselho de gerência aponta para o despedimento de 2700 trabalhadores, quase a terça parte dos 8700 que a Quimigal EP hoje emprega. Em 1985 — lembra o secretariado da célula do Partido — a empresa tinha 10 mil pessoas ao seu serviço.

«Por que não se reestrutura a Quimigal — interroga o secretariado da célula —, como aliás é imperativo e o desejo de todos os trabalhadores, mantendo a Quimigal como empresa multidivisional, embora dando autonomia económica e financeira às suas divisões?

Não será uma salvaguarda dos nossos postos de trabalho a possibilidade da transferência dos trabalhadores de uma divisão para outra ou até para novas actividades que se poderão vir a criar se a empresa se mantiver, tais como o Projecto do Cobre e outros?».

Além dos despedimentos e das consequências que acarretam para os 2700 trabalhadores atingidos e suas famílias, as medidas do governo e dos seus gerentes na Quinigal lesam os direitos dos que conservarem (por quanto tempo?) o seu posto de trabalho, como sublinha o comunicado: «Com o desmantelamento da Quimigal terminaria o nosso acordo de empresa. E depois? E as regalias e os direitos que ao longo de tantos anos lutámos para conquistar?»

O secretariado da célula do PCP salienta que **«o desmantelamento da Quimigal não é um facto consumado»**. Mas, para levar avante as propostas dos trabalhadores para a empresa, **«temos de unir esforços em volta das ORTs, nossos representantes nesta difícil luta»**.

Despedir, sim... mas só depois das eleições

A Comissão Concelhia de Setúbal do PCP analisou a situação social no concelho «em especial os acontecimentos vividos no Entreposto Industrial». Em comunicado recentemente divulgado manifesta a sua solidariedade com «as justas posições assumidas pelos seus trabalhadores» e condena «a política do governo e da administração, que levou ao despedimento de 287 trabalhadores».

A Concelhia de Setúbal lembra que o combate ao desemprego, a melhoria das condições de vida das classes desfavorecidas e a dinamização económica da região de Setúbal foram promessas eleitorais de Cavaco Silva e do PSD. **«Mas, ao contrário do apregoado, adiou a decisão sobre o despedimento colectivo de 15 de Julho até 15 de Setembro»**.

A propaganda cavaquista e os seus chavões podem turvar a visão das realidades, mas não as alteram. Setúbal e o país necessitam de verdadeiro desenvolvimento, que só pode ser conseguido com outra política, com os trabalhadores.

Equipamento do melhor que a indústria siderúrgica mundial fabrica, adquirido há sete anos para a expansão da Siderurgia Nacional, ficou sem utilização e foi posto à venda a preços de sucata. Vale 40 milhões de contos, mas poderá ser vendido por cinco

Falsa comparação

«A crise siderúrgica mundial e a sua falsa comparação com a crise da Siderurgia Nacional» é o título de um pequeno comentário inserido também no número de Setembro da «Folha Informativa», no qual se rebatem «declarações de gestores ou governantes» tentando confundir a crise da SN com o excesso de produção de aço nos países industrializados.

Os países da CEE «dimensionaram a sua produção de aço para valores que excedem em muito o seu próprio consumo», lembram os comunistas da fábrica do Seixal da SN, citando o exemplo próximo de Espanha: produz 16 milhões de toneladas de aço e exporta 7 milhões, os **excedentes** do seu consumo interno.

Mas a Siderurgia Nacional EP não produz aço suficiente para abastecer o mercado português, pelo que «não existe qualquer semelhança entre os excedentes de aço da CEE e a necessidade de aço do mercado português».

Sindicatos protestam nos supermercados

Num protesto público recentemente emitido pela FEPCES, a Associação Nacional de Supermercados é acusada de não dar resposta às reivindicações sindicais. Ilegalidades levadas a tribunal, relacionadas nomeadamente com o supermercado Pão de Ló, de Almada, eram entretanto resolvidas a favor dos trabalhadores. No Algarve, pela mesma via jurídica, a cadeia de supermercados Modelo foi obrigada a anular a esmagadora maioria dos contratos de trabalho a prazo. Em Setúbal prosseguiam, entretanto, em fins do mês passado, as negociações do contrato de trabalho (CCTV) retalhista. Na EPAL, os sindicatos movimentavam-se, no sentido de empenhar os trabalhadores na revisão do Acordo de Empresa (AE). Em Beja, a nova tabela salarial, com um aumento global de 12,4 por cento, era acordada no passado dia 14.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul (CES-SUL) os 12,4 por cento abrangem também o restante clausulado de expressão pecuniária, e não apenas os salários no distrito de Beja. De acordo com o CES-SUL, «o processo de revisão entrou em fase de conciliação pelo facto de as entidades patronais se manterem renitentes em torno dos valores fixados pelo Conselho Permanente da Concertação Social».

Plenários e contactos

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPCES), que tem conduzido uma ampla movimentação nos supermercados em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores filiados ou não nos seus sindicatos, promove, a partir de finais de Setembro, plenários e contactos com os trabalhadores das principais cadeias, no sentido de «apreciar a situação e a atitude das empresas e respectiva associação e delinear formas de acção em defesa da proposta reivindicativa».

Essa proposta reivindicativa de âmbito nacional foi entregue à Associação Nacional de Supermercados e às 13 cadeias que a integram em 1 de Julho deste ano, sem que o patronato tenha dado qualquer resposta.

Segundo comunicado da FEPCES de 16 do mês passado, «a proposta reivindicativa, aprovada no Encontro Nacional dos Trabalhadores de Supermercados, inclui uma única tabela salarial para todas estas empresas (hoje, trabalhadores com a mesma categoria profissional e na mesma cadeia de supermercados têm vencimentos diferentes, conforme o distrito em que exerçam a sua actividade), bem como 13 diferentes cláusulas respeitantes a matérias como a contratação a prazo, os acessos, os horários de trabalho e vários subsídios».

A FEPCES recordava naquela data que o prazo para a entrega da contraproposta patronal já tinha sido excedido em 45 dias.

Entretanto, «muitos milhões» eram movimentados em negócios, enquanto que as empresas continuavam «avessas à negociação e à melhoria das condições de vida e de trabalho», acrescentava a FEPCES.

Os representantes do capital privado, frisa a FEPCES, «insistem na mais desenfreada das explorações do trabalho e nas piores condições de instabilidade e precaridade do emprego, como aconteceu com o propagandeado Continente, que abriu com a esmagadora maioria dos seus trabalhadores contratados a prazo por três meses».

Patronato de Setúbal insiste nos 7,5 por cento

Quanto ao comércio retalhista do distrito de Setúbal, a associação sindical do Sul (CES-SUL) afirmava, no passado dia 21, que «a falta de acordo ainda persiste, dado que o patronato se recusa a alterar a sua posição de 7,5 por cento para o aumento da tabela salarial, procurando aplicar na mesa das negociações a orientação do grande patronato (CCP — Confederação do Comércio Português)».

A revisão do CCTV do comércio retalhista de Setúbal devia entrar em vigor hoje, dia 1 de Outubro.

Contrariamente à posição patronal, os sindicatos, e designadamente o CES-SUL, defendem que «a proposta da Associação dos Comerciantes é insuficiente e injusta face às vendas verificadas no sector e ao poder de compra perdido pelos trabalhadores nos últimos anos».

CGTP recebida na CES

Uma delegação da CGTP-IN chefiada pelo coordenador da sua comissão executiva foi oficialmente recebida na sede da Confederação Europeia de Sindicatos, em Bruxelas, na segunda-feira.

A delegação da Intersindical Nacional incluía, além de Manuel Carvalho da Silva, José Luís Judas e Maria Emília Reis, membros da comissão executiva da central, e Augusto Silva, representante da CGTP-IN no Comité Económico e Social da CEE. Pela CES, participaram no encontro o seu secretário-geral, Mathias Hinterscheid, e outros elementos do secretariado.

Da agenda do encontro constava – segundo uma nota de imprensa da central sindical portuguesa – a análise da situação social e sindical na Europa e o posicionamento da CES e da CGTP-IN face ao movimento sindical europeu.

A delegação da Intersindical foi ainda recebida pelo secretário-geral da Confederação Mundial do Trabalho, Jan Kulakowski, com quem debateu a actal situação do movimento sindical internacional e o desenvolvimento e aprofundamento das relações entre a CGTP-IN e a CMT.

Anteriormente uma delegação da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal participara em Berlim na 10.ª Conferência Internacional de trabalhadores da metalurgia. A delegação, segundo uma nota da FSMMMP interveio em todas as secções e no plenário da Conferência, expondo aí «a situação em que vivem os metalúrgicos portugueses, ameaçados com o desemprego», com os salários e os direitos em risco. Os delegados portugueses falaram ainda do «futuro do sector, cujo desenvolvimento está ameaçado com o desmembramento de muitas empresas, em resultado da ofensiva do capital multinacional e internacional (sobretudo da CEE)».

Ensino

Estabilizar o emprego

• Opinião positiva dos sindicatos

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF), depois da reunião do passado dia 25 no Ministério da Educação, manifestou uma opinião positiva quanto ao decorrer das negociações com o ME, no seguimento do encontro com o titular daquela pasta, em 8 do mês passado. A FENPROF, que acertou com o Ministério um calendário de negociações para Outubro em curso, espera que a nova legislação sobre concursos possa ser publicada até finais de Dezembro próximo. No entender da Federação, que emitiu sobre o assunto uma extensa nota no passado dia 25, a actual proposta do ME é «substancialmente diferente da que havia sido publicada ainda pela anterior equipa ministerial» e coincide agora **largamente com a que a FENPROF tem vindo a defender**, principalmente no que respeita à **estabilização do emprego a curto prazo**.

Essa estabilização deve ser alargada à «generalidade dos professores actualmente em exercício», salienta a Federação, que «irá de imediato analisar com os professores a nova situação», continuando a defender que «no diploma final sejam contempladas as suas propostas, de modo a dar solução correcta aos pontos onde ainda não se regista acordo» com o Ministério.

Esses pontos são referidos na nota da FENPROF, designadamente no que respeita aos professores, que «não ultrapassam escassas centenas», com mais de nove anos de serviço e que «aguardam desde 1979 a regulamentação da lei n.º 47/79». Há ainda outros pontos, acrescenta a nota do dia 25, com os quais a FENPROF não está de acordo, designadamente quanto aos «critérios de prioridade». A Federação não acordou também com o Ministério «pormenores importantes, como contagem de tempo de serviço, desenvolvimento do concurso, etc.», que «não estão ainda explicitados na proposta entregue pelo ME».

Avanços importantes nos ensinos preparatório e secundário

A FENPROF sublinha que **«o plano geral de concursos apresentado agora pelo ME abandona finalmente as ideias básicas até agora vigentes quanto ao acesso dos professores provisórios aos quadros das escolas, que constava do decreto-lei 150-A/85, que a FENPROF combateu desde a sua publicação»**. A Federação considera «importantes» os avanços agora registados no que respeita aos ramos do ensino preparatório e secundário, e aponta a intenção do ME de «intensificar a dinamização das autarquias, com vista a permitir que a taxa de cobertura nacional da educação pré-escolar atinja os 70 a 80 por cento».

Entre os «pontos positivos», saliente-se, segundo a Federação, a «real possibilidade de efectivação da quase totalidade dos professores provisórios, dentro de determinadas regras de prioridade».

De destacar é ainda a «disposição expressa pelo ME de abrir os quadros das escolas até ao limite das suas necessidades reais».

Registe-se ainda, no que respeita ao **ensino básico**, que, de acordo com a nota da FENPROF do passado dia 25, «todos os professores vinculados efectivar-se-ão, para o ano lectivo de 1988/89, mediante concurso a realizar no decorrer do presente ano lectivo».

Acentue-se, por último, que há muito a FENPROF se vem batendo, juntamente com os sindicatos nela filiados, pela efectivação das propostas agora apresentadas pelo Ministério da Educação.

***Professores** alcançam notórios êxitos sindicais (foto FENPROF)*

Ferroviários perguntam pelos postos de trabalho

O secretariado da célula do PCP nos Caminhos-de-Ferro emitiu recentemente um comunicado sob o título «o conselho de gerência quer humilhar os ferroviários/O Governo quer destruir a CP». A principal preocupação manifestada pelos trabalhadores comunistas desta empresa pública é, entre outros direitos fundamentais ameaçados pelas «intenções» dos responsáveis pela CP, a defesa dos postos de trabalho.

Essas «intenções» constam de «propostas de alteração ao Regulamento de Concessões» e de um «anteprojecto do Governo sobre uma Lei de Bases dos Transportes Terrestres».

Para os ferroviários comunistas, que fazem um apelo à unidade e à luta, se essa Lei de Bases for aprovada, o futuro da CP será completamente imprevisível, com o encerramento de linhas, ramais e estações. Garantido, após definição da «rede fundamental», ficará apenas o «tráfego de passageiros de longo curso, de grande velocidade e elevada capacidade».

O resto, incluindo o transporte de mercadorias, ficará para «uma chamada rede complementar», à qual a CP «pode subconcessionar a exploração de linhas e ramais», entregando — supõe-se — essa rede a outras empresas.

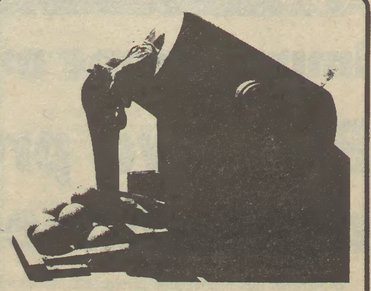
A CP ficaria limitada, segundo intenção da Lei de Bases, a uma «rede fundamental», que não se sabe bem o que seria, quais seriam os seus limites.

Os trabalhadores comunistas advertem que, para já, não são garantidos os postos de trabalho, que actualmente são mais de vinte mil.

O comunicado da célula, datado de Setembro findo, pergunta, além dos postos de trabalho, pelo **tráfego de mercadorias**. O que será feito desse tráfego? Certamente que ficará para a «rede complementar», onde fervilha o interesse privado.

Ao comentarem as «intenções», baseadas em documentos do conselho de gerência e do Governo, os trabalhadores comunistas da CP referem que «por detrás de tudo isto estão aqueles que, prometendo mundos e fundos para caçar votos», mal os conseguem, «tratam de servir os seus interesses e os das suas clientelas, estando-se nas tintas para os ferroviários».

O secretariado da célula do PCP na CP (zona de Lisboa) conclui lembrando que os trabalhadores têm sabido defender os seus direitos dentro da empresa, e que «hoje vão tornar a ser capazes de impedir tais desígnios», isto é, de impedir a destruição da CP, dos seus postos de trabalho e das garantias, direitos e interesses conquistados pelos ferroviários, incluindo as concessões que a gerência pretende rever.



Facilitar a vida ao patronato — Descontentes com a nova tabela salarial, que inclui aumentos de 12 por cento, os representantes sindicais na CNS do ramo das indústrias de celulose, papel, gráfica e imprensa afirmam que «os contactos com os trabalhadores vão prosseguir», mas reivindicam, no entanto, «a necessária actualização salarial nas empresas» (no mínimo, afirmam, **«de acordo com os valores já apresentados pela comissão negociadora patronal»**: 12 por cento). Numa nota recente sobre este assunto, transmitida pela Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, a CNS (comissão negociadora sindical), que reúne as associações sindicais mais representativas, protesta-se contra a tentativa de aplicar a **tabela B** (mais baixa) e sublinha-se que um dos argumentos patronais para defender esse critério **«foi que o mesmo já tinha sido aceite e acordado com o Sindegraf/UGT, apesar de a esmagadora maioria dos trabalhadores serem representados por esta CNS** (subscritora da nota) **e associados dos sindicatos filiados nesta Federação. Confirma-se, assim, mais uma vez, e a exemplo do que se tem passado noutros contratos colectivos, o papel de traição do divisionismo e a sua missão de facilitar a vida do patronato»**. A Federação faz um apelo a «uma grande mobilização e participação dos trabalhadores nas reuniões sindicais», no sentido, principalmente, de se encontrarem «soluções». A CNS entregou, entretanto, um documento-exposição sobre este assunto no Ministério do Emprego e Segurança Social. No passado dia 21, a CNS afirmava que as negociações iam prosseguir.

Formação para o ensino especial — Iniciado em meados de Setembro findo, prossegue um curso de formação para os «vigilantes com funções pedagógicas». Promovido pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), o curso durará três meses e meio, num total de 400 horas de formação, incluindo 210 de aulas teóricas. Destinado a **formadores para o ensino especial**, no âmbito do Fundo Social Europeu, o curso abrange cinco grandes áreas (psicologia, pedagogia, saúde, expressões e sociologias). Num comentário à realização do curso que prossegue até Dezembro, a direcção do SPGL afirma que «o curso agora iniciado não invalida o conjunto de reivindicações deste sector» e que, por outro lado, as acções que desenvolve no campo da formação se destinam a «minorar os efeitos produzidos pela negligência que, pelo menos até hoje, os sucessivos governos têm revelado no campo da formação contínua dos professores». A FENPROF reunia entretanto com o secretário de Estado do Ensino Superior e emitia no final da reunião um extenso comunicado, com a data do passado dia 22. Destaque-se que, entre os variados assuntos tratados na reunião, a FENPROF alertou para a necessidade de o Ministério «tratar das questões do Ensino Superior como as de qualquer outro grau de ensino, negociando o Ministério todas as questões, nomeadamente as de cariz pecuniário». Para a FENPROF também não é admissível «restringir a algumas autoridades académicas ou a grupos de pressão a qualidade de interlocutores no Ensino Superior, marginalizando-se, como tem vindo sistematicamente a acontecer, os legítimos representantes dos trabalhadores deste grau de ensino».

Postos de trabalho em Évora — Segundo o secretariado distrital do CES/SUL (Sindicato dos Escritórios, Comércio e Serviços) a delegação de Évora, desde Junho findo até agora, deu «pareceres favoráveis a projectos abrangidos pelas ILEs (Iniciativas Locais de Emprego), solicitados pelo IEFP (Centro de Emprego de Évora), com o objectivo de se criarem, na área do comércio e serviços, cerca de 40 postos de trabalho».

Inflação prevista pela OCDE — Segundo nota da CGTP do passado dia 22, a OCDE prevê para Portugal uma taxa de inflação de 8 por cento em 1988. Este número contraria a previsão do Governo português, que se fixa em 6 por cento. Citando o relatório semestral daquela organização internacional, a CGTP adianta que a alta dos preços no consumidor poderá ser também de 8 por cento no próximo ano. Comentando os dados que divulga, a CGTP «considera que estes factos retiram credibilidade às previsões do Governo sobre indicadores económicos tão fundamentais como a evolução dos preços no consumidor. Este facto é ainda mais grave — acrescenta a Central — se se tiver presente que o Governo pretende limitar os aumentos salariais através da inflação que ele, Governo, prevê mal».

PCP

Importamos mais, exportamos menos

PCP leva problemas dos têxteis ao Parlamento Europeu

O aumento das importações portuguesas no sector têxtil e a recente proibição imposta pelo governo francês a três estações de rádio que emitiam em língua portuguesa foram temas levados ao Parlamento Europeu pelo deputado do PCP Barros Moura.

No sector têxtil as importações portuguesas aumentam enquanto as exportações se reduzem. Como se isso não bastasse, os EUA projectam restringir as suas importações de têxteis, o que irá afectar ainda mais o nosso país.

No primeiro trimestre deste ano, segundo a Associação Portuguesa de Exportadores Têxteis, as exportações diminuiram 19,4 por cento em relação a igual período do ano passado — uma quebra de 3290 toneladas. Quanto às importações, aumentaram 72,5 por cento, mais 2100 toneladas que no primeiro trimestre de 1986.

Verifica-se ainda que a relação entre exportações e importações pela CEE no seu conjunto se degradou nos primeiros 3 meses de 1987.

«**Como explica a Comissão esta evolução** — pergunta Barros Moura — **tendo em conta a recente renegociação do acordo multifibras, que parece estar a penalizar fortemente um país como Portugal, que precisaria de defender o seu mercado interno?**»

Esta renegociação, efectuada em 1986, veio abrir o mercado comunitário à importação de têxteis, nomeadamente do sueste asiático. Em virtude da adesão à CEE, Portugal começa a ser afectado.

Por outro lado, os EUA tencionam implantar medidas proteccionistas e restringir as importações de calçado e têxteis. Portugal já tem que suportar as restrições impostas pela própria CEE: o Protocolo 17 limita as quantidades de produtos têxteis portugueses no mercado comunitário.

Perante esta situação, o deputado do PCP interpelou a Comissão das Comunidades sobre **qual a orientação e medidas que esta entende adoptar para salvaguardar os interesses de Portugal como Estado-membro da CEE**, já que se trata de política comercial comum e não de relações bilaterais Portugal-EUA.

Rádios e emigrantes

José Barros Moura solicitou ainda à Comissão das Comunidades que se pronunciasse sobre o facto de as autoridades francesas terem retirado a três emissoras a autorização para continuarem a transmitir em português em frequência modulada. Além disso, estipulam que deve ser em francês 70 por cento do tempo de emissão das estações autorizadas.

A avaliação pela Comissão de tal procedimento deve — segundo o deputado do PCP — ser feita «à luz das disposições dos tratados relativos à liberdade de circulação de pessoas, à não-discriminação em função da nacionalidade, aos direitos dos emigrados, bem como às regras sobre a protecção da língua de origem».

Barros Moura pergunta «**que medidas tomará a Comissão junto das autoridades francesas para abolir estas discriminações**». A resposta deverá ser dada no próximo plenário do Parlamento Europeu.

Aldeadavila

Dando sequência à iniciativa dos deputados do PCP no Parlamento Europeu, o Grupo Comunista formalizou a entrega da pergunta oral com pedido de debate a curto prazo (art. 58.º do regimento) acerca da projectada instalação da lixeira nuclear em Aldeadavila. A pergunta, subscrita por todas as componentes nacionais do grupo comunista, incluindo os espanhóis, pretende saber:

1 – Qual a avaliação da Comissão Europeia sobre o projecto de Aldeadavila do ponto de vista das normas internacionais aplicáveis e dos princípios da política comunitária sobre o ambiente?

2 – Que posição toma sobre o pedido de financiamento da CEE feito pela Espanha?

3 – Que medidas está disposta a adoptar para impedir este atentado contra o ambiente, a segurança e a vida das populações de Portugal e de Espanha, afectadas?

Atendendo a que na sessão plenária de 26 a 30 de Outubro se realiza no PE um debate conjunto sobre vários temas de segurança de instalações nucleares, os deputados comunistas têm fortes possibilidades de conseguir a inclusão da sua iniciativa na ordem de trabalhos dessa mesma sessão.

Recorda-se que o procedimento escolhido permite a intervenção autónoma dos outros grupos políticos, subscrevendo perguntas orais próprias, e culmina com uma resolução que os deputados do PCP propuseram, correspondendo a uma proposta conjunta de todos os deputados portugueses.

O apoio dos outros grupos políticos em que participam portugueses é agora necessário para garantir a realização do debate e a aprovação de uma resolução favorável aos interesses das populações e de Portugal.

Delegação do PC Búlgaro de visita a Portugal

Encontra-se no nosso País desde a passada segunda-feira, a convite do Comité Central do PCP, uma delegação do Partido Comunista Búlgaro dirigida pelo camarada Milko Balev, membro da Comissão Política e Secretário do Comité Central e da qual fazem também parte os camaradas Mintcho Draganov e Tzonko Guerorguiev.

À sua chegada ao aeroporto da Portela, onde era aguardado pelos camaradas Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política e Albano Nunes, do Comité Central, o dirigente comunista búlgaro exprimiu as saudações do seu partido e manifestou a sua satisfação por esta visita de trabalho a Portugal, considerando-a uma «oportunidade» para uma frutuosa troca de opiniões sobre questões de interesse para os dois partidos.

No Aeroporto da Portela, onde chegou na passada segunda-feira, a delegação do Partido Comunista Búlgaro era aguardada pelos camaradas Sérgio Vilarigues e Albano Nunes

Durante a sua estada no nosso País, que se prolongará até ao próximo sábado, e para além das conversações com o PCP, a delegação búlgara teve já ensejo de visitar a Câmara Municipal de Loures, encontrar-se com o Grupo Parlamentar do PCP e avistar-se no Porto com uma delegação da DORP a que se seguiu uma visita ao pelouro da limpeza da Câmara Municipal do Porto.

Para hoje, quinta-feira, o programa da visita inclui deslocações a uma empresa do Porto e às Caves do Vinho do Porto, prevendo-se para amanhã, uma visita à União das Cooperativas da Volta do Vale, no Couço, e à Mague, em Alverca, terminando o programa com um comício de amizade, às 21 e 30 horas, em Alcântara.

Juventude

JCP em audiência com ministro da Juventude

Opinião negativa sobre o Programa do Governo

Uma delegação da Juventude Comunista Portuguesa constituída por Francisco Pereira, Rogério Moreira e António Filipe, membros do Secretariado da Direcção Nacional, avistou-se recentemente com o ministro-adjunto e da Juventude.

A delegação da JCP deu conta da sua opinião globalmente negativa sobre o Programa do Governo, particularmente nos domínios que mais interessam à juventude – emprego, educação, formação profissional – relativamente aos quais não se perspectivam medidas susceptíveis de alterar positivamente os graves problemas de fundo, prefigurando pelo contrário, a agudização da precaridade do emprego juvenil, o favorecimento do ensino privado em detrimento da rede pública e o carácter incoerente, por vezes imoral que assume a Formação Profissional.

Nessa audiência foi manifestada a profunda preocupação da JCP pela intenção declarada no Programa do Governo de não cumprimento da lei da Assembleia da República que atribui um subsídio de desemprego aos jovens candidatos ao primeiro emprego, a apreensão pelo atraso que já se verifica na regulamentação da lei das Associações de Estudantes, bem como pela actuação do FAOJ visando controlar e tutelar o Associativismo Juvenil.

Nacional

Vila Nova de Poiares
Populações em luta contra a poluição

Foi enviado a várias entidades oficiais um abaixo-assinado dos moradores dos lugares de S. Miguel, Hortas, Moendinha, Carrins, Lameiros, Malpartida, Lombada e outros e também de alguns industriais e trabalhadores de Vila Nova de Poiares, em que se protesta energicamente contra a poluição provocada por uma fábrica situada no concelho.

O texto, que recolheu logo no início mais de uma centena de assinaturas, salienta:

«Encontra-se a laborar na zona industrial de Vila Nova de Poiares, junto à estrada nacional n.º 17, cerca do km 26, uma fábrica de preparação de asfalto para estradas, propriedade da empresa de construções S. Jorge, Lda., com sede em Rebordosa (Penacova) e escritórios em Coimbra, Rua da Guiné, 40-2.º, que na sua laboração expele fumos e poeiras altamente tóxicos, em grandes quantidades e que são prejudiciais à saúde pública, ao meio ambiente e às condições agrícolas e agro-pecuárias da região.

«Toda a área circunvizinha, num raio de vários quilómetros, se encontra gravemente afectada.

«Os moradores dos lugares de S. Miguel, Hortas, Moendinha, Carrins, Lameiros, Malpartida, Lombada e outros e ainda alguns industriais e trabalhadores da própria zona industrial, preocupados com esta grave situação, abaixo-assinados, solicitam, o mais urgente possível, a activa intervenção de vossas excelências de modo a que a referida fábrica cesse imediatamente a sua actividade, para que a saúde pública, o meio ambiente e as condições agrícolas e agro-pecuárias não sejam prejudicadas, sendo assim preservados os mais elementares direitos e interesses das populações afectadas, tão ostensivamente postos em causa.»

Este abaixo-assinado foi enviado à Presidência da República, Primeiro-Ministro, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, Secretaria de Estado do Ambiente, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, Assembleia de Freguesia de S. Miguel e também aos órgãos de informação.

Internacional

Mais uma explosão no Nevada

Os EUA efectuaram na passada quinta-feira o seu 12.º ensaio nuclear oficial subterrâneo deste ano, no estado do Nevada. Segundo um porta-voz do Ministério da Energia dos EUA, a explosão, cuja potência variou entre 20 e 150 quilotoneladas, foi efectuada à profundidade de cerca de 600 metros.

Apesar dos objectivos destes ensaios serem secretos, a agência UPI informou que peritos militares reconhecem que o polígono do Nevada é utilizado para o ensaio de ogivas nucleares para os mísseis «MX», bem como outros armamentos estratégicos e aperfeiçoamento de tecnologias ligadas ao programa de «guerra das estrelas».

O fim dos ensaios nucleares é uma exigência fundamental para pôr fim à escalada qualitativa na corrida aos armamentos

Recomeçaram entretanto em Viena, na segunda-feira, as conversações entre os países membros da NATO e do Pacto de Varsóvia sobre a definição de um mandato de negociações no campo do desarmamento convencional na Europa.

Segundo o chefe da delegação soviética, V. Mikhailov, as propostas dos países da NATO não permitem sequer realizar numa base mutuamente aceitável a ideia de um acordo limitado para a redução dos armamentos e forças armadas na Europa Central, pelo que surgem involuntariamente dúvidas sobre se os delegados ocidentais desejam na realidade obter acordos em Viena.

Em apoio das suas dúvidas, aquele diplomata salientou o paradoxo de, durante as conversações, os países do ocidente terem contrariado as suas próprias metas adoptando novos programas de crescimento das suas forças armadas e armamentos.

Fazendo notar que a segurança internacional só pode ser recíproca e global sendo apoiada por esforços colectivos, Mikhailov afirmou não existir alternativa razoável à distensão, desarmamento, coexistência pacífica e cooperação mutuamente vantajosas.

URSS prepara destruição de armas químicas

Em Abril passado, em Praga, Gorbatchov anunciou a cessação, por parte da União Soviética, do fabrico de armas químicas e o início da construção de uma instalação destinada à destruição desse tipo de munições. Em Agosto, o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Chevardnadze, informou no seu discurso perante a Conferência de Desarmamento da ONU, em Genebra, que em breve especialistas estrangeiros teriam possibilidade de visitar a fábrica de Tchapaievsk — destinada à destruição de munições químicas.

Actualmente, os quarenta Estados participantes nas negociações multilaterais que decorrem em Genebra para a assinatura de uma convenção internacional destinada a proibir as armas químicas — foram oficialmente convidados a enviar especialistas seus à URSS, para que conheçam os diversos tipos de munições químicas de que a União Soviética dispõe e as tecnologias que estão a ser desenvolvidas para a sua destruição.

Em Outubro, os convidados deverão visitar a instalação militar de Chikany para conhecer as munições químicas e ver depois como as tecnologias de destruição são aplicadas na fábrica de Tchapaievsk, cuja construção estará concluída no próximo ano.

«A tarefa principal da nossa empresa — sublinhou Pirkalov, chefe do destacamento de armas químicas da URSS, e hoje responsável pelas instalações para a sua destruição — é ensaiar todos os projectos científico-técnicos de elaboração de tecnologias promissoras que assegurem a destruição dos 'stocks' nacionais de armas químicas nos prazos que forem determinados pela convenção».

Delegação do PCP na Hungria

A convite do Comité Distrital de Nograd, do Partido Operário Socialista Húngaro, e no quadro das relações de amizade e cooperação entre o PCP e o POSH, visitou o Distrito de Nograd, na Hungria, de 15 a 22 de Setembro, uma delegação da Direcção da Organização Regional de Leiria, composta por António Orcinha, membro suplente da Comissão Política do PCP, Cidália Pinheiro, membro da DORLEI e Rogério Raimundo, professor.

Durante a sua estadia, a delegação foi recebida em Sálgótarján, por uma delegação da Direcção Regional de Nograd, dirigida por Géczi Janos.

No âmbito desta visita, a delegação da DORLEI foi recebida pela União das Cooperativas de Nograd, tendo tido a oportunidade de visitar várias cooperativas de consumo e industriais de vários ramos de actividade. Visitou igualmente algumas escolas de diversos graus de ensino, organizações culturais e recreativas, para além de outros contactos.

No final da visita, foi recebida por uma delegação do POSH, dirigida por Szürös Mátyás, responsável das Relações Internacionais do POSH.

Camaradas da Organização Regional de Leiria (DORLEI) em visita de amizade à Hungria

PCP na festa do «Unità»

De 29 de Agosto a 20 de Setembro, decorreu em Bolonha, a Festa Nacional do «Unità», órgão do Partido Comunista Italiano.

A festa foi visitada por centenas e centenas de milhares de italianos.

No dia 20 de Setembro realizou-se um comício de encerramento do Festival onde usou da palavra, entre outros, o camarada Alexandre Natta, secretário-geral do PCI.

O PCP esteve presente neste acto através do camarada Domingos Lopes, membro suplente do CC do PCP.

Nas múltiplas iniciativas que tiveram lugar ao longo dos 23 dias da festa, destacamos a presença, no dia 2 de Setembro, dos camaradas Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Vítor Neto, suplente do CC, num debate sobre eleições europeias onde participaram ainda representantes do PCI, PSI, Partido Trabalhista da Grã-Bretanha, Partido Social-Democrata Alemão.

Dívida externa dá origem ao «Grupo dos Três»

Os ministros das Finanças do Brasil, México e Argentina anunciaram na semana passada a decisão dos respectivos governos de formarem o «Grupo dos Três» para fazer face aos seus crescentes problemas económicos.

A formação do «G-3» tem como objectivo tratar as questões económicas comuns, «particularmente no que diz respeito ao comércio e à dívida externa», bem como «reforçar as consultas permanentes» entre os três países.

Recorda-se que durante os últimos seis anos a dívida externa dos países em vias de desenvolvimento aumentou de 600 mil para 1100 mil milhões de dólares; no total, a dívida do Brasil, México e Argentina eleva-se a 282 mil milhões de dólares.

As pespectivas para 1988 não são animadoras. Segundo as previsões do Fundo Monetário Internacional, divulgadas no domingo em Washington, o crescimento da ecomonia mundial no próximo ano não deverá ultrapassar os três por cento, o que será insuficiente para fazer diminuir o desemprego nos países industrializados e a dívida externa no Terceiro Mundo. Estas estimativas foram divulgadas em vésperas das sessões anuais do FMI e do Banco Mundial.

Provocação neonazi

Membros do Partido Operário Liberal Alemão (FAP) e do Partido Neonazi da República Federal da Alemanha assaltaram e devastaram um centro de trabalho do Partido Comunista Alemão na cidade industrial de Essen. Um antifascista de 60 anos, membro do Partido Comunista Alemão, foi espancado e teve de ser hospitalizado devido aos graves ferimentos que lhe foram infligidos.

De acordo com informações oficiais, são hoje conhecidos na RFA 23 grupos neonazis. Entretanto organizações antifascistas consideram que o seu número é muito mais elevado. O maior destes grupos é a União Popular Alemã, com cerca de 15 000 membros.

Os grupos neonazis negam os crimes cometidos pelo fascismo hitleriano durante a guerra (lógica em que se inserem as recentes declarações de Le Pen). Com palavras de ordem claramente racistas, desencadeiam acções violentas e campanhas de intimidação sobre os imigrantes, o operariado proveniente do sul da Europa, da Ásia e de África, que trabalha na RFA. Recentemente, a União Popular Alemã divulgou folhetos com títulos e temas particularmente esclarecedores: «pela raça e pela nação», «estrangeiros — rua, antes que desperte a cólera do povo».

Um perigo real, em muitos casos alimentado pela política oficial, mas que esbarra também com fortes movimentos populares com um objectivo conteúdo antifascista.

Renamo massacra civis

Trinta e oito mortos, sessenta e quatro feridos e mais de oitenta pessoas raptadas é o trágico balanço do novo ataque terrorista da Renamo à vila de Xavala, na província de Inhambane, segundo anunciaram sábado as autoridades moçambicanas.

Os terroristas, que roubaram produtos alimentares e tecidos de oito cantinas, destruíram ainda viaturas particulares e o edifício onde funcionava o comité distrital do Partido Frelimo; no mesmo dia foi atacada a empresa avícola de Inhambane, que sofreu elevados prejuízos materiais.

Crimes do *apartheid*

A essência criminosa do regime racista da África do Sul foi amplamente denunciada em Harare, a semana passada, no decorrer de uma conferência internacional sobre as crianças vítimas da repressão e das leis do *apartheid*.

Durante os trabalhos, a que assistiram mais de meio milhar de activistas de organizações defensoras dos direitos humanos, várias crianças prestaram depoimentos pelas torturas a que foram sujeitas nas prisões racistas e sobre assassínios e espancamentos de outras crianças.

No documento aprovado no final os participantes condenam «a deliberada e sistemática brutalidade das Forças Armadas sul-africanas contra as crianças negras», o que, consideram, «expõe a falência moral e política de um sistema empenhado em destruir qualquer forma de oposição».

Internacional

AMÉRICA CENTRAL

As negociações pela paz contra a vontade dos EUA

O mês de Outubro inicia-se na América Central sob o signo da reconciliação: nos dias 4 e 5, em El Salvador e na Nicarágua, as respectivas comissões de reconciliação nacional, criadas no âmbito do plano de paz para a América Cental assinado na Guatemala em 7 de Agosto último, vão sentar-se à mesa das negociações.

Compostas por representantes governamentais e da oposição, aquelas comissões, ainda que substancialmente diferentes — em Salvador as forças guerrilheiras são a expressão das massas populares em luta contra o regime pró-americano de Napoleon Duarte, enquanto na Nicarágua os «contras» representam a reacção somozista apoiada pelos EUA contra a revolução popular sandinista — aquelas comissões, dizia-se, percorrem um caminho similar na difícil procura de soluções políticas que levem a paz à América Central.

Sendo embora impossível prever o resultado das negociações da próxima semana, é no entanto desde já claro que encontrará a oposição cerrada da administração Reagan, em particular no que respeita à Nicarágua.

O governo sandinista anunciou nos últimos dias uma série de medidas que revelam o empenhamento das autoridades nicaraguenses no cumprimento dos acordos estabelecidos na Guatemala: reabertura da Rádio católica, e do jornal «La Prensa», libertação de 17 pessoas acusadas de actividades contra a segurança do Estado, cessar-fogo gradual em algumas regiões do país, entre outras. Para Manágua, trata-se, como afirmou o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, José Leon Talavera, de «um passo em frente na concretização da paz e da reconciliação entre os países da região».

Diferente é a posição de Washington e, por arrastamento, das organizações dos «contras». Nos EUA, o sub-secretário de Estado para os Assuntos da América Latina, Elliot Abrams, classificou aquelas medidas como um «truque» do governo de Manágua para evitar as conversações directas com os «contras», enquanto a Câmara dos Representantes aprovava, na quarta-feira da semana passada, uma ajuda de 3,5 milhões de dólares aos anti-sandinistas para «colmatar uma lacuna de 40 dias». O que significa que até à aprovação pelo Congresso das novas verbas a conceder aos «contras» (o programa de ajuda terminou oficialmente no fim de Setembro), aqueles continuam a ser financiados, como sempre, a título de assistência humanitária.

Recorda-se que o presidente Ronald Reagan, numa clara posição de boicote aos acordos de paz da Guatemala, solicitou ao Congresso que a ajuda aos contra-revolucionários nicaraguenses passasse de 100 para 270 milhões de dólaes.

Esta posição foi vivamente criticada pelo presidente da Costa Rica, Oscar Arias, na sua recente deslocação aos EUA. Discursando no Congresso, Arias defendeu a necessidade de um cessar-fogo e de negociações políticas para pôr fim às guerrilhas civis na América Central, tendo apelado aos países estrangeiros para que suspendam o fornecimento de armas e apoiem economicamente o desenvolvimento da América Central, o que considera a melhor forma de contribuir para a resolução dos conflitos regionais.

Estas considerações constam igualmente da mensagem de Arias à Organização dos Estados Americanos (OEA), onde se sublinha que «os fornecimentos de armas (aos países centro-americanas) por parte das potências estrangeiras envolveram-nos no conflito Leste-Oeste» e, com a guerra a dominar as preocupações gerais, a «América Central está confrontada com um futuro cada vez mais sombrio».

Apesar da consciência desta realidade e das críticas abertas à posição de Reagan, designadamente o pedido ao Congresso de 270 milhões de dólares para os «contras», Arias aceitou a atribuição dos 3,5 milhões de dólares para ajuda «alimentar» de modo a que os mesmos possam sobreviver. O que não deixa de ser esclarecedor no que respeita à total dependência dos anti-sandinistas da ajuda norte-americana.

Enquanto na Nicarágua os partidos da oposição, as duas centrais sindicais e as organizações patronais que integram a Coordenadora Democrática Nicaraguense, escolhem os seus representantes às conversações do próximo dia 5, nos EUA os dirigentes dos «contras» desdobram-se em declarações de guerra. O que deixa cada vez mais claro quem é que está empenhado em evitar a todo o custo a pacificação na região.

Em El Salvador, entretanto, a decisão de Napoleon Duarte de aceitar reiniciar o diálogo com a Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional (FMLN) e a Frente Democrágica Revolucionária (FDR) abre novas perspectivas para a pacificação do país, dilacerado nos últimos anos por uma guerra cujo termo se reconhece só poder ser político.

Anunciada após um Conselho de Ministros, a decisão de Duarte, ainda que tomada no âmbito do plano de paz da Guatemala, surge na sequência de uma carta da FMLN-FDR, onde se renovam as propostas de diálogo defendidas pelas organizações guerrilheiras a partir de 1981 e recusadas ou unilateralmente interrompidas pelo governo pró-americano de El Salvador.

Na referida carta, enviada em finais de Julho último aos presidentes da Costa Rica, Guatemala, Honduras e Nicarágua, as duas Frentes valorizam os esforços de paz desenvolvidos em particulár pelos Grupos de Contadora e de Apoio, alertando no entanto para o facto de os esforços políticos deverem basear-se na apreciação global dos problemas existentes e para a necessidade de ter em conta «a especificidade das causas e a dinâmica da crise em cada país, sem cair em falsas analogias ou equiparações».

Recordam a propósito a posição tomada em 3 de Julho por uma série de instituições salvadorenhas num documento conjunto onde se afirma que «apesar do Plano Arias ter muito de positivo, para que o seja ainda mais deve ter em conta a profunda diversidade entre as diferentes lutas armadas existentes na região. Isto é importante para resolver o problema salvadorenho, em que a questão não está em estabelecer o diálogo com os grupos desarmados, mas muito em particular com a FMLN».

«A FMLN — afirma-se ainda no dito comunicado — é fundamentalmente um grupo endógeno, que não foi criado de fora nem tem a sua retaguarda militar fora das fronteiras salvadorenhas, antes pelo contrário se fortalece e apoia no essencial em El Salvador. Assim o reconheceu recentemente a extrema-direita salvadorenha bem como uma decisão do tribunal constitucional; para além disso, já por três vezes, e em duas delas com resultados de algum modo positivos, estabeleceu-se um diálogo entre o governo e a FDR-FMLN, pelo que seria um retrocesso não favorecer explicitamente este diálogo ou impor condições prévias que não são realistas nem correspondem objectivamente nem ao passado que levou ao aparecimento da FMLN, nem ao presente em que continua a desenvolver-se.»

Recusando qualquer tentativa de colocar ao mesmo nível os conflitos da Nicarágua e de El Salvador, a FDR-FMLN não deixou de insistir nas suas propostas de diálogo. Em finais de Agosto, novo comunicado conjunto dava conta da disponibilidade para, tendo como medianeiro Monsenhor Rivera y Damas, discutir a reconciliação nacional, um acordo de cessar-fogo e a continuação do processo de diálogo para uma solução política do conflito armado.

Na sua qualidade de forças representativas de amplos sectores do povo salvadorenho, as duas Frentes reafirmaram estar dispostas a contribuir para este processo que procura construir a paz na América Central, através da via do diálogo em que participem todas as forças políticas e sociais que aspiram a uma paz duradoura, com justiça social.

Os esforços da FDR-FMLN não foram em vão.

No domingo, pela quarta vez, o diálogo é reatado em El Salvador, mesmo contra a vontade de Washington que não esconde o desagrado de ver os países centro-americanos a procurar soluções que escapam ao controlo da Casa Branca.

A guerra do Golfo

Entre o impasse das iniciativas políticas e a escalada dos ataques a petroleiros, a guerra do Golfo continua a dominar as atenções internacionais, arriscando a cada momento tornar-se em conflito generalizado de consequências imprevisíveis.

Após o ataque norte-americano a um navio iraniano, de que resultaram três mortos, as declarações dos principais intervenientes subiram de tom, surgindo como um dado qualitativamente novo a afirmação expressa de que os EUA pretendem a instauração de um novo regime no Irão.

As declarações de Caspar Weinberger, secretário de Estado da Defesa dos EUA, durante a sua visita às forças armadas norte-americanas estacionadas no Golfo e a países aliados na região, não podiam ser mais claras. **Precisamos, a longo prazo** — disse — **de um regime totalmente diferente, porque ninguém consegue lidar com um tipo de Governo fanático e irracional como o que eles** (os iranianos) **têm agora.**

Talvez por isso os EUA se têm empenhado tanto em impedir a solução política do conflito, optando por «soluções» de força e provocações que mais não fazem do que acirrar os ânimos já de si exaltados. Como foi o caso do ataque ao navio iraniano que estaria a colocar minas nas águas internacionais e que aparece envolvido num mistério cada vez maior.

Com efeito, o filme que deveria ter sido apresentado mostrando as operações de minagem «ficou inutilizado» na revelação, o que segundo um porta-voz da Casa Branca «está sempre a acontecer quando qualquer um de nós tira instantâneos», mas que não consta ser tão frequente quando se trata, como era o caso, de aparelhos altamente sofisticados; não menos estranha foi a urgência que os EUA tiveram em destruir «a arma do crime», o navio iraniano, «da forma mais eficaz possível», nas palavras do próprio Weinberger. Uma medida algo insólita para quem assim ficou sem provas das graves acusações contra outro país.

Recorda-se que o Irão negou que o navio levasse minas, continuando a afirmar que transportava mantimentos.

De registar ainda que o Iraque se afirma disposto a continuar a «punir o Irão» até que este aceite o fim das hostilidades, garantindo que «haverá uma paz negociada ou uma guerra total» e instando o Irão a «escolher antes que seja demasiado tarde». Enquanto isto, o Irão reafirma a decisão de continuar «a guerra santa» até que Saddam Hussein (do Iraque) seja derrubado.

Neste contexto, parece mais do que duvidoso que venham a dar quaisquer resultados os esforços para uma resolução do conflito com base na Resolução 598 da ONU, anunciados na sexta-feira passada pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Dominado pelo imperialismo estrangeiro, Portugal é, ao mesmo tempo, um país colonialista. São também os monopólios associados ao imperialismo estrangeiro que exploram os povos das colónias portuguesas. O domínio colonial nenhuns benefícios traz nem pode trazer às classes laboriosas de Portugal. O domínio colonial tem representado para o nosso país o atraso económico geral, tem facilitado o fortalecimento do poder dos monopólios e do imperialismo estrangeiro. Portugal tem recursos bastantes para uma vida independente e desafogada. O povo português e a nação portuguesa estão vitalmente interessados na conquista da independência pelos povos das colónias portuguesas. "Não pode ser livre um povo que oprime outros povos".

Ante o movimento nacional libertador nas colónias portuguesas, o governo fascista (...) procura manter o domínio e a escravidão colonial através do terror e da guerra. Uma tal política, que fecha os olhos à realidade do mundo de hoje, sofreu um primeiro fracasso em Goa, Damão e Diu e sofrerá novos fracassos nas restantes colónias portuguesas. Nada poderá evitar a total derrota do sistema colonial.»

(«Resolução do CC sobre a linha política e táctica do Partido» — «Avante!», VI série, n.º 334, Outubro 1963)

AVANTE!

«A repulsa contra a guerra de Angola aumenta em todo o país, mas Salazar está disposto a continuar obstinadamente a sua política colonialista. As próprias decisões da ONU, cujos princípios se comprometeu a cumprir, são desrespeitados abertamente pelo Governo, que diz pela boca do ministro dos Negócios Estrangeiros: "Não nos perturbemos com eventuais resoluções na ONU e não nos preocupemos mesmo em cumpri-las".

Poderá ele ignorar a vontade dos povos? Esta atitude de bravata só é possível ao governo de Salazar porque conta com os seus parceiros da NATO (...) que lhe fornecem armas e apoiam encapotadamente a sua política colonial. (...)

Contudo, estes apoios são frágeis perante a vontade expressa dos povos de terminar o colonialismo. Ao contrário do que o fascismo procura fazer crer, dando por terminada a reocupação do Norte de Angola, a luta do povo angolano pela sua libertação continua, e Salazar está irremediavelmente batido na guerra de Angola.

(...)»

(«A guerra continua, o povo exige a paz» — «Avante!», VI série, n.º 307, 1.ª quinzena Outubro 1961)

AVANTE! PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNI-VOS!

Em **Angola**, os factos desmente o optimismo forçado de Franco Nogueira quando afirma, para americano ouvir, que já quase não se combate. A luta alargou-se a novas zonas da colónia e a perspectiva para muito breve duma **Zâmbia** (Rodésia do Norte) independente, (...) não é nada brilhante para os colonialistas portugueses. Em **Luanda**, toda a população civil é **obrigada** a colaborar nas actividades da chamada "Organização Provincial de Voluntários" (!!!) nos exercícios de "defesa civil". Os funcionários públicos passam também a ficar sujeitos a sanções disciplinares se recusarem submeter-se ao treino militar e aos ditos exercícios promovidos pela "organização de Voluntários". Para quê tais preparativos — perguntamos nós — se de facto os salazaristas afirmam que a guerra de Angola está prestes a terminar?

(...)»

(«Abaixo a guerra colonial» — «Avante!», VI série, n.º 347, Outubro 1964)

Em Foco

Avante!

Ano 57 – Série VII
N.º 718
1 de Outubro de 1987
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

PRESIDENTE DE ANGOLA EM PORTUGAL

Termina hoje no Porto a visita oficial do Presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, a Portugal, a primeira efectuada por um chefe de Estado angolano ao nosso país. Iniciada domingo, em Lisboa, a visita foi considerada por ambas as partes como símbolo da melhoria e consolidação das relações existentes entre os dois países, passados que são doze anos desde a independência angolana.

Acompanhado por uma importante comitiva, composta por responsáveis governamentais, políticos e militares, o Presidente José Eduardo dos Santos cumpriu um intenso programa durante os cinco dias da sua estada em Portugal, que foi, numa primeira análise, positiva ao nível das intenções.

De salientar, das conversações travadas com o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, as afirmações de que com esta visita se regista uma «alteração qualitativa» nas relações bilaterais e o público reconhecimento dos esforços desenvolvidos pelo estadista angolano na procura de soluções de paz para Angola e a África Austral.

Falando em Sintra, Cavaco Silva disse não ter dúvidas de que a autodeterminação da Namíbia será um contributo decisivo para a reconciliação nacional e para a paz em Angola, para a qual o seu Governo se afirma disposto a contribuir.

«Favorecemos, salientou, os contactos e as negociações em curso com outros países, que podem permitir uma aproximação de posições pela demonstração de flexibilidade negocial e pela procura comum de objectivos que conduzam a uma progressiva redução do conflito interno e das tensões externas».

Também noutros domínios da cooperação as manifestações de boa vontade não faltaram; como disse Cavaco Silva «importa reconhecer com realismo e sem preconceitos que em múltiplos domínios se abre um vasto campo onde poderemos aprofundar consultas a nível político, por forma a melhor defendermos os interesses dos dois países e a contribuirmos para o desenvolvimento harmonioso das relações entre a África e a Europa e para atenuar o fosso entre países ricos e países em vias de desenvolvimento».

Considerando «definitivamente encerrada a fase em que alguma polémica e certa conflitualidade pareciam pautar» as relações entre os dois países, Cavaco Silva expressou a convicção de que «a rentabilidade, em termos de desenvolvimento e bem-estar, da cooperação com Portugal, será para Angola mais elevada, se objectivamente comparada com a de outros modelos de cooperação de igual grandeza».

Por seu turno, José Eduardo dos Santos aproveitou a sua estada em Portugal, entre outras coisas, para esclarecer a opinião pública portuguesa sobre a realidade angolana e realçar as potencialidades existentes na cooperação entre os dois países.

Muito diplomaticamente, não se coibiu de abordar questões como a presença das topas cubanas em Angola, que recordou ser perfeitamente legal e prevista no artigo 51 da Carta das Nações Unidas, manifestando a propósito a sua surpresa por «aqueles que nunca puseram em causa o grau de soberania de países desenvolvidos da Europa, que há dezenas de anos mantêm estacionados nos seus territórios milhares de soldados estrangeiros, venham agora afirmar, paradoxalmente, que a presença de tropas do Zimbabwé em Moçambique ou de tropas cubanas em Angola constitui intolerável situação de dependência».

Paradoxal deve também ter parecido ao Presidente da RPA o facto de, enquanto por um lado Cavaco Silva reiterava que «o Governo não permitirá que Portugal possa constituir uma plataforma de desestabilização para qualquer país africano de língua portuguesa», por outro lado eram consentidas provocações que se não ensombraram a visita desprestigiaram as autoridades portuguesas.

É o caso da mini-manifestação (de cuja realização não foi dado conhecimento às autoridades como a lei prevê) junto à embaixada de Cuba, promovida por membros da dita Associação de Solidariedade Democrática Angola-Portugal, dirigida por militantes e dirigentes do PS, PSD e CDS; a atitude assumida por deputados, designadamente do PSD, CDS e 1 do PS, na sessão solene realizada em honra de Eduardo dos Santos; o voto contra dos vereadores do PSD na Câmara Municipal de Lisboa que impediu a aprovação de uma moção de boas-vindas a Eduardo dos Santos; as declarações insultuosas de Alberto João Jardim (PSD), entre outros.

O futuro dirá do real significado destes incidentes, bem como da veracidade das intenções expressas pelo Governo português. Com a certeza de que, a ser perdida a possibilidade de relações privilegiadas com a República Popular de Angola, tal não se deverá à falta de esforços de Angola. Como a visita de José Eduardo dos Santos uma vez mais o demonstrou. ■

Presidente de Angola em Portugal

Sessão solene na AR

Ponto alto da visita oficial do presidente da República Popular de Angola a Portugal foi a sessão solene realizada na Assembleia da República, na segunda-feira. A sala do Senado, onde decorreu a cerimónia, a «mais nobre» segundo afirmou o presidente da AR, Vítor Crespo, revelou-se pequena para acolher quantos a ela quiseram assistir e, na pessoa de José Eduardo dos Santos, «saudar o povo angolano, ao qual nos unem matrizes históricas comuns, que nos determinam uma procura constante em tornar mais exemplares, mais fortes e mais fraternos os elos que ligam Angola e Portugal». Elos que estão inscritos na memória colectiva de um e de outro povo».

Os laços entre os dois povos e países, «a memória comum que temos o direito e o dever de respeitar», foram a tónica central do discurso de Vítor Crespo, que na ocasião lembrou ainda a preocupação da comunidade internacional pela situação que se vive no Sul do continente africano, preocupação partilhada pelo Parlamento português que, disse, «no âmbito que lhe é próprio, tem dado e continuará a dar o seu apoio às iniciativas que visem a solução das tensões e conflitos na África Austral».

«Portugal – sublinhou o presidente da AR – condena o *apartheid*. Condena as agressões vindas do exterior. Defende a negociação e solução pacífica dos conflitos internacionais. Repudia o uso da força para a resolução dos diferendos entre Estados.»

Assinalando o facto de a cerimónia coincidir com a realização, na Assembleia da República, da reunião da Assembleia Paritária das Comunidades Económicas Europeias e dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico, Vítor Crespo manifestou a sua confiança de que «a reflexão que nela se vai fazer sobre os problemas fundamentais do desenvolvimento irá estimular a compreensão entre os Estados e impulsionar o reforço da cooperação entre a CEE e os países ACP» e que ainda nesse campo e no âmbito dos acordos de Lomé, «será possível fortalecer a cooperação bilateral Angola-Portugal, por serem países que bem se conhecem e muito se estimam.»

A intervenção do presidente da República Popular de Angola, de que reproduzimos alguns excertos em separado, aborda com particular serenidade e alguma profundidade os principais aspectos da política interna e externa de Angola. O que parece não ter agradado a certos deputados, que não o aplaudiram: todos os do CDS, a maioria dos do PSD e João Soares, do PS. Uma atitude que, não sendo dignificante, não deixa de ser esclarecedora. ■

***Discurso** na Assembleia da República*

Eduardo dos Santos

Um discurso esclarecedor

Sabemos que, de um modo geral, os defensores deste sistema (pluripartidário) **consideram o regime de partido único que adoptámos em Angola como uma forma ditatorial e não democrática do exercício do poder. Mas este sistema existe em quase todos os países africanos independentemente da sua orientação política.**

As palavras são do Presidente da RPA, José Eduardo dos Santos, no seu discurso na sessão solene efectuada na AR, onde após reiterar a preocupação angolana **de respeitar a orientação política livremente escolhida por outros povos**, aquele dirigente deixou claro **não pretender fazer comparações entre as vantagens e desvantagens de ambos os sistemas**, mas antes **chamar a atenção para o facto de estarem criadas na RPA, tanto no Partido como no Estado, os mecanismos e estruturas suficientemente representativas da vontade popular, que permitem uma ampla e diversificada discussão dos problemas e a tomada de decisões.**

«Entre essas estruturas — disse — inclui-se em lugar de relevo a Assembleia do Povo, órgão máximo do poder do Estado, na qual se verifica uma equilibrada representação dos mais diversos sectores sociais das províncias do País, sem distinção de sexo, credo religioso ou cor da pele.

«Acreditamos que esse é o modelo mais adequado às condições presentes do nosso País e não aceitamos que outros países nos exijam a seguir ou a adoptar os seus padrões de democracia e de legalidade.

«Enquadram-se neste caso a persistente campanha feita por alguns detractores do regime político angolano segundo a qual a República Popular de Angola devia partilhar o poder com angolanos que se encontram ao serviço do *apartheid*. É óbvio que toda a tentativa de pressionar o Governo Angolano a efectuar conversações com esses agentes antiangolanos estará sempre condenada ao fracasso.

«Não há conciliação possível entre a vítima e o assassino, entre os que tratam de construir e os que destroem, entre os que libertam e os que querem perpetuar a opressão.»

Salientando a política de tolerância que tem levado o governo angolano a receber todos os cidadãos que voluntariamente pretendam integrar-se no esforço de reconstrução e defesa do país, Eduardo dos Santos reafirmou a intransigência «em relação àqueles que de armas na mão e ao serviço de interesses estrangeiros continuam a destruir vidas e bens».

***José Eduardo dos Santos** com Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP*

A guerra

Dois assuntos, na opinião de José Eduardo dos Santos, têm «sido intencionalmente abordados de maneira distorcida» por alguns sectores políticos portugueses:

«Trata-se da questão de uma pretensa "guerra civil" que estaria a ter lugar em Angola e da necessidade de Portugal impor o seu papel de árbitro para obrigar os intervenientes a respeitar os termos do que ficou acordado no Alvor, em fins de 1974.

«Antes de qualquer caracterização do actual conflito em Angola, importa recordar, muito rapidamente, que a Unita foi sempre, desde a sua criação, uma organização disponível para a traição e que nunca olhou a meios para atingir os seus fins.

«Foi disso um primeiro exemplo a comprovada articulação que estabe-

leceu no terreno com a polícia política fascista portuguesa de então e com o exército colonial, com o objectivo único de se opor à Luta de Libertação Nacional que o MPLA conduzia.

«Não espanta, pois, que ela sirva actualmente com a mesma desenvoltura o regime racista de Pretória, variando apenas o conteúdo da sua mensagem para agradar aos seus novos mestres, sem o apoio dos quais há muito teria desaparecido.»

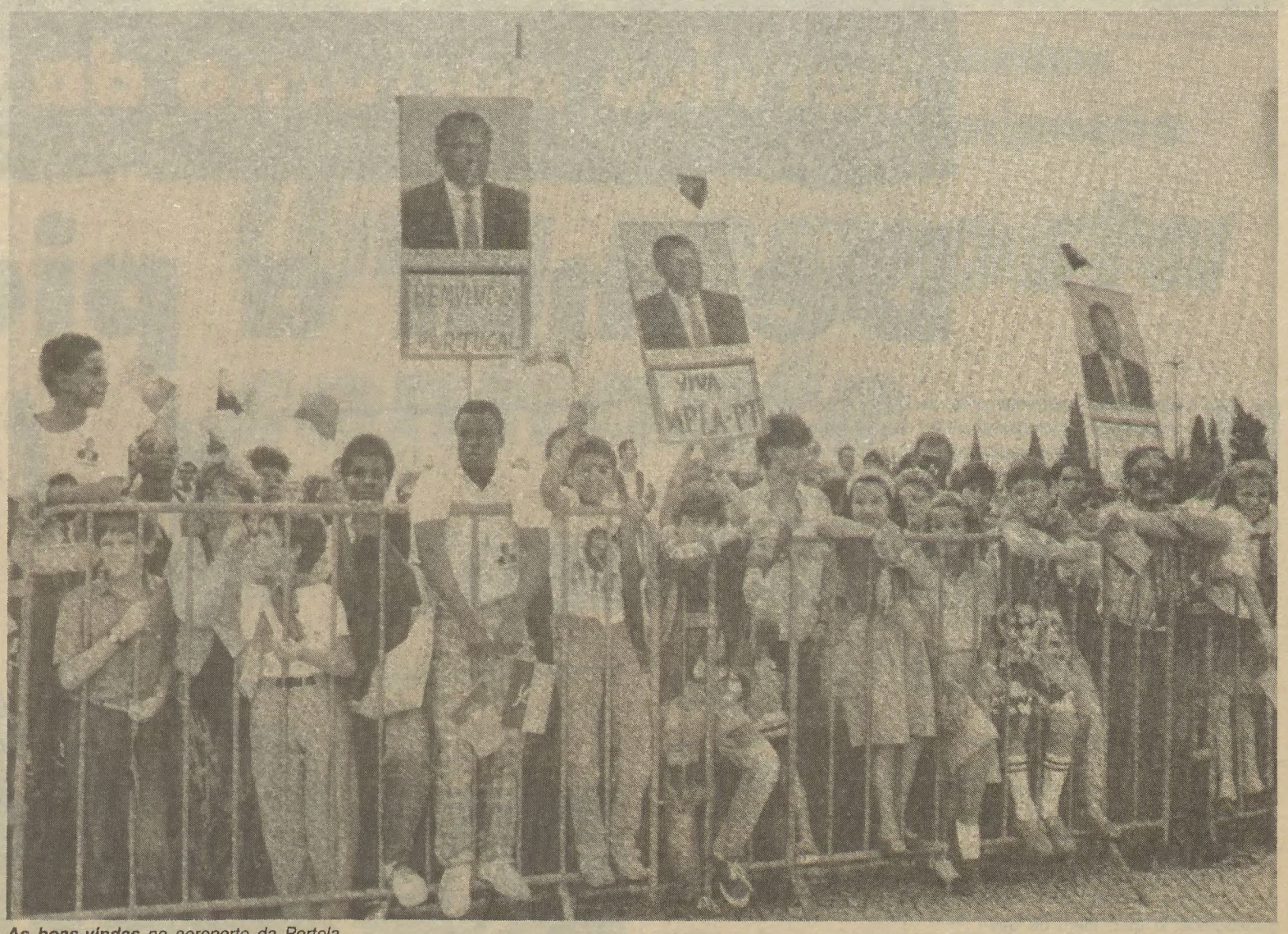
Deixando claro que não existe qualquer «guerra civil» em Angola, «mas apenas uma guerra de agressão por parte da África do Sul», o Presidente da RPA afirmou ser sintomático que os bandos armados da Unita pretendam voltar a obter «o estatuto legal que durante um certo tempo, por razões conjunturais, lhes foi reconhecido, invocando a sua qualidade de signatários dos Acordos do Alvor».

E recordou a propósito:

«Como resultado de um conflito militar por elas próprias fomentado logo a partir de Março de 1975, a Unita e a FNLA abandonaram unilateral e voluntariamente os seus assentos ministeriais no Governo de Transição e retiraram-se ao mesmo tempo de Luanda, a capital do País.»

«O consequente vazio de poder só foi evitado pela participação mais activa de dirigentes do MPLA e de Portugal, até que na tarde do dia 10 de Novembro de 1975, também a parte portuguesa se retirou do governo e de Luanda. Ao arrear nessa altura o último símbolo da sua presença formal em Angola, a potência colonizadora declinava a sua responsabilidade na transmissão dos poderes à nova direcção do País.

«Esta atitude, a exemplo do que já havia acontecido com o abandono dos dirigentes da FNLA e da Unita, significava na prática a denúncia dos acordos de Alvor e determinava a sua completa nulidade. O posterior reconhecimento por Portugal do governo angolano proclamado em 1975 pelo MPLA, foi apenas a confirmação de que os Acordos do Alvor faziam já parte do passado.»



***As boas-vindas** no aeroporto da Portela*

Propostas de paz

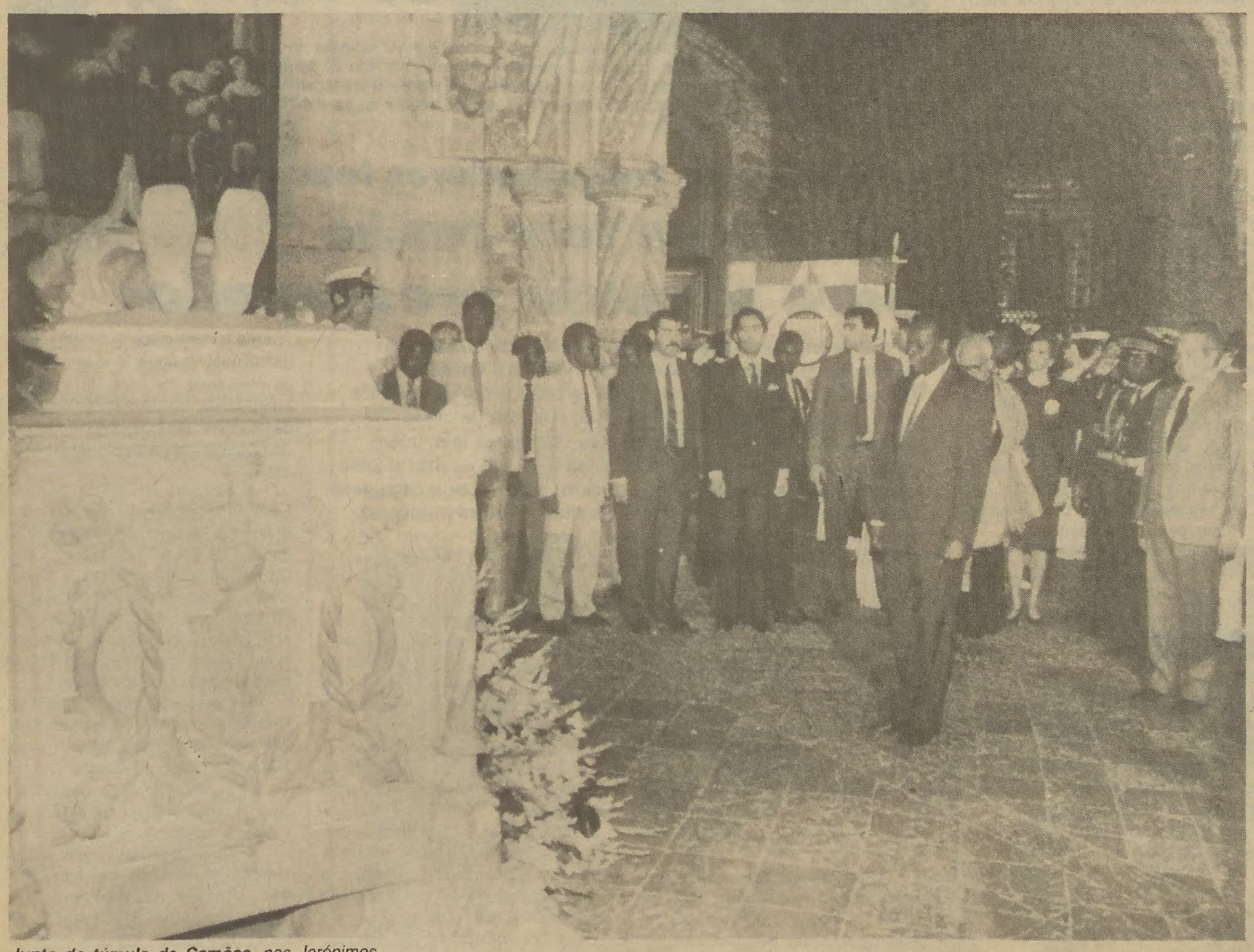
Eduardo dos Santos referiu-se em seguida aos persistentes esforços de Angola pela reconstrução nacional e a paz, que têm encontrado sempre pela frente a guerra de destruição levada a cabo pela África do Sul. Salientando que a liquidação do regime de *apartheid* é da responsabilidade de toda a Humanidade, o dirigente angolano sublinhou a importância da «solidariedade e apoio a todas as forças anti-*apartheid*, principalmente o ANC», para acelerar «a abolição do *apartheid*, a independência da Namíbia e a cessação das agressões contra os países da Linha da Frente».

Neste contexto recordou as iniciativas de paz desenvolvidas por Angola, as conversações com os EUA, a flexibilidade manifestada, que não pode no entanto ser confundida com ingerência. «Ninguém nos deve impor o que devemos fazer, com quem devemos falar ou quem devemos mandar embora», afirmou.

Referindo-se directamente à presença de forças cubanas em Angola, Eduardo dos Santos recordou os laços existentes entre os dois países, condenou «as calúnias e difamações que têm rodeado a acção de Cuba em Angola», que considerou como «a expressão mais evidente da incapacidade dos nossos inimigos de compreenderem um gesto que ultrapassa os seus gestos egoístas e mesquinhos» e defendeu o direito de Cuba «se sentar à mesa de negociações» no âmbito das novas propostas apresentadas por Angola com vista à independência da Namíbia e à instauração da paz na região.

A propósito afirmou:

«Nestas novas propostas se reiteram as condições que apresentamos antes, nomeadamente a retirada das tropas sul-africanas do sul de Angola, a cessação das agressões sul-africanas, o fim de todo o tipo de apoio da África do Sul e dos seus aliados à Unita e a implementação da Resolução 435/78 das Nações Unidas. Satisfeitas estas condições encaramos a redução do prazo de retirada do agrupamento de forças cubanas situadas ao sul do paralelo 13 para dois anos como base de negociação.»



***Junto do túmulo de Camões**, nos Jerónimos*

A situação económica

A situação económica do país e as medidas preconizadas para corrigir erros e distorções, ocuparam a parte final da intervenção do Presidente da RPA. Referindo-se ao programa de saneamento económico e financeiro (SEF) já aprovado, Eduardo dos Santos esclareceu que com ele se pretende «criar condições para o processo de estabilização e recuperação económica, nomeadamente através da aplicação de uma política mais realista de enquadramento do sector estatal e do privado, na actividade económica, da revisão do sistema de direcção e gestão da economia e do saneamento das contas internas e externas do país».

Neste contexto, recordou o acordo de cooperação económica assinado em 1978 entre Angola e Portugal, salientando que:

«O conhecimento recíproco das potencialidades económicas de ambos os países e da evolução previsível das suas economias, irá favorecer certamente o desenvolvimento da sua cooperação, que poderá assumir a forma de empresas mistas e outras associações vantajosas e de interesse comum, na celebração de contratos de gestão e de assistência técnica, no recrutamento e contratação de cooperantes, na formação e aperfeiçoamento profissional de quadros, na realização de estudos e projectos e noutras acções de comum acordo.»

Após referir algumas das vantagens mútuas do reforço da cooperação, o Presidente da RPA salientou que «um papel importante está reservado aos empréstimos de ambos os países, os quais deverão ser capazes de identificar e integrar nas suas estratégias o aproveitamento das oportunidades de investimento e cooperação que existem actualmente nos dois países».

A terminar, Eduardo dos Santos expressou a sua convicção de que se está «em vias de abrir uma nova era, realmente fecunda e carregada de perspectivas optimistas, entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola». ■

Serviço nocturno da Carris

De mal a pior

Há dias atrás a administração da Carris anunciava que vinham aí **melhores** serviços na sua rede nocturna de transportes. À primeira vista houve quem acreditasse. E o cidadão mais optimista terá desabafado o tradicional «assim é que é!» ou o «até que enfim, mais autocarros e eléctricos». Razões de sobra para esse eventual contentamento teriam os lisboetas, obrigados, por força do seu horário laboral ou escolar (caso dos trabalhadores-estudantes), a usar sistematicamente o serviço nocturno de transportes da Carris. Afinal, os **melhores** serviços — iniciados no passado domingo — nada tinham a ver com o aumento ou reforço de carreiras (não falando já da modernização da frota), mas sim com a sua drástica supressão e diminuição. Ao fim e ao cabo, o que a administração da Carris acabou por anunciar (e, por favor, não venham acenar com os velozes eléctricos de vésperas do séc. XXI para ligar Carnaxide a Sacavém...) foi pura e simplesmente um conjunto de graves prejuízos para a população da capital, como assinala uma nota de Imprensa divulgada no passado dia 26 pelo Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP.

«Há carreiras que são encurtadas, obrigando a fazer um ou dois transbordos, o que, além de desconforto, leva à perda de tempo na espera pelas ligações», refere o Comité Local, que acrescenta:

«Há ligações que obrigam a percorrer uma distância de autocarro, que, relativamente ao serviço diurno, é mais do dobro.» E não se fica por aqui: Há supressão de carreiras que deixam como única alternativa a deslocação a pé... ou de táxi.

«Há carreiras» — alerta ainda o CLL — «que, tendo até à meia-noite/uma hora da manhã índices de ocupação elevados, são suprimidas, obrigando a percursos alternativos mais demorados e sem qualquer garantia de reforço nas carreiras alternativas».

Segurança e transporte

Na nota que divulgou aos órgãos de Comunicação Social, o Comité Local do PCP diz que «da análise à rede nocturna apresentada verificamos que houve a intenção de não agravar os percursos a pé em mais de 500 metros», mas isso vai acarretar, além de mais tempo perdido e incómodo (principalmente nos dias de chuva) graves problemas de segurança dos cidadãos, com especial incidência em zonas da cidade mais atingidas pela marginalidade.

A este propósito, sublinha o CLL:

«A falta de policiamento adequado, aliada ao aumento da marginalidade — cuja origem reside fundamentalmente na degradação social provocada pela política de direita, que tem originado a proliferação de situações de miséria — levaram a que Lisboa seja uma cidade insegura e esse facto não possa ser ignorado quando se planeia a rede de transportes urbanos.»

Salvaguardar direitos

Da parte da administração da Carris, que lançou um folheto para explicar ao público as alterações, existem, naturalmente, alguns argumentos para a situação agora anunciada. Dificuldades com o equipamento, para a circulação nocturna, custos excessivos, restrições orçamentais impostas pelo Governo Cavaco, etc. Sejam quais forem as razões, e independentemente de uma análise profunda a cada uma delas, uma coisa é certa: não se pode falar de melhoria de serviço para os utentes.

«O problema dos transportes urbanos na cidade de Lisboa», salienta o PCP, «tem uma importância que ultrapassa a empresa transportadora. Obriga à audiência prévia das populações, através dos seus representantes eleitos nos órgãos autárquicos, o que não foi feito. Esperamos que face à posição assumida pela Assembleia Municipal de Lisboa, por iniciativa dos eleitos do PCP, a situação seja revista e os interesses das populações salvaguardados».

Uma vez mais se lembra que, tal como outros serviços essenciais, o transporte deve ser encarado como um direito social a melhorar e a dinamizar, com adequado investimento financeiro, técnico e humano. Como assinala o Comité Local de Lisboa do PCP «o transporte público tem de ser entendido como um serviço para garantir o direito das pessoas à movimentação e não como um meio de gerar lucros, ou apenas destinado a levar a mão-de-obra aos postos de trabalho e fazê-la regressar a casa para recuperar forças para o dia seguinte». ■

Consequências

Desde o passado domingo (dia 27), o transporte nocturno da Carris piorou com alterações introduzidas em várias carreiras de autocarros. No folheto distribuído ao público diz-se que estas alterações visam adequar o número de lugares oferecidos ao número de utentes de cada ligação e criar novos serviços em áreas de fraca acessibilidade. Porém, o que acontece é que agora as deslocações na cidade obrigam a maiores percursos a pé e de autocarro e a um maior número de transbordos. Tomando posição sobre o assunto, o Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP aponta algumas das consequências desta situação: mais tempo gasto nos trajectos, maior incomodidade, maiores despesas (há quem não tenha passe), menor mobilidade, mais situações de insegurança na via pública. ■

Uma comissão eleita na Assembleia Municipal de Lisboa esteve reunida na segunda-feira com responsáveis da Carris, que prometem agora «pequenos acertos» no novo serviço de transporte nocturno. Recorde-se que foram os eleitos do PCP no município de Lisboa os primeiros a avançarem propostas de acção concretas para evitar as péssimas consequências (que já se fazem sentir) do serviço em vigor desde o dia 27 para as carreiras nocturnas de autocarros

Comissão de Trabalhadores toma posição

«O utente tem razão para se sentir preocupado»

«A Carris tem como objectivo servir sempre bem, cada vez melhor, os seus utentes». Desta forma inicia a Carris a apresentação pública do seu plano de redução de carreiras a partir das 21 e 30 horas. Continuando a leitura de prosa colorida, surge-nos a enumeração de vantagens tais, que o utente quase se sente culpado por, ao lê-la, lhe ocorrer a ideia de que, em vez de utilizar um autocarro para voltar a casa, terá que utilizar um autocarro, o metropolitano e outro autocarro. Tem no entanto razão para se sentir preocupado – quem fala assim é a Comissão de Trabalhadores da Carris em comunicado divulgado na passada segunda-feira.

Mostrando com toda a clareza que o serviço anunciado não é para melhor mas para pior (e de que maneira!), a CT da empresa refere no seu comunicado:

«Suponhamos um trabalhador-estudante ou um trabalhador da Função Pública colocado na Escola Ferreira Borges (Alto de St.º Amaro) e a residir em Olivais Norte, habituado a utilizar a carreira de autocarros n.º 22.

«Com o corte desta carreira a partir das 21 e 30 horas, terá que descer a pé até ao jardim de St.º Amaro, aguardar pelo autocarro n.º 42 e ir até à Praça do Chile, aí esperar o autocarro n.º 19, sair da Rotunda do Aeroporto, aguardar a carreira especial e finalmente chegar a casa. Se no entanto morar perto do supermercado (Olivais Sul), terá que ir a pé dos Olivais Norte até à sua residência.»

Mais adiante, a CT sublinha:

«Afirma a Carris ir melhorar as condições de transporte às zonas periféricas.

«De que forma? Cortando a carreira 14, que funcionava até cerca da 1 hora, obrigando as pessoas a utilizar a carreira 50 até à estrada da Circunvalação e fazer a pé, por zonas mal iluminadas, um percurso de, num mínimo, 500 metros até chegar a Outurela?

«Será "aumentar a regularidade do serviço durante a noite" deixar os moradores da zona do Charquinho/Estrada dos Arneiros/Cemitério de Benfica sem transporte depois das 21 e 30 horas (corte da carreira 33)?

«É cortando a carreira 30, que funcionava até depois das 24 horas, deixando sem transporte trabalhadores e doentes dos Hospitais Curry Cabral, Miguel Bombarda e Capuchos; ou trabalhadores e estudantes do Instituto de Medicina Legal e Escola Nuno Gonçalves, que são garantidas aos utentes "frequências mais elevadas" do transporte?

«Os números são elucidativos. Das 45 carreiras que se prolongavam para além das 21 e 30 horas, 18 são cortadas, 13 encurtadas e só 14 se mantêm com os horários tradicionais, tendo sido criadas 4 carreiras auxiliares.

«É óbvio, que não foi por esquecimento a ausência de indicações das zonas que deixaram de ter serviço nocturno. Isto seria pouco agradável num folheto tão bem apresentado e em que se procura "vender o produto degradado".»

Finalmente, a Comissão de Trabalhadores esclarece:

«Como é evidente, a única motivação deste esquema de transporte é a redução de custos, óptica pela qual o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações enxerga as empresas sob a sua tutela e na qual é prontamente seguido pelos "gestores" que coloca nestas empresas, os quais esquecem rapidamente esse conceito quando toca a esbanjar os dinheiros públicos no pagamento do seu transporte particular e dos seus familiares.

«Com a concretização deste plano, espera a Carris "poupar" cerca de 79 mil contos, números estes que se prevê sejam largamente ultrapassados. O ónus desta "poupança" recairá uma vez mais sobre aqueles que utilizam os autocarros e eléctricos para o seu transporte diário.

«É hoje entendido e aceite pela generalidade da população o carácter social do serviço de transporte.

«Cabe pois ao Estado garantir o investimento às empresas e exigir destas a definição duma rede de transportes operacional, que responda às necessidades das populações e simultaneamente as estimule a uma mais frequente utilização do transporte público.

«Não é reduzindo drasticamente as hipóteses de transporte que estes objectivos serão conseguidos.» ■

Suponhamos...

... um trabalhador-estudante, um professor ou um funcionário público colocado na Escola Secundária Ferreira Borges (Alto de Santo Amaro) e a residir nos Olivais Norte, habituado a utilizar a carreira de autocarros n.º 22. Com o corte desta a partir das 21.30 h, terá que descer a pé até ao jardim de St.º Amaro, aguardar pelo autocarro n.º 42 e ir até à Praça do Chile. Aí esperará o autocarro n.º 19. Depois, sai na rotunda do Aeroporto, aguarda a carreira especial e finalmente (quanto tempo depois?) chega a casa. Se, para mais azar, residir perto do supermercado (Olivais Sul) então terá que ir de novo a pé, dos Olivais Norte até a casa... ■

Enquadramento dos militantes e funcionamento da organização

Uma resposta confiante e vigorosa!

Melhorar o enquadramento dos militantes e o funcionamento da organização, dinamizar a actividade e aprofundar a ligação às massas são importantes linhas de trabalho que se salientam no debate em curso nas iniciativas das organizações do PCP.

Passado o período de férias — já entrámos em Outubro — o vasto trabalho político e organizativo dos comunistas retoma gradualmente em todo o País (ao contrário do que certa Imprensa direitista pretende fazer crer) o vigor e o dinamismo que caracterizam um colectivo partidário com intensa vida democrática, com grandes responsabilidades na sociedade portuguesa, um colectivo fortemente enraízado nas populações e nos trabalhadores.

No último fim-de-semana, por exemplo, enquanto o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, participava num comício no **Escoural**, de homenagem a Caravela e Casquinha (ver no caderno «A Semana»), numerosas organizações do Partido realizavam plenários, reuniões e convívios dos organismos de direcção e dos militantes, tanto ao nível de células de empresas como de bairros, freguesias, concelhos, distritos e frentes de trabalho.

Recorde-se, entretanto, que a **campanha organizativa** iniciada em Fevereiro deste ano por decisão do CC, suspensa devido às eleições de 19 de Julho, é agora retomada pelo Partido, sendo fundamental, como sublinha «O Militante» (edição de Setembro), «mobilizar todos os organismos dirigentes e as organizações para essa tarefa de primordial importância». E isto não só pelo que pode vir a representar para a melhoria do trabalho orgânico, do funcionamento e da vida interna do Partido, como pela motivação e estímulo que certamente dará a todos os militantes na preparação do XII Congresso do PCP.

Dificuldades: analisar e estudar os «porquês»

Muito brevemente abordaremos algumas questões concretas da campanha organizativa que se retoma. Por agora, pensamos ser útil recordar o que «O Militante» apontou na sua última edição sobre a necessidade de melhorar o enquadramento dos militantes e o funcionamento da organização, tendo em conta que a campanha se vai voltar especialmente para as questões orgânicas e, naturalmente, para as formas de vencer as dificuldades que existem nesse campo.

Uma primeira ideia:

Essas dificuldades têm, como se sabe, raízes gerais, ligadas às consequências políticas, sociais, económicas e culturais da orientação reaccionária que tem caracterizado os governos desde há onze anos. A derrota sofrida pelas forças democráticas nas últimas eleições vai, sem dúvida, elevar tais dificuldades. É necessário ter presente essa situação porque só percebendo bem as razões das dificuldades se lhes poderão dar as respostas necessárias.

Também por isso, há que, em cada organização, analisar o que não é consequência de uma situação geral, mas sim de deficiências na vida concreta do Partido, na actividade (ou inactividade) dos seus organismos e dos seus membros.

E, ao realizar, essa análise, é necessário contar com as lições colhidas na campanha eleitoral, as suas características em cada local de trabalho ou de habitação, pois tais características forçosamente foram influenciadas pelas condições orgânicas na altura existentes.

De um modo geral, importa que cada organização se debruce, como se disse, sobre o enquadramento dos militantes e o funcionamento da organização.

Conhecer mais e melhor

Postas as coisas neste pé, o que é que se deve fazer? Vejamos:

É necessário, por um lado, conhecer bem a estrutura, os organismos, as reuniões, os contactos, tudo o que permite estabelecer uma relação mais ou menos capaz com os membros do Partido e acompanhar a sua actividade. Mas, por outro lado, não basta conhecer as formas concretas organizativas (estrutura, organismos, reuniões, contactos); é indispensável saber bem como é que elas funcionam. É preciso conhecer o nível do trabalho de direcção dos organismos, o tipo de trabalho colectivo que se realiza, a participação nas reuniões e o seu conteúdo, a atenção que se dá às críticas e sugestões, a presteza na tomada de medidas para eliminar deficiências e erros, o esforço para conseguir mobilizar os membros do Partido, a capacidade e a perseverança no esclarecimento e muitos outros aspectos que caracterizam o nosso trabalho organizativo.

E acrescenta «O Militante»:

São, sem dúvida, muitas e diversas questões que é preciso conhecer, que é preciso acompanhar, que é preciso tratar, de modo a ir melhorando o enquadramento dos militantes e o funcionamento da organização. E tem de estar sempre presente o recrutamento de novos militantes, o seu enquadramento e o seu papel num melhor funcionamento orgânico.

Cabe a cada organismo dirigente um papel essencial no esforço que se tem de realizar a este respeito. Cabe a cada organismo dirigente, antes de mais, analisar o seu próprio trabalho, de modo a conseguir ultrapassar com brevidade as debilidades que mais rapidamente podem ser eliminadas e a encarar, com mais tempo, a solução para outras deficiências de maior vulto ou de mais difícil resolução.

Formar quadros

A par do recrutamento de novos militantes, outras tarefas de primeiro plano se levantam, como as que estão relacionadas com a formação dos quadros. Pela última vez, voltemos ao texto inserido no Boletim de Organização do Partido:

Os problemas orgânicos não têm, muitas vezes, soluções rápidas. As soluções capazes ligam-se, em geral, aos quadros, à sua formação e responsabilização e a formação é um processo normalmente lento. As soluções exigem, por isso, uma grande pertinácia e, para que esta exista e se imponha, é essencial que se compreenda bem o papel e importância da organização partidária, papel e importância para toda a actividade do Partido.

***Não é por acaso que, exactamente nos períodos de maior intensidade de tarefas, se tornam mais nítidas as consequências da subestimação dos problemas organizativos. Por isso, a Campanha Organizativa tem de se ligar não só a um aprofundamento do conhecimento da organização e a uma acção concertada para melhorar as suas características, mas a** um esforço para que se torne mais claro, para os quadros e para os militantes em geral, o papel essencial da organização e a importância decisiva do seu fortalecimento. ■

CGTP-IN faz hoje 17 anos

Forte, combativa virada para o futuro

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional comemora os seus 17 anos voltada para o futuro. Contrariando os que vezes sem conta saem à liça para tentar quebrar a espinha à central e ao forte movimento sindical unitário de que ela é a trave-mestra, as suas estruturas prosseguem o combate em defesa dos interesses dos trabalhadores.

O Conselho Nacional da CGTP-IN, de cuja última reunião o «Avante!» deu notícia na semana passada, definiu alguns traços fundamentais da actividade próxima da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses.

As conclusões dessa reunião reflectem justamente o conteúdo do lema sob que decorrem as comemorações organizadas pelas uniões distritais por todo o país: **«Somos o futuro, na luta pelos direitos dos trabalhadores, pela liberdade e pela democracia, pela paz».**

O Conselho Nacional reafirmou a posição da sua Comissão Executiva sobre a situação político-sindical e, em particular, sobre o programa do Governo, a defesa dos princípios fundamentais da Constituição e a oposição às anunciadas alterações de leis laborais e da lei sindical.

A CGTP decidiu «empenhar todas as estruturas representativas dos trabalhadores» na defesa do sector empresarial do Estado, promovendo o esclarecimento e a mobilização «a nível de cada empresa e da cada sector». Face às ambições do Governo no sentido de acabar de vez com a Reforma Agrária, o Conselho Nacional apelou «à solidariedade do movimento sindical para com os trabalhadores agrícolas e as suas organizações».

Há nove anos a CGTP, por ocasião do seu 8.º aniversário, organizava um grande comício de massas no Campo Pequeno, em Lisboa

Acção reivindicativa

De acordo com as decisões da reunião de 18 e 19 de Setembro a acção reivindicativa da CGTP-IN em 1988 terá como eixos principais **a criação e defesa de postos de trabalho e a estabilidade de emprego, o aumento do poder de compra dos trabalhadores, o estabelecimento da duração máxima da semana de trabalho de 40 horas, a melhoria das condições de trabalho e a garantia do direito à segurança social.**

No que toca às reivindicações imediatas, a CGTP-IN defende que o novo valor do salário mínimo nacional não seja inferior a 28 500 escudos e entre em vigor a partir de Janeiro de 1988. Quanto aos salários mínimos para o sector agrícola e para o serviço doméstico, entende a central que se devem aproximar rapidamente do valor aplicável à indústria, ao comércio e aos serviços, de forma a permitir a fixação «a curto prazo» de um único salário mínimo nacional.

Deve ser aplicada, por outro lado — reclama a Intersindical Nacional — a convenção 102 da Organização Internacional do Trabalho, que estabelece como valor mínimo para as pensões um montante correspondente a 55 por cento do salário mínimo nacional.

A CGTP-IN reivindica ainda a actualização das pensões e prestações a partir de Janeiro próximo para 15 600 escudos (regime geral), 14 200 escudos (rurais) e 12 800 escudos (pensão social). As outras pensões devem ser aumentadas, pelo menos, em 4 000 escudos.

O direito dos trabalhadores à segurança social tem vindo a ser posto cada vez mais em causa pelos governos de direita. Aqui também entendem os defensores do «liberalismo desenfreado» que o Estado nada deve garantir aos cidadãos e que a segurança social deve ser apenas mais um *negócio* — privado, evidentemente.

Justiça no trabalho

Justifica-se plenamente a decisão da CGTP-IN de incluir a segurança social nas suas reivindicações imediatas. O Conselho Nacional da Inter exige a «universalização do direito à segurança social» e lembra que «todos os trabalhadores, seja qual for o seu vínculo, têm direito à segurança social e ao seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais».

A maior força social do País, como a CGTP justamente se considera, tem demonstrado sempre grande capacidade de mobilização (foto de arquivo)

Face ao aumento da sinistralidade e das doenças profissionais, a central unitária reivindica «a aplicação em todos os sectores de actividade, sem excepção, das normas nacionais e internacionais em vigor e a adopção de medidas que promovam a acção das comissões de higiene e segurança no trabalho».

Chamando a atenção para a exploração de mão-de-obra infantil, a CGTP-IN reclama o aumento para 16 anos da idade mínima para admissão nas empresas, «de modo a que haja uma correspondência entre a idade de emprego e a escolaridade obrigatória», e exige também ratificação da convenção 138 da OIT sobre a idade mínima para admissão ao trabalho. A CGTP-IN vai continuar a sua campanha pelo fim do trabalho infantil.

O problema dos salários em atraso — denuncia a Intersindical — mantém-se em «níveis preocupantes»; devem ser pagas as dívidas aos trabalhadores e deve ser aplicada integralmente a lei 17/86, aprovada na Assembleia da República.

Para pôr fim a estas situações escandalosas devem ser aplicadas ao patronato sanções severas, umas já estabelecidas, outras que se mostram necessárias e devem ser definidas.

É óbvio que um papel importante na fiscalização do cumprimento das leis e do respeito pelos direitos reconhecidos aos trabalhadores cabe à Inspecção-Geral do Trabalho e outros órgãos que actuam na área da justiça laboral — ou antes, que deviam actuar.

A CGTP-IN exige a atribuição de «eficácia, autonomia e dignidade» à IGT, «alterações da organização judiciária laboral, por via da institucionalização da arbitragem dos conflitos individuais de trabalho e da adaptação dos tribunais de trabalho à natureza dos conflitos», a «revisão global do código de processo de trabalho», a «harmonização das sanções penais laborais e criação de um serviço de registo das infracções laborais».

Sobre o direito de participação

«A participação da CGTP-IN em todas as decisões, questões e instâncias que digam respeito aos interesses dos trabalhadores que representa e defende é-lhe reconhecida pela Constituição. É do conhecimento geral que sucessivos governos inviabilizaram, em muitos casos, aquela participação.

A CGTP-IN prosseguirá a sua luta intransigente em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e do regime democrático ao mesmo tempo que, com toda a legitimidade, continua a reivindicar, veementemente, a efectivação do seu direito de participação.

Em função da situação política existente e tendo presente as circunstâncias concretas do momento, o Conselho Nacional decidiu proceder a um debate na estrutura no sentido de se ponderar sobre se a manutenção da sua posição actual face ao CPCS corresponde, ou não, aos objéctivos de luta dos trabalhadores portugueses, não estando em causa a alteração da sua estratégia e, muito menos, a abdicação dos seus princípios.»

(Das conclusões da reunião de 18 e 19 de Setembro do Conselho Nacional da CGTP-IN)

Embora não se encontre filiada em nenhuma organização de âmbito internacional, a CGTP-IN participa e é sempre uma voz ouvida e prestigiada nas organizações sindicais internacionais, principalmente naquelas que privilegiam a unidade e a resolução conjunta dos grandes problemas dos trabalhadores **(foto de arquivo)**

17.º aniversário: comemorar lutando

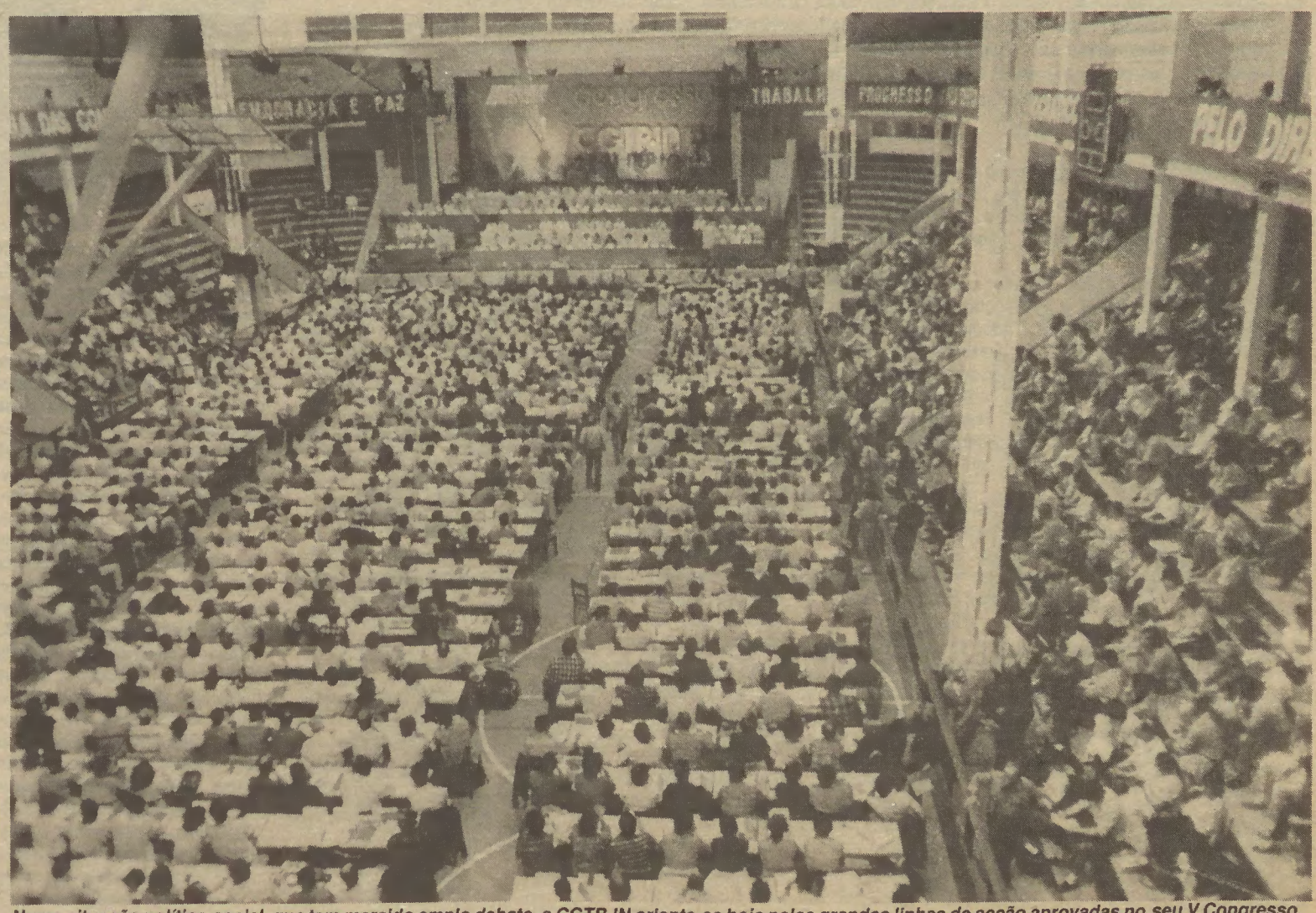
As comemorações do aniversário da fundação da CGTP-IN também mostram que, num momento de risco para o regime democrático conquistado com o 25 de Abril e consagrado na Constituição, os trabalhadores e a sua estrutura sindical unitária estão com os pés bem assentes nas realidades e firmemente dispostos a defender os seus direitos e os interesses do País.

Ao mesmo tempo que decorrem um pouco por todo o País iniciativas que assinalam os 17 anos da CGTP-IN (algumas das quais constam da **Agenda** deste número), realiza-se já amanhã em Lisboa um seminário sobre ambiente e mundo do trabalho.

Para 12 de Dezembro está marcado o Encontro Nacional sobre Segurança Social a que se seguirá um encontro sobre medicina no trabalho. A CGTP-IN vai promover ainda uma semana de iniciativas sobre higiene e segurança no trabalho.

Aos 17 anos a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses mostra-se, na prática, forte e combativa, consequente na luta diária em defesa dos interesses das classes trabalhadores e do País. O combate pelo futuro ganha-se precisamente na luta de todos os dias.

Parabéns, CGTP-IN!



Numa situação político-social, que tem mercido amplo debate, a CGTP-IN orienta-se hoje pelas grandes linhas de acção aprovadas no seu V Congresso, a que se reporta a imagem, realizado em Lisboa entre 29 e 31 de Maio de 1986

• Henrique Custódio

1.º Encontro «Os Povos e as Artes»

Ir a Évora e correr mundo!

Ameaçava chuva, quando chegámos a Évora na manhã de sexta-feira passada, o que francamente, não chegava para explicar a sensação de novidade que sentimos mal transpusemos as muralhas da cidade. Seria dos festões que, por todo o lado embora discretamente, anunciavam o «I Encontro de Cidades Património Mundial — Évora os Povos e as Artes» (a razão da nossa visita)? Talvez sim, ou melhor: talvez em parte; na verdade o símbolo desta iniciativa da Câmara drapejava a vermelho e branco o suficiente para toda a gente dar por isso, mas «havia» qualquer coisa na movimentação das pessoas, no arrumar das coisas, no pulsar da cidade, que sugeria a novidade ao forasteiro. Quando mais tarde surpreendemos conversas de café comentando as iniciativas culturais em curso, fragmentos de diálogo de rua a tanger pressas a caminho de um concerto polifónico ou, mais decisivamente ainda, respostas prontas e informadas por parte de qualquer transeunte a quem solicitávamos uma informação sobre «Os Povos e as Artes», então concluimos não estar propriamente face a uma festa local, onde a população se movimenta com a displicência indiferente gerada pelo hábito. Havia ali novidade — e novidade para Évora, em primeiro lugar — a mobilizar atenções, tempo, interesse e genuíno orgulho bairrista. «**É muito bom ser duma cidade com bilhete de identidade internacional!**» — ria-se-nos na cara uma adolescente, em jeito de despedida simpática, já os do grupo iam a caminho da igreja dos Lóios para o concerto polifónico. Deve ser, com uma alegria daquelas!!!

Espectáculos de música clássica com nomes consagrados nacionais e estrangeiros (Maria João Pires, Olga Prats, Ana Bela Chaves, Helena Afonso, Nuno Vieira de Almeida, Gilermo Urbano Iriarte, orquestra Gulbenkian, etc.), de música ligeira (Vitorino, Janita Salomé, Carlos Alberto Moniz, Fernando Tordo, Carlos Paredes, Ronda dos Quatro Caminhos, etc.), colóquios diversos, exibição de grupos folclóricos e etnográficos de todas as cidades representadas, gastronomia dessas mesmas cidades, exposições permanentes sobre património, artes plásticas, arqueologia, artesanato, etc., fizeram deste Encontro de Évora um grandioso intercâmbio internacional

O edifício da Câmara Municipal de Évora fervilhava de actividade na passada sexta-feira e, disseram-nos, andava naquilo há já uma semana, concretamente desde 19 de Setembro, dia em que a sessão solene nos Paços do Concelho deu início ao vasto programa do «I Encontro de Cidades Património Mundial — Évora os Povos e as Artes», que se concluiria apenas no domingo passado, 27 de Setembro, com um imponente espectáculo de fogo de artifício. Entre as duas datas e ao longo de nove dias, um **mundo** de coisas agitou a bela urbe alentejana — e não há grande exagero no magestático da expressão: na verdade estiveram presentes em Évora nada menos que cinco cidades, uma portuguesa (**Angra do Heroísmo**) e quatro estrangeiras — **Suzdal** (União Soviética), **Nesebar** (Bulgária), **Cáceres** e **Toledo** (Espanha), merecendo cada uma delas (incluíndo Évora, evidentemente) um dia inteiro em sua honra, ao longo do qual a realidade histórica social, cultural, gastronómica, artística, etc., era devidamente apresentada ao público.

Cada cidade tinha a sua exposição em pavilhão próprio, para além das peças presentes nas exposições permanentes. Visitar o Jardim Público de Évora nestes dias era viajar um pouco pelo mundo...

O «I Encontro de Cidades Património Mundial — Évora os Povos e as Artes» foi uma realização da Câmara Municipal de Évora (ver, ao lado, entrevista com o presidente do Município), que várias entidades apoiaram ou patrocinaram (concretamente a Presidência da República, as Secretarias de Estado da Cultura e do Turismo, a Comissão Nacional da UNESCO, o Instituto do Património Cultural, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Sociedade Central de Cervejas) ou a que deram a sua colaboração (Universidade de Évora, Centro Cultural de Évora, Museu de Évora e Grupo Pró-Évora). Estiveram presentes quatro cidades consideradas património mundial (Angra do Heroísmo — a primeira portuguesa a ser assim classificada — Nesebar, Cáceres e Toledo, e também Suzdal (URSS), detentora da Maçã de Ouro da FIJET e presente na qualidade de cidade-gémea da cidade anfitriã. Os objectivos da iniciativa foram assim definidos pelo presidente do município eborense, Abílio Fernandes, no próprio programa das actividades:

«Pretendemos participar neste projecto, escolhendo como ponto de partida o Património Cultural, procurando que fique expressa a certeza da renovação, traduzida na aproximação cultural, na abordagem técnica, pela amizade e pela paz. É com agrado que encontramos o mesmo espírito nas cidades que vão participar, nas suas representações diplomáticas e em todas as entidades nacionais onde se inclui a Presidência da República, as Secretarias de Estado da Cultura e do Turismo, a Comissão Nacional da UNESCO e Fundação Calouste Gulbenkian, a empenhada participação das entidades locais e regionais. Esta nova experiência das gentes de Évora traduz-se no reafirmar de uma sua vontade de participação contínua e atenta neste projecto evolutivo que é o HOMEM».

Um êxito

O sucesso da iniciativa foi devidamente apreciado pela entidade promotora, a Câmara Municipal de Évora, que no breve balanço feito à Imprensa resumiu igualmente os pontos altos do programa. De sublinhar que esse balanço foi sujeito à discussão dos representantes das restantes cidades, merecendo, na sua globalidade, o consenso de todos.

Assim, o programa cultural foi, de uma forma global, considerado positivo, tendo a mostra de gastronomia das cidades participantes representado um assinalável êxito, registando grande afluência de público e alcançando sempre um elevado nível.

Relativamente à mostra de artesanato de cada uma das cidades participantes, estiveram patentes peças do mais genuíno artesanato, caracterizador de cada uma das respectivas culturas, bem como mostras de traje e de técnicas de produção artesanal.

No campo das artes plásticas esteve patente ao público, no palácio de D. Manuel, um conjunto de obras de alguns dos mais significativos artistas plásticos de cada uma das cidades, que foi visitada por alunos das várias escolas do Concelho. Também uma exposição organizada pelo IPPC (Instituto Português do Património Cultural) sobre monumentos e sítios de Portugal classificados pela UNESCO como património cultural, veio a suscitar a atenção do público, em especial do estudantil. Igualmente o programa de música portuguesa, quer de expressão clássica, quer popular, assumiu um elevado nível de qualidade, tendo registado uma significativa afluência de público.

Quanto às sessões sobre património, que se pretendeu ser um dos aspectos mais importantes do programa, enquanto troca de experiência com as cidades, decorreram igualmente de forma positiva. Contando com a participação de destacados especialistas nacionais, as sessões sobre património possibilitaram a abordagem da questão do património cultural nos seus múltiplos aspectos.

Paralelamente decorreu um programa social, no qual a Câmara procurou dar a conhecer aos participantes no Encontro alguns dos aspectos mais relevantes da realidade local, com o apoio das autarquias do distrito, sendo de referir ainda o passeio a Cáceres, experiência feliz do intercâmbio que pode resultar deste tipo de iniciativas. ■

Câmara Municipal de Évora

Proclamação a seis

As cidades presentes no Encontro «Évora, os Povos e as Artes» aprovaram uma proclamação (tornada pública no dia do encerramento) que passamos a transcrever. A proclamação foi precedida de uma conclusão final onde todos os participantes consideraram que, apesar de todas as dificuldades – dado o escasso tempo de preparação – que se reflectiram nalguns aspectos organizativos, os objectivos propostos foram atingidos de uma forma global, uma vez que se concretizaram os desejados intercâmbio e aproximação culturais, se debateram as questões essenciais inerentes à recuperação de centros históricos, se associaram e envolveram entidades públicas e particulares ligadas a esta problemática.
Eis o texto da proclamação:

«As cidades de Toledo, Angra do Heroísmo, Cáceres, Nesebar e Évora, de 19 a 27 de Setembro de 1987, a propósito do I Encontro Internacional das Cidades-Património Mundial – Évora os Povos e as Artes:

«– Reiteram a sua adesão aos princípios da "Convenção relativa à Protecção do Património Mundial Cultural e Natural", adoptado pela Conferência Geral da UNESCO, em Dezembro de 1972;

«– comprometem-se a preservar no seu próprio território os bens reconhecidos como detentores de um valor universal excepcional, mas consideram indispensável uma maior dotação financeira dos Orçamentos dos respectivos Estados, no que respeita ao património cultural e natural;

«– insistem na necessidade de reforço dos mecanismos de cooperação internacional, sobretudo nos domínios técnico e financeiro, com vista a ajudar à protecção do património mundial;

«– consideram que o património cultural constitui um factor determinante para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do homem e uma clara oposição a todas as formas de alienação e colonização cultural, uma vez que garante a consciência dos valores culturais próprios, bem como do papel histórico da comunidade que o criou;

«– afirmam que o mais completo e complexo grau do património cultural é constituído pela cidade histórica – mais amplo que o monumento, mais vivo que o sítio ou local de interesse – na medida em que se trata de um espaço humanizado e com vida própria, com um passado, presente e futuro, no qual a participação dos habitantes se reputa de essencial. Portanto:

«– Consideram que só a concretização do direito de acesso à educação, ao trabalho e à cultura, possibilita que os povos participem de forma clara e activa na defesa do património cultural e natural.

«– Entendem que os grandes princípios, bem como as aquisições técnicas fundamentais sobre a preservação e recuperação do património ambiental e arquitectónico só podem ser plenamente conseguidos através de políticas concertadas, de âmbito transnacional, que envolvam directamente os Estados interessados. No entanto:

«– Reclamam um aumento de competências do Poder Local e o reforço dos seus meios financeiros, bem como uma efectiva desconcentração dos poderes centrais, sem prejuízo da regionalização, como forma de mais eficazmente levar à prática os objectivos de recuperação dos centros históricos, visto o envolvimento directo da população em muitos actos de preservação e valorização dos mesmos;

«– consideram que a defesa do património mundial pode constituir um poderoso instrumento para a aproximação cultural e a intensificação das relações de amizade entre os povos e, consequentemente, servir de base à consolidação da paz universal;

«–consideram que a experiência de realização do I Encontro das Cidades classificadas de património mundial, nas suas duas vertentes fundamentais – conservação e recuperação do património e intercâmbio cultural – deverá ser continuada, procurando reunir entidades nacionais e internacionais que desenvolvem a sua acção neste campo, nomeadamente através da criação de uma associação de cidades classificadas como património mundial.

«A cidade de Suzdal, Maçã de Ouro da FIJET, também participante neste encontro, aprova os princípios gerais desta proclamação.» ■

Entrevista com o presidente da Câmara

A cada um, as suas responsabilidades!

Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Évora, e **António Valente**, vereador responsável pelo pelouro da Cultura, conversaram connosco num breve intervalo entre duas iniciativas, dando-nos alguns pormenores sobre este I Encontro «Os Povos e as Artes».

O presidente da edilidade eborense começou por historiar o Encontro:

«A Câmara lançou esta iniciativa em 1982, tendo como objectivo concretizar o encontro de vários povos e as suas artes, como troca de experiências e vivências culturais diversas. Na sua primeira edição realizou-se apenas a nível nacional, trazendo a Évora representações de todo o País. Foi um êxito e a Câmara considerou muito positivo o convívio e as relações estabelecidas entre os eleitos dos Concelhos presentes.

«Entretanto em 1986 Évora foi classificada como património mundial. A ideia primitiva de se realizar um encontro entre diferentes povos assumia, neste contexto, novos contornos. Daí avançar-se para a iniciativa que está em curso — convidar algumas das 29 cidades classificadas, em todo o planeta, como património mundial.»

António Valente, que naturalmente interveio muito directamente em todo este processo como responsável pelo pelouro da Cultura do executivo camarário, acrescentou:

«Inicialmente este I Encontro de Cidades Património Mundial — Évora, os Povos e as Artes estava para ser alargado a mais cidades, nomeadamente às que têm traça semelhante a Évora (como é o caso de S. Salvador da Baía, no Brasil, que tem muito a ver com a época de ouro de Portugal dos séculos XV e XVI); não foi possível virem mais, por razões diversas, pelo que estão presentes Angra do Heroísmo, por ser a primeira cidade portuguesa a ser classificada como património mundial, as cidades espanholas de Cáceres e Toledo e a cidade de Nezebar, da Bulgária — todas classificadas património mundial. Convidámos igualmente a cidade soviética de Suzdal, com quem Évora está geminada e que é detentora da "Maçã de Ouro" da UNESCO, que assinala a importância do seu património histórico.»

Abílio Fernandes (à esquerda), presidente da edilidade eborense, e António Valente, vereador do pelouro da Cultura, quando falavam à nossa reportagem

Quisemos saber se o facto de Évora haver sido classificada património mundial canalizava para a cidade alguma ajuda financeira, técnica, ou outra para a recuperação e perservação do seu espólio. Abílio Fernandes esclareceu:

«Segundo a UNESCO, cada Estado é o fiel depositário do seu património. Nesta conformidade esperamos que o Estado português venha a assumir as suas responsabilidades na tarefa da recuperação de Évora; a Câmara continuará a desenvolver, naturalmente, todos os seus esforços nesse sentido, nomeadamente na concretização de estudos, levantamentos, etc., mas é ao Estado que caberá a maior responsabilidade no aspecto financeiro, como é óbvio, pois trata-se de empreendimentos que ultrapassam as capacidades materiais de qualquer autarquia.»

António Valente interveio de novo:

«A propósito de projectos, temos vários. Um, por exemplo, refere-se à zona da Mouraria, onde as habitações não têm condições mínimas. Já entregámos há um ano ao Governo um projecto de recuperação de 16 quarteirões, que em Outubro do ano passado orçava em 130 000 contos. Outros visam a melhoria dos espaços dentro do Centro Histórico, eliminar progressivamente as antenas de televisão substituindo-as por TV por cabo, resolver as questões dos alumínios anti-regulamentares, toldos, anúncios luminosos, etc.»

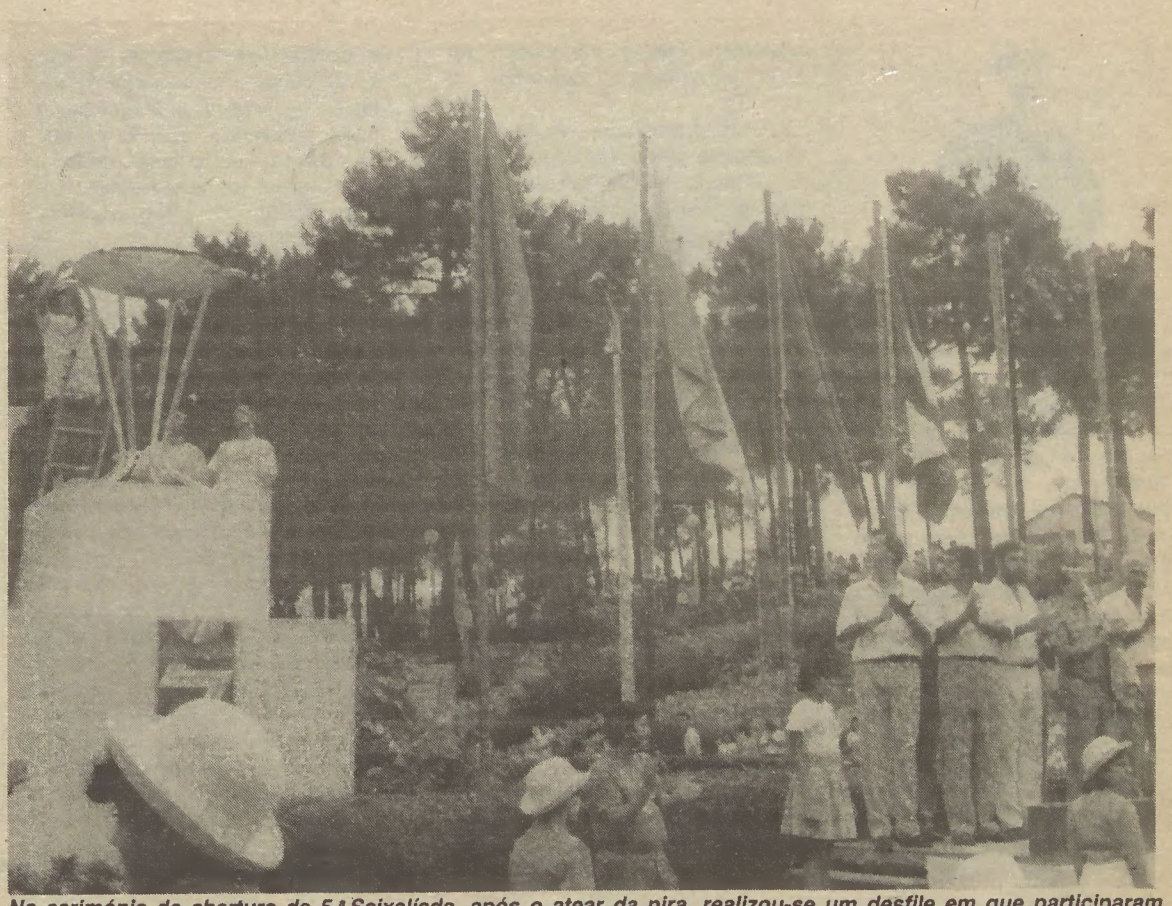
Abílio Fernandes retomou a questão dos apoios e concluiu:

«Évora foi classificada no seu todo e não apenas por causa dos monumentos, devendo de recordar que qualquer alteração feita à traça pode levar à desclassificação. Quanto ainda aos apoios, esperamos alguns a nível da UNESCO, se bem que tenhamos conhecimento que nesta primeira fase, esta entidade está mais direccionada para os apoios técnicos. Entretanto convém sublinhar que Évora recebeu uma herança muito pesada do fascismo, como bem o atesta a "praça morta" do Geraldo (onde quase só há instituições bancárias e seguradoras) dado que nesse tempo não havia legislação que permitisse à autarquia impedir a alteração das funções e usos dos edifícios. Com a legislação saída há dois anos a Câmara Municipal de Évora conseguiu impedir que a única grande sala de convívio da Praça do Geraldo (antigo Café Arcada) tivesse sido transformada num outro banco, levando os proprietários a apresentarem um novo projecto para café. Em suma: pela nossa parte tudo faremos para preservar e enriquecer este inestimável património. Contamos que o Estado assuma também as responsabilidades que lhe cabem nesta matéria.» ■

10 mil desportistas na 5.ª Seixalíada

Há seis anos as equipas inscritas totalizaram 166 e o número de atletas participantes não ultrapassou a casa dos 1400. De então para cá, acompanhando o notável esforço dos seus organizadores — e em especial da autarquia — a iniciativa não parou de crescer, movimentando hoje qualquer coisa como cerca de **400 equipas e dez mil desportistas.** Reconhecidamente aceite como a maior iniciativa desportiva nacional promovida pelo Poder Local democrático, ela constitui simultaneamente uma das mais importantes manifestações que se realizam no nosso país no plano do desporto popular. Trata-se da **Seixalíada,** este ano na sua 5.ª edição, a decorrer até ao próximo dia 11 por iniciativa da Câmara Municipal do Seixal, com o apoio das juntas de freguesia e colectividades de todo o concelho.

Integrando atletas, ranchos folclóricos, majoretes e fanfarras o desfile constituiu um dos momentos altos do acto de abertura dos Jogos Concelhios do Seixal



Na cerimónia de abertura da 5.ª Seixalíada, após o atear da pira, realizou-se um desfile em que participaram milhares de atletas

Iniciada no passado dia 19 com o atear da pira, a que se seguiu um desfile em que participaram milhares de atletas, a presente Seixalíada veio confirmar — quer pelo elevado número de participantes, quer pelos apoios recolhidos — a enorme importância e prestígio alcançados por este acontecimento desportivo amador, cuja projecção ultrapassa já largamente a própria fronteira municipal e regional.

A atestá-lo estão desde logo a presença de equipas provenientes de vária regiões do País (incluindo Açores) e o apoio expresso pelas Federações de algumas modalidades que chegaram mesmo ao ponto de introduzirem a pontuação destas provas no calendário da sua actividade nacional. Idêntico procedimento teve o Conselho de Arbitragem de Setúbal, autorizando os seus árbitros — alguns de nível internacional — a actuarem nas mais variadas provas.

Para a concretização de uma iniciativa desta envergadura — recorde-se que a Seixalíada foi a percursora de outras acções do género levadas a cabo nos últimos anos por outros municípios um pouco por todo o País — importa referir, entretanto, o extraordinário trabalho desenvolvido pelo Executivo camarário (o qual reflecte naturalmente as orientações existentes relativamente à área do desporto e cultura), um trabalho estruturado e permanentemente mantido ao longo de todo o ano.

A realização o ano passado de 270 iniciativas só na área do desporto a par da construção de equipamentos desportivos (ver caixa) constituem de resto dois exemplos reveladores das preocupações dos responsáveis da Câmara do Seixal, apostados em movimentar desportivamente o maior número de pessoas de todos os escalões etários.

Ocupar mais racionalmente as instalações desportivas existentes no concelho, sensibilizar a população para uma regular actividade física e desportiva, aprofundar a cooperação entre a Câmara e os agentes desportivos do concelho, constituem por seu turno outros tantos objectivos dos organizadores da 5.ª Seixalíada, gente entusiasticamente empenhada em desenvolver um trabalho colectivo virado para a dinamização da prática desportiva — sinónimo de convívio, juventude, alegria e bem-estar.

Carla, um exemplo

Chama-se **Carla Sacramento,** tem 15 anos e é já hoje um exemplo para muitos jovens do concelho do Seixal, especialmente para os mais interessados no atletismo. Ao mesmo tempo, a Carla, estudante do ensino secundário, mostra com o seu exemplo o muito que se pode alcançar através da dinamização do desporto de **base.** Os campeões não surgem como por milagre. Lutando pela concretização do **desporto direito do Povo,** proporcionando a todos os jovens a prática desportiva, criando um verdadeiro e dinâmico desporto escolar, é possível — como sucede nos países evoluídos — «descobrir» mais valores e abrir-lhes as portas dum futuro diferente. Para si, como atletas e cidadãos, e também para a sociedade em que estão inseridos.

Vem isto a propósito da Seixalíada e do empenhamento de uma autarquia no fomento desportivo. Carla Sacramento, hoje atleta do Sport Lisboa e Benfica, evidenciou-se nos corta-matos escolares organizados pela Câmara Municipal do Seixal, evoluindo depois de uma forma surpreendente. Hoje é campeã nacional absoluta dos 800 metros e recordista nacional juvenil com 2.09,3, e dos 400 metros, com 56,56 s, pertencendo-lhe ainda a marca de 2.54 s nos 1000 metros juvenis e juniores.

Como ela própria confessa em recente entrevista ao Boletim Municipal (número de Agosto/Setembro), «participar no Mundial de Juniores em 10 de Junho do próximo ano no Canadá» é um dos seus objectivos como atleta, salientando ainda uma outra aspiração: «participar numa final olímpica».

Residente nas Paivas com a sua família, Carla Sacramento comenta assim a situação do desporto escolar no concelho: «Tem sido a Câmara, perante a inoperância do Poder Central, a apoiar os jovens das escolas que pretendem fazer desporto». ■

Na piscina municipal, centenas de pessoas assistiram às provas de natação

O rio e a sua baía do Seixal constituem um local excepcional para a prática de competições de vela e de outros desportos náuticos

400 equipas em acção

Quem organiza as 25 modalidades

Com expressão em todo o concelho, a 5.ª Seixalíada movimenta mais de 400 equipas envolvidas em 25 modalidades. Todas as instalações e equipamentos desportivos do concelho de Seixal estão a ser utilizados nesta jornada: 6 ringues, 4 pavilhões gimnodesportivos, 5 campos de futebol, 4 salões, 4 «courts» de ténis e piscina municipal.

Vejamos agora quais são as associações, colectividades e organismos responsáveis pelas várias modalidades desta 5.ª Seixalíada:

Andebol — Centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho, Independente Futebol Clube Torrense e Seixal Futebol Clube.

Atletismo — CM do Seixal, Secretariado Concelhio dos Clubes de Atletismo, Clube Recreativo e Desportivo de Miratejo e Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo da Quinta da Princesa.

Badminton — Clube de Pessoal da Siderurgia Nacional

Basquetebol — Seixal Futebol Clube

Canoagem — Associação Náutica do Seixal

Cicloturismo — Junta de Freguesia do Seixal

Damas e Dominó — Sociedade Musical 5 de Outubro

Futebol de 5 — (infantil) e **futebol de 11** (veteranos) — G. Recreativo e Desportivo de Miratejo.

Ginástica — CM do Seixal

Hóquei em Patins — Seixal Futebol Clube

Karaté — Liga Portuguesa de Karaté e Centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho

Luta — Centro Cultural e Desportivo das Taipas

Natação — Clube de Campismo Luz e Vida

Patinagem — Seixal Futebol Clube

Pesca — Grupo Recreativo de Santo António

Pequenos veleiros de cruzeiro — Associação Náutica do Seixal

Ténis — CM do Seixal

Ténis de mesa (por equipas) — Clube R. da Cruz de Pau

Tiro ao alvo (com chumbo) — Clube R. e Desportivo de Miratejo

Tiro ao alvo (com dardo) — Sociedade Musical 5 de Outubro

Vela — A. Náutica do Seixal

Voleibol — Grupo R. de St.º António e Clube de Pessoal da SN

Xadrez — Sociedade Musical 5 de Outubro. ■

Concelho com grandes tradições associativas, o Seixal conta com 39 colectividades (metade das quais criadas após o 25 de Abril). Nas suas instalações, decorreram muitas das provas das modalidades presentes da 5.ª Seixalíada

Para todo o ano e para o futuro

Até 1986 existiam no Seixal mais de meia centena de espaços desportivos (campos de futebol, rinques polivalentes, ginásios, etc). Neste ano de 1987 foram construídos mais 5 rinques, além do Complexo Desportivo da Arrentela, considerado como um dos mais belos empreendimentos desportivos do País. Ainda para este ano está prevista a construção duma moderna pista de atletismo no Complexo Desportivo da Amora. Ao mesmo tempo, a Câmara lembra que vai ser concretizado o projecto do Parque Municipal de Piscinas nas áreas da urbanização da Quinta da Trindade, na freguesia do Seixal, apontado como um grandioso complexo desportivo que será posto à disposição das colectividades do concelho.

E é todo este esforço que vem conferir, como assinala o último Boletim Municipal, **uma nova dimensão à Seixalíada,** «pelo que bem se poderá dizer: **Seixalíada todo o ano e para o futuro».** ■

5ª SEIXALIADA

MAPA GERAL DE PLANEAMETO
calendário e modalidades em desfile

CALENDÁRIO / MODALIDADES	OUTUBRO										
	Q 1	S 2	S 3	D 4	S 5	T 6	Q 7	Q 8	S 9	S 10	D 11
ANDEBOL	■	■	■		■	■	■	■	■	■	■
ATLETISMO				■							■
BADMINTON			■								
BASQUETEBOL											■
CANOAGEM											
DAMAS		■					■		■		
DOMINÓ											
FUTEB. CINCO(INF.)			■	■	■					■	■
FUTEB. ONZE(VET.)			■	■	■					■	■
GINÁSTICA											■
HÓQUEI PATINS										■	■
KARATÉ			■	■							
LUTA			■	■							
NATAÇÃO											
PATINAGEM											■
PESCA				■							
PEQ. VEL. CRUZ.											
TÉNIS			■	■	■					■	■
TÉNIS DE MESA	■	■	■		■	■	■	■	■	■	
TIRO AO ALVO (C/ CHUMBO)				■							
TIRO AO ALVO (C/ DARDO)											
VELA											
VOLEIBOL	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
XADREZ	■		■	■		■		■		■	

«Realidade e garantias para um mundo seguro»

• Gorbatchov escreve sobre paz, segurança e desarmamento

«Processos objectivos fazem com que o nosso mundo complexo e multifacetado se torne cada vez mais interligado e interdependente. Este mundo precisa cada vez mais de um mecanismo que seja capaz de debater com responsabilidade, a um nível representativo, os seus problemas comuns e ser um local em que se possa procurar conjuntamente o equilíbrio dos interesses diferentes, contraditórios, mas reais, da comunidade contemporânea dos Estados e nações. O papel deste mecanismo, em virtude da sua ideia e origem, deve ser desempenhado pela Organização das Nações Unidas. Estamos convictos de que ela é capaz de desempenhar este papel.»
Esta uma afirmação de abertura do artigo de Gorbatchov, publicado na imprensa soviética, a 17 de Setembro — «**Realidade e garantias para um mundo seguro**».

Um parágrafo que condensa as ideias centrais seguidamente desenvolvidas.

A interligação — e interdependência — objectiva, de realidades e problemas do nosso mundo de hoje.

A necessidade de debate e diálogo, de busca do equilíbrio, como única resposta adequada a essas mesmas realidades e problemas.

A aposta na Organização das Nações Unidas para o desempenho de tais funções.

Ideias centrais que todas confluem numa mesma direcção: a necessidade de criar um sistema universal de paz e segurança internacional.

O artigo de Gorbatchov não se cinge à exposição teórica dos princípios da política externa soviética. De par da análise e das afirmações de princípio, estão as propostas concretas. Já foi mesmo instrumento na concretização do acordo de princípio para liquidação dos mísseis norte-americanos e soviéticos de médio e curto alcance na Europa.

«No momento crítico, recebemos um poderoso apoio» — afirma o camarada Chevardnadze, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, na conferência de imprensa em que o acordo de princípio é anunciado — «refiro-me ao artigo do secretário-geral do CC do PCUS, Mikhail Gorbatchov, "Realidade e garantias para um mundo seguro" (...) Trata-se da mais ampla e ordenada apresentação da perspectiva da direcção soviética relativamente aos problemas da Paz, segurança e desarmamento».

É deste importante artigo que reproduzimos largos extractos, cingindo-nos à componente político-militar da segurança.

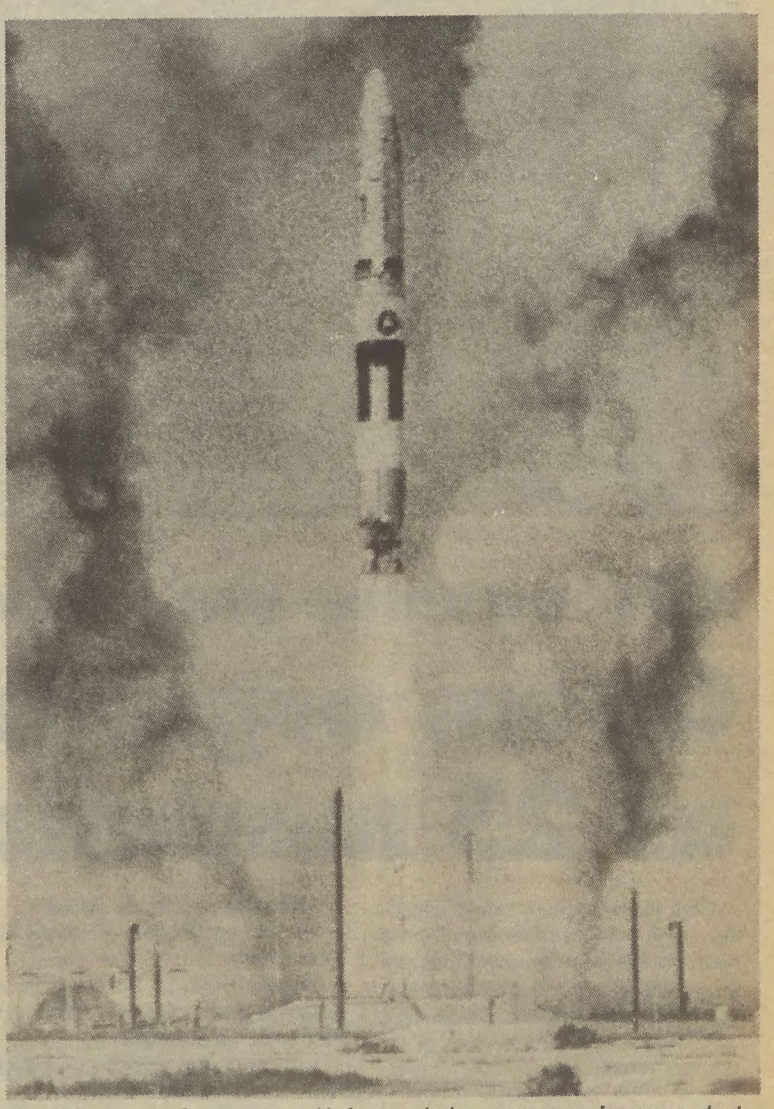
As novas exigências

«O último quarto do século XX está marcado por mudanças revolucionárias quanto ao seu conteúdo e importância ao nível da base material da existência. Pela primeira vez na História, a Humanidade tornou-se capaz de solucionar muitos dos problemas que impediram o seu progresso ao longo dos séculos. Do ponto de vista dos recursos e tecnologias existentes e a criar não há obstáculos que impeçam alimentar, dar instrução, garantir a habitação e manter a saúde de vários milhares de milhões de habitantes. Não obstante as evidentes diferenças e possibilidades destes ou daqueles povos e países, delineou-se, em termos gerais, a perspectiva de garantir condições de vida dignas aos habitantes da Terra.

«Ao mesmo tempo, surgiram **perigos** que colocam em dúvida a própria imortalidade do género humano. Por isso **são necessárias novas regras de convivência no nosso planeta único que correspondam às novas exigências e condições.**

«É de lamentar que muitas forças influentes continuem a seguir os conceitos antiquados de garantia da segurança nacional. Em resultado disso, o mundo vê-se numa situação absurda em que se procura insistentemente persuadi-lo de que o caminho mais certo é o que conduz ao abismo.»

A guerra de que se fala não é só a que ameaça a destruição da Humanidade no seu conjunto. Outras guerras persistem...



Alguns passos importantes já foram dados para que imagens destas deixem de acontecer

Começamos a agir

«Uma mentalidade nova traduz-se também na liquidação da incongruência entre as palavras e os actos. E começamos a **agir.** Estando convictos de que as armas nucleares são o maior dos males e a ameaça mais terrível, declarámos uma **moratória** aos ensaios nucleares que observámos, quero dizer sem rodeios, mais longe do que podíamos... Seguiu-se-lhe uma declaração feita a **15 de Janeiro de 1986,** contendo um programa concreto de liquidação gradual das armas nucleares. Em **Reiquejavique,** durante o encontro com o presidente Reagan, aproximámo-nos de perto da compreensão do carácter desejável e da possibilidade de um desarmamento nuclear total.

«E a seguir, demos passos que facilitaram a possibilidade de nos aproximarmos de um acordo sobre a liquidação de duas classes de armas nucleares: **mísseis de médio alcance e táctico-operacionais.**

(...)

«**O tratado sobre os mísseis de médio alcance e táctico-operacionais tornar-se-ia um bom prelúdio para progressos das conversações sobre grandes reduções,** de cinquenta por cento, dos **armamentos estratégicos** ofensivos sob rigorosa observância do tratado «DAM». Julgo que, se houver um

«A ideia de criar um sistema universal de segurança é um projecto inicial de uma nova organização possível da vida na nossa casa planetária. Por outras palavras, é um salvo-conduto para o futuro onde a segurança de todos garante a segurança de cada um».

O desarmamento não significa apenas arredar os perigos da guerra. Quer dizer também desbloquear os milhões necessários para acabar com a miséria e promover o desenvolvimento em vastas áreas do planeta, onde a esperança possa voltar a crescer

desejo recíproco, um acordo a este respeito pode tornar-se realidade **já no primeiro semestre do próximo ano.**

«Pensando nos progressos rumo a um mundo desnuclearizado, é já hoje necessário que nos preocupemos com a **garantia da segurança no processo de desarmamento,** em todas as suas etapas, e que não só pensemos nisso, como também combinemos **mecanismos de manutenção da paz com níveis drasticamente diminuídos de armamentos convencionais.** Todas estas questões foram incluídas nas propostas sobre a criação de um sistema universal de paz e segurança internacional que nós, conjuntamente com os demais países socialistas, apresentámos à ONU.»

Os «tijolos»

«A nossa realidade possui já os **"tijolos"** com os quais se pode proceder à construção de um futuro sistema de segurança.

«Embora pouco a pouco, **vem-se alargando aos nossos olhos a esfera da cooperação internacional sensata**, racional e de carácter responsável, implementando-se simultaneamente padrões sem precedentes de abertura, transparência, volume, profundidade de verificação e controlo recíproco do cumprimento dos compromissos assumidos. Um grupo de inspecção norte-americano, por exemplo, visita a região onde decorrem as manobras do exército soviético, congressistas dos EUA examinam o radar de Krasnoiarsk, cientistas norte-americanos instalam e sintonizam a sua aparelhagem nas proximidades do polígono nuclear soviético. Observadores soviéticos e norte-americanos assistem aos exercícios militares da outra parte, tornando-se ainda públicos os planos da actividade militar em conformidade com os entendimentos alcançados no âmbito do processo de Hensínquia.

«Não encontro um argumento mais convincente e impressionante para comprovar que a situação vem mudando do que a disponibilidade anunciada por uma potência nuclear de renunciar voluntariamente às armas nucleares. É injustificado o desejo de substituí-lo por armas convencionais, relativamente às quais há um alegado desequilíbrio entre a NATO e o Tratado de Varsóvia a favor deste último. Se existirem desequilíbrios e desproporções, elimine-mo-las. Nos últimos tempos temos conjuntamente falado disto e sugerido maios concretos para resolver este problema.

«A União Soviética apresenta-se pioneira em todas estas questões, mostrando que os seus actos não divergem das suas palavras.

«E quanto à **comparação das despesas com a defesa?** Temos ainda que fazer neste domínio.

«Penso que se envidarmos os devidos esforços, poderemos já nos próximos dois ou três anos comparar cifras de interesse mútuo que venham a traduzir simetricamente as despesas das partes.

«Tenho a certeza de que as conversações soviético-norte-americanas sobre os **armamentos nucleares e cósmicos** e a convenção sobre a proibição das **armas químicas** em vias de ser concluída acelerarão o avanço rumo ao desarmamento e desanuviamento.

«O acordo sobre a **"estratégia defensiva"**, e **"suficiência militar"** pode vir a dar um forte impulso neste sentido. Estes conceitos pressupõem que cada Estado possua uma estrutura nas suas forças armadas suficiente para enfrentar uma agressão eventual, mas insuficiente para lançar a ofensiva. O primeiro passo neste sentido é retirar controladamente das fronteiras as armas nucleares e outras de carácter ofensivo, criando seguidamente ao longo delas faixas pouco densas em armamento e zonas desmilitarizadas entre os inimigos potenciais, digamos, e buscando, em princípio, a dissolução das alianças militares, o desmantelamento das bases nos territórios de terceiros e a retirada do estrangeiro de todos os contingentes militares.

«A questão sobre qual deve ser o **mecanismo destinado a prevenir um conflito nuclear** é mais complicada. Aproximo-me agora do ponto mais sensível da ideia de segurança universal: temos ainda muito a repensar, reaprender e refazer. Em todo o caso, a comunidade internacional deve elaborar medidas coordenadas contra a violação do acordo universal sobre o não emprego e destruição das armas nucleares ou as tentativas de violar este acordo.»

Um sistema universal de segurança

«Como o imaginámos?

«O projecto de segurança que propusemos prevê, **em primeiro lugar, a aceitação e concordância com os Institutos de Manutenção da Paz existentes.** O sistema poderia funcionar com base na carta das Nações Unidas e no quadro da Organização das Nações Unidas. Como pensamos, a sua eficácia será garantida por uma rigorosa observância das cláusulas da carta, por compromissos adicionais que os Estados assumam, assim como por medidas de confiança e cooperação internacional em todas as esferas: político-militar, económica, ecológica, humanitária e outras.

«Não me atrevo prever que aspecto final poderia ter um sistema universal de segurança. Uma única coisa é clara: ele **só pode tornar-se realidade se forem liquidados todos os meios de extermínio em massa.** Propomos que nisso pense uma comissão independente de peritos e especialistas que apresentaria as suas conclusões à Organização das Nações Unidas.»

ONU, um papel actuante

«O sistema de segurança universal por nós proposto será actuante na medida em que for eficaz a actividade da Organização das Nações Unidas, dos seu Conselho de Segurança e de outras instituições e mecanismos internacionais. Deve aumentar-se consideravelmente o prestígio e o papel da ONU e da Agência Internacional de Energia Atómica. Falta, evidentemente, criar uma **Organização Espacial Mundial** que poderia, futuramente, funcionar em aberta cooperação com a ONU, como parte autónoma do seu sistema. As **instituições especiais da ONU** devem tornar-se reguladores dos processos internacionais, e a **Conferência de Genebra** sobre o desarmamento um forum onde se internacionalizem os esforços no sentido da criação de um mundo sem armas nucleares nem violência.

«Não se devem ignorar as possibilidades do **tribunal internacional.** A Assembleia Geral e o Conselho de Segurança poderiam solicitar-lhe mais frequentemente consultas sobre litígos jurídicos internacionais. A sua jursisdição obrigatória deve ser geralmente reconhecida em condições mutuamente coordenadas. Cabe aos membros permanentes do Conselho de Segurança dar o primeiro passo neste sentido, levando em conta a sua responsabilidade particular.

«Temos a certeza de que o sistema de segurança universal é simultaneamente **um sistema de ordem jurídica universal** assegurando ao direito internacional a primacia política.

«A carta da ONU atribui ao **Conselho de Segurança** grandes poderes. Falta, contudo, procurar fazer, conjuntamente, com que ele possa utilizá-los eficazmente. Com este fim seria razoável, antes da abertura de uma sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU, reunir o Conselho de Segurança a nível dos ministros dos negócios estrangeiros a fim de analisar colectivamente a situação internacional e encontrar vias eficazes da sua melhoria.

«Seria igualmente útil reunir o Conselho de Segurança não unicamente na sede da ONU, em Nova Iorque, mas **também em regiões de tensão** e litígios, assim como rotativamente nas capitais dos seus membros permanentes.

«Missões especiais do Conselho em regiões de conflitos já deflagrados e prestes a eclodir contribuíram também para consolidar o seu prestígio e elevar a eficácia das suas decisões.

«Estamos convictos de que a cooperação da ONU com as **organizações regionais** pode ser significativamente alargada com vista à regularização política das situações de crise.

«Para elevar a eficácia da actividade da Assembleia Geral, consideramos necessário convocar mais frequentemente **sessões especiais** sobre os problemas políticos urgentes e questões de desarmamento isoladas.

«Salientamos energicamente a necessidade de **elevar o carácter político e moral obrigatório do estatuto dos importantes documentos políticos aprovados pela ONU com base num consenso.** Gostaria de recordar que entre eles figuram o documento final da primeira sessão especial da Assembleia Geral da ONU sobre o desarmamento, a Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados, etc.

«Na nossa opinião, há já muito que é tempo de criar, sob a égide da ONU, um **Conselho Mundial Consultivo** integrado pela elite intelectual do planeta. Grandes cientistas, políticos e figuras públicas, representantes de organizações sociais internacionais, da cultura, literatura e das artes, incluindo laureados com o Prémio Nobel e outros prémios internacionais de importância mundial e destacados religiosos poderiam **enriquecer consideravelmente o potencial espiritual e ético da política mundial moderna.**

«Para que a **ONU** e as suas instituições possam funcionar plenamente, deve-se compreender a **inadmissibilidade de utilizar alavancas financeiras a fim de exercer pressão sobre ela.** A União Soviética cooperará de forma empenhada na superação das dificuldades financeiras da ONU.

«E, finalmente, sobre o **secretário-geral da ONU**. A Comunidade Internacional elege, para este alto cargo, um político prestigiado e merecedor de confiança geral. Uma vez que o Secretário-Geral representa todos os membros da organização, todos os Estados devem prestar-lhe o máximo apoio, ajudando-o a executar a sua missão de responsabilidade. A Comunidade Internacional deve encorajar o Secretário-Geral da ONU nas suas missões de «bons ofícios», mediação ou reconciliação.» ■

A política externa de Chirac

«A França não tem qualquer interesse em negociar sobre desarmamento»

De toda a parte afluiram reacções positivas ao acordo de princípio soviético-americano, para liquidação de duas categorias de mísseis nucleares na Europa. Casos há, certamente, em que elas não traduzem o conteúdo real da política desenvolvida. O que tão pouco retira sentido a este *sim* unânime. Ou quase. Em França, o primeiro-ministro Chirac, aproveitou a oportunidade para defender o reforço do armamento nuclear no país.
Uma posição que não surge desenraízada do conjunto da política externa francesa. Muito pelo contrário.

Mesmo o simples alinhar de notícias destes últimos dias nos leva ao claro visionamento do que tem vindo a ser a política, e o papel de Paris no contexto mundial.

Poucos dias são passados sobre a realização de um pseudo-referendo, na **Nova Caledónia**, destinado de facto a legalizar a dominação colonial. Votaram apenas os colonos brancos, tornados maioritários em relação à população autóctone, por deliberada acção de Paris. Ao apelo da Frente de Libertação Nacional Kanaka Socialista (FLNKS), 83,2 por cento da população kanaka absteve-se neste pretenso referendo.

André Giraud, ministro da Defesa da França, divulgou à imprensa, na passada semana, que a força aérea francesa começaria a utilizar — no Tchad — nos fins de Setembro uma nova base aérea na cidade de Abeche, a 700 quilómetros a nordeste de N'Djamena. Até à data, as tropas francesas que permanecem no Tchad, têm-se circunscrito mais das zonas meridionais, apoiando-se na base de N'Djamena. A utilização de uma nova base, e as notícias de transferência de tropas para a cidade de Largeau e outros povoados situados na zona norte daquele país africano, significa uma aproximação das fronteiras líbias — concretamente o lançar de mais um elemento de acréscimo de tensão.

Iniciaram-se há dias as maiores manobras militares conjuntas da França e da RFA. Vinte mil soldados das Forças de Intervenção rápida francesas deslocam-se para território da República Federal Alemã, para participarem, com 55 mil homens deste país, no simulacro de uma sujestiva operação: repelirem o ataque de uma força «vermelha». Manobras que se prendem com as pretensões e os passos objectivos para a criação de um **eixo militar Paris-Bona**, destinado a ser o «núcleo duro da Europa» — nas palavras do chanceler Khol, em discurso pronunciado em companhia do primeiro-ministro francês, Jacques Chirac. Nesse sentido foi mesmo anunciada a criação de um Conselho de Defesa franco-alemão.

A aposta nas armas nucleares

Desde o momento — Reikjavik — em que se começaram a vislumbrar possibilidades práticas de avanço no sentido da liquidação do armamento nuclear, a Paris oficial manifestou o seu alarme. Do primeiro-ministro de direita e seu governo, ao presidente da República, socialista, Mitterrand. Sobram declarações nesse sentido. E naturalmente nem só de declarações se trata.

O ministro da Defesa afirma com clareza, referindo-se à «necessidade» de **dissuasão nuclear** «um princípio sobre o qual todos os europeus estão de acordo. Não podemos construir uma defesa para a Europa simplesmente na base de armamentos convencionais». E o ministro dos Negócios Estrangeiros avança: «O problema é de saber se em caso de crise a pressão político-militar do adversário será mais forte havendo armas nucleares norte-americanas em solo europeu, ou não as havendo. E eu digo que a presença de armas nucleares americanas em solo europeu torna-a mais difícil».

Mas em Paris, tão pouco se fica pela defesa da «dissuasão nuclear». **Defende-se a «necessidade» da bomba de neutrões**, a arma «limpa», que destrói «apenas» a vida, deixando intactos edifícios e instalações industriais, estradas e canalizações. «Cidades fantasma» prontas a receber o invasor? (se este sobreviver...). **Defende-se também a criação de mais sofisticados meios de matança colectiva, nomeadamente a militarização do espaço.**

Em discurso pronunciado em La Haye, em 1984, François Mitterrand sublinhava: «Temos à nossa frente um vasto campo que nos permite organizar a nossa defesa, não só com as armas convencionais mas também através de novos meios que hão-de surgir na cena mundial. É necessário olhar para além do nuclear... Que a Europa seja capaz de lançar no Espaço uma estação espacial habitada que lhe permita observar, transmitir e assim impedir qualquer eventual ameaça, dando assim um grande passo para a sua própria defesa». Sob a aparência de mera preocupação de defesa (como aliás é procedimento de rotina igualmente em Washington), trata-se na prática da defesa da militarização do Espaço. Que de forma alguma anula as armas nucleares, como se pretende fazer crer. Pelo contrário. Aliás bastará termos em conta os projectos e esforços no sentido de «melhoramento» quantitativo e qualitativo do arsenal estratégico-**nuclear** norte-americano, para constatarmos a total falsidade das promessas de que as armas no espaço anulariam as armas nucleares.

Prática militarista

De par de um discurso abertamente militarista, alinha-se uma política que o não é menos.

Temos antes do mais os sucessivos ensaios nucleares do atol de **Muroroa** (testemunho de uma outra faceta da política externa francesa — a sua componente colonial), contra os quais os países da zona têm insistentemente protestado, num processo que já passou por incidentes terroristas, como o afundamento, por homens-rãs franceses, de um barco ecologista, na sequência de um protesto contra os ensaios nucleares.

Na mesma perspectiva, e seu instrumento fundamental, se situa **a lei do programa militar**, votada na Assembleia por todos os grupos parlamentares representados, com uma única excepção — a oposição dos comunistas franceses. Lei que na prática significa: 474 mil milhões de francos para os próximos cinco anos. Verba enorme, destinada à produção de novas armas nucleares, à participação na militarização do espaço, o fabrico de armas químicas e da bomba de neutrões, o prosseguimento dos ensaios nucleares em Mururoa, o agravamento do comércio de armas.

Não é por acaso que **Chirac** redondamente afirma: **A França não tem qualquer interesse em negociar sobre desarmamento»!**

Nesta linha vêm ainda os esforços conjugados para a criação de um eixo militar Paris-Bona, o tal «núcleo duro» de **uma unidade militar europeia**. Perigo para a Paz. Perigo não menos óbvio para a independência e o exercício efectivo da soberania nacional por parte dos povos da Europa capitalista.

Respondendo a uma questão colocada sobre o esquema de defesa preconizado para a Europa, o socialista Jean-Pierre Chevenement, afirma: «É preciso propor à Alemanha Federal uma defesa comum, baseada num conceito de dissuasão que poderá incluir pelo menos dois escalões. O primeiro será o convencional... trinta e cinco divisões franco-alemãs colocadas sob comando francês e dispostas do Jutland aos Alpes. Numa segunda etapa, o alargamento ao território alemão do "chapéu-de-chuva" nuclear francês».

Os objectivos são claros e vários passos foram já entretando dados. De que o mais recente é a anunciada criação de um Conselho de Defesa franco-alemão.

Os «negócios» em África

Homens de negócios sul-africanos e franceses, encontraram-se ainda esta semana em Paris. Objectivo: activar as relações comerciais entre os países capitalistas e o «apartheid», furando as sanções preconizadas pela comunidade internacional contra o regime racista, mantendo formalmente os governos à margem dos apoios directos a Pretória.

Os representantes do capital sul-africano já passaram por Londres, dirigindo-se depois a Madrid. Esta visita não diz respeito apenas à França, mas em geral à Europa capitalista.

Nem por isso é menos verdade que a França se destaca no seu relacionamento com Pretória. Segun-

Pelo desarmamento — uma imagem entre muitas possíveis, de uma manifestação pela paz em França. O repúdio pela política externa de Chirac

do declarações de Harord Groom, chefe da delegação sul-africana de patronato, «os créditos comerciais foram renovados pelos bancos franceses, o que era impossível há 12 meses». Por outro lado, nesta digressão por países da Europa capitalista, o patronato da RAS não falou apenas com industriais e banqueiros. Mas também com membros do governo de Chirac.

Esta iniciativa por parte do capital sul-africano, e a resposta positiva que encontra em Paris, não é um elemento novo no panorama da política externa francesa. Contactos políticos, esforços de justificação — oficial — do «apartheid», vêm-se repetindo.

Já duas delegações parlamentares francesas — englobando toda a direita, do partido governamental ao de Le Pen, se deslocaram à África do Sul. O objectivo da segunda delegação, em Setembro último, era expressamente o de «acertar relógios no que respeita à desinformação de que é vítima a África do Sul»!

Entretanto só no que se refere a África (desde a posição assumida face a Pretória, à directa ingerência no Tchad, ou no Togo, em apoio da ditadura), a política externa francesa se revela abertamente reaccionária.

O mesmo se verifica em relação à **Turquia**, país ditatorial, que entretanto a «democrática» CEE ensaia integrar. É publicamente afirmado o processo de intensificação das relações entre os dois países.

De registar igualmente o apoio objectivo à **ditadura indonésia**, que representou a viagem do presidente Mitterrand ao país, no preciso momento em que eram executados comunistas, após muitos anos de prisão.

E ainda o apoio crescente ao regime da **Coreia do Sul**, posto em causa por um importante movimento popular de massas.

Factos múltiplos que traduzem uma política abertamente hostil a qualquer movimento de progresso, abertamente neo-colonial, abertamente belicista. Uma política do capital sem máscara. ■

Juventude contra o «apartheid» — uma frente de luta em que a juventude comunista está particularmente empenhada

Referendo na Nova Caledónia

«Uma falsa democracia que voa em socorro do colonialismo»

«Este referendo vai ser uma derrota (...) para a Nova Caledónia (...) Mais uma vez se alargará o fosso entre as etnias (...) Tudo aqui é falso (...) Uma falsa democracia que voa em socorro do colonialismo (...) Não há liberdade nem democracia na medida em que não há respeito pelo povo kanak (...) A França é aqui encarnada por pessoas que trabalham para encher os seus bolsos».

Não se trata de uma declaração da Frente de Libertação Nacional Kanaka Socialista, que se bate por uma verdadeira libertação do domínio colonial. Mas tão só do dirigente da LKS, organização independentista moderada, e por isso tolerada, com um lugar no Congresso do território.

A **13 de Setembro**, dias antes do aniversário do início da dominação colonial do país, a França realizou na Nova Caledónia um referendo sobre a vontade de autodeterminação da população. Referendo viciado à partida, pois a população autóctone, a população kanaka, é hoje minoritária, vítima da política de colonização do país.

Minoritária, e de facto privada dos direitos essenciais. Não por acaso, Eloi Machoro, dirigente independentista, assassinado em 1985, dizia: **«O mais duro não é morrer, mas viver e sentir-se humilhado, odiado e exilado no seu próprio país».**

No século passado, os kanakas foram privados das suas terras, em benefício dos colonos brancos e metidos em reservas, de onde, até 1946, só tinham o direito de sair umas horas por dia. Apenas em 1951 obtêm o direito ao voto.

A verdade entretanto é que continuam à margem da vida do seu próprio país. Ainda hoje apenas podem cultivar os poucos hectares da reserva em que cada família se encontra. A sua identidade nacional, a sua cultura, são pura e simplesmente negadas. Representando 43% da população total, apenas 1,6% dos quadros e engenheiros do sector privado são de origem kanaka. Um índice muito evidente da discriminação.

A realidade de domínio colonial é bem evidente. E não pode ser encoberta com pretensos actos de democracia — no fundo identificáveis com os ensaiados na África do Sul.

Neste momento, e por decisão da comunidade internacional, **a Nova Caledónia está inscrita na ONU na lista de países a descolonizar.** ■

A «autodeterminação» em marcha nas ruas de Nouméa...

Pontos Cardeais

Mau tempo

O semanário de Nuno Rocha, o tal que parece ter feito reportagens em Timor antes de lá se deslocar, revela uma vez mais uma curiosa apreciação da «oportunidade», isto é, do tempo. Achou desta vez, que era tempo de entrevistar Savimbi, quando em Portugal se aguardava a visita do Presidente José Eduardo dos Santos. Não contente, ocupou o tempo (e o espaço do «Tempo») em densa artigalhada ofensiva. Não apenas de modo insultuoso em relação à visita de um Chefe de Estado como em relação a um país sobre o qual despeja os mais reles adjectivos. Nuno Rocha chega a classificar de «perigosa visita» a que o Presidente de Angola nos faz!
E, em jeito de apelo, dá o programa das provocações orquestradas por «angolanos residentes em Portugal». Felizmente que o «Tempo», apesar de mau, não chega para ensombrar a visita.

Manipulações do diabo

O pasquim «O Diabo», parente próximo do «Tempo», também achou oportuno dar largas ao seu fel e à sua saudade colonialista. E vá de, em parceria com «O Século», encomendar uma sondagem. Sobre Angola, claro. Ora, quando uma sondagem é encomendada por um par de folhas ultras, os resultados costumam condizer com as vantades dos patrões. Só que, embora se esforce por titular em favor dos desígnios que persegue, o pasquim «O Diabo» não consegue esconder que os números apresentados são mesmo desfavoráveis aos reaccionários, aos colonialistas e a todos os saudosistas de antigamente. Por exemplo, entre os perguntados 27,7 por cento estão de acordo que o Governo português recebesse apenas José Eduardo dos Santos; quanto ao fantoche Savimbi, apenas 3,8 por cento reclamam a exclusividade da sua visita... Uma maioria acha que o governo angolano tem o apoio da população... Mais de 49 por cento acha que a Unita é um movimento de direita... Quase oitenta por cento não está de acordo com o apoio da África do Sul à Unita... Quanto ao papel de Portugal no «conflito», há mais interrogados a pensar que o Governo devia apoiar o MPLA do que partidários dos fantoches, enquanto uma esmagadora maioria se decide pela neutralidade ou pela promoção de um «entendimento»...
Para uma sondagem encomendada por quem foi, para um país continuamente bombardeado pela propaganda da direita, os resultados não são nada animadores para a direita...

Gasolina e automóveis

Afinal eram só promessas. Titulam alguns jornais que não senhor, os automóveis não vão nada baixar de preço, apesar de se prever o fim das limitações à importação. Os impostos continuam. E, para os que candidamente acreditaram nas boas palavras da campanha do PSD, a subida do custo da gasolina vai decerto fazer murchar algumas orelhas.
O Governo de Cavaco, porém, está atento à sua clientela. Se subiu a gasolina super em 3,4 por cento — obrigando os automobilistas a passear menos — já que não irão poupar, porque não podem, nas viagens de trabalho e de serviços —, os aumentos do fuel chegam aos 9 por cento, e o gás de garrafa aos 8,3.
Trabalhar, transportar, cozinhar, vai sair muito mais caro. E quase todos os outros preços, como é normal, da agricultura à indústria, vão sofrer alta. Que o Zé terá de pagar.

Reajustamentos e reconversões

Depois das eleições a atenção dos analistas encavalitados na «onda laranja» virou-se para os comunistas. Que por cá, intestinamente, se travavam lutas e se cortavam cabeças, caíam figuras em desgraça, previam-se ascensões fulgurantes. Os comunistas andavam numa roda viva à volta do umbigo...
Quando, porém, as coisas se acalmaram e a onda lhes passou, as verdadeiras notícias começaram a chegar. De reajustamentos, de reconversões. Mas, ai deles, não saíam dos lados da Soeiro Pereira Gomes. Outras ruas, outros nomes, outros partidos passaram à berlinda.
E é então uma carta que corre em busca de assinaturas, acordos que se fazem para um congresso, saídas e entradas de históricos, adiamentos de convensões lá mais para a Primavera...
Há demissões, passagens a independências com ou sem manutenção de lugares aqui ou no Parlamento Europeu, tentativas para liquidar partidos.
E há resmungos na distribuição dos tachos, cadeiras e outros lugares. Ministros que apesar de não serem da cor, alaranjaram mais que alguns furiosos laranjas.
E até em mini-partidos, como o CDS, a coisa ferve, segundo se diz. Eles são poucos, mas estão tão divididos que parecem muitos. Chega a haver tantas alas que algumas delas contam apenas com o seu próprio cabecilha. Entretanto, fala-se sobre o regresso de Freitas. É um regresso ao passado, já que ele vem do século XXI, onde deixará uma fundação a afundar-se.

Gazetilha

por Ignotus Sum

Porquê tão longe?

João de Deus Pinheiro, o rei vai nu
da arte de «educar»,
disse banalidades na ONU
onde foi discursar.

Se fosse passear, não é verdade?,
um homem não é monge...,
mas pra dizer tanta banalidade
é preciso ir tão longe?...

O Cavaco dizia
sensacional virtude!,
que no elenco havia
um ministério para a Juventude...

(A mim, a novidade me arrepela.
A Juventude, a sério,
precisa mais o ministério dela
que ela do ministério...)

Mas nós sabemos já
que o ministério, o tal que dizem que há,
não há
mas há
o ministro do ministério que já
se sabe que não há...

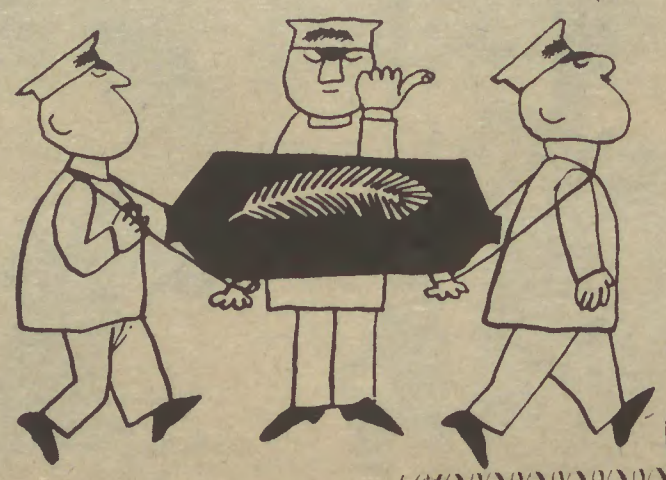
A grande confusão!
Há. Não há, não.
Quer dizer: parece
que é como se houvesse...

Transparência? Talvez, de solidó.
Palavras tais aqui não valem nada.
Mais transparente do que isto, só
uma porta blindada...

Diz o Cavaco que
o emprego sobe; e
logo um estudo sério faz a queixa:
quem sobe é o desemprego e em flecha...

Disso a TV não fala.
Isso a TV cala.
E se um ladrão
vai para a prisão
(ladrão pequeno, estão a perceber...)
que se há-de fazer
a quem ao povo rouba a informação?...

Telejornal é livre? Se calhar
é livre, homessa,
é livre pra falar mas só falar
do que ao Cavaco interessa...

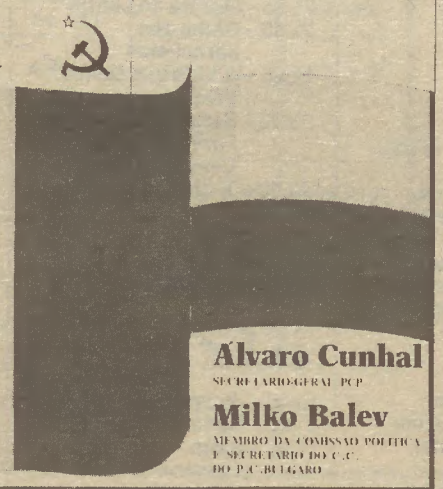


Agenda

Avante!
Ano 57 – Série VII
N.º 718
1 de Outubro de 1987
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

comício de amizade
PCP
PCBúlgaro

salão
Junta Freg. Alcântara
2 Outubro - 21,30 h.



Álvaro Cunhal
SECRETÁRIO-GERAL DO PCP

Milko Balev
MEMBRO DA COMISSÃO POLÍTICA E SECRETÁRIO DO C.C. DO P.C. BÚLGARO

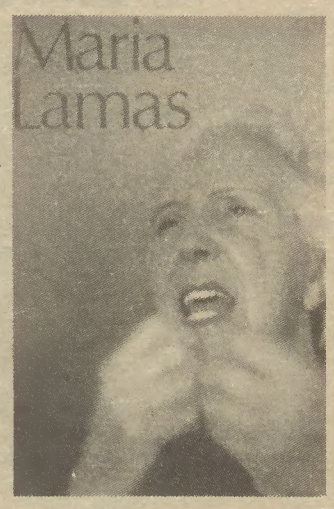
Programa de Homenagem Nacional a Maria Lamas

Torres Novas
Sábado 4

10.00 – Banda Operária Torrejana inicia volta pela Cidade.
10.30 – Encontro dos participantes da Homenagem junto à «Esplanada Jardim»
11.00 – Descerramento da Placa Toponímica no Largo Maria Lamas
– Intervenções
– Largada de Pombas
12.00 – Passagem pelas Casas onde viveu Maria Lamas
13.30 – Almoço na Adega Regional
15.30 – Espectáculo com a participação de Artistas nacionais e regionais: «A música, as palavras, o convívio ao encontro de Maria Lamas».

Aceitam-se reservas para o almoço. Contactar para:
– Org. Santarém do MDM:
Tel. 2 76 16 (de manhã)
– Sede Nacional do MDM:
Tel. 55 78 53/55 48 75 (Lisboa)
Preço por almoço: 1100$00

Organização: Movimento Democrático das Mulheres, com o apoio da Comissão Cívica Cultural de Torres Novas e Câmara Municipal de T. Novas.



Quinta 1

• PORTO
Reunião de eleitos comunistas nas Autarquias Locais, às 21.30, no Centro de Trabalho na Rua Barão de S. Cosme.

• LISBOA
Comemoração do **17.º aniversário da CGTP-IN**, às 21.30, no Auditório do BESCL, Rua D. Luís, a primeira parte será destinada a intervenções e saudações, a segunda a um espectáculo musical por José Mário Branco.

• VILA REAL ST.º ANTÓNIO
O camarada **Carlos Brito** terá um encontro com os trabalhadores da Gráfica às 11.00 e às 15.00 com os trabalhadores da Comalpe.

• FARO
Encontro com os professores, às 18.00 com o camarada **Carlos Brito**.

Sexta 2

• FARO
O programa do camarada **Carlos Brito** prossegue hoje com um encontro às 15.00 no Instituto Politécnico e às 17.30, na Escola de Hotelaria.

• LISBOA
Plenário de militantes da Construção Civil às 19.30, no Centro de Trabalho Vitória.

• ÉVORA
Plenário de militantes da cidade, às 21.00, no Centro de Trabalho do Largo Luís de Camões, com a presença dos camaradas **António Gervásio** e **António Murteira**.

• PORTO
Comemorações do **17.º aniversário da CGTP-IN**, comício-festa no Cinema Júlio Dinis, às 21.30, seguido de espectáculo com Pedro Barroso.

Sábado 3

• PORTO
Reunião Plenária da Direcção da Organização Regional do Porto, às 10.00, no Centro de Trabalho da Boavista.

• SEIXAL
Encontro, para análise da situação política, às 15.00, no Centro de Trabalho.

• AVEIRO
Dentro das comemorações do **Aniversário da CGTP-IN**, a União dos Sindicatos organiza uma sessão comemorativa com a presença de Fernando Tordo e do Grupo de Danças e Cantares de S. Pedro de Maceda, às 21.30 na sala do Sindicato dos Têxteis de Cortegaça.

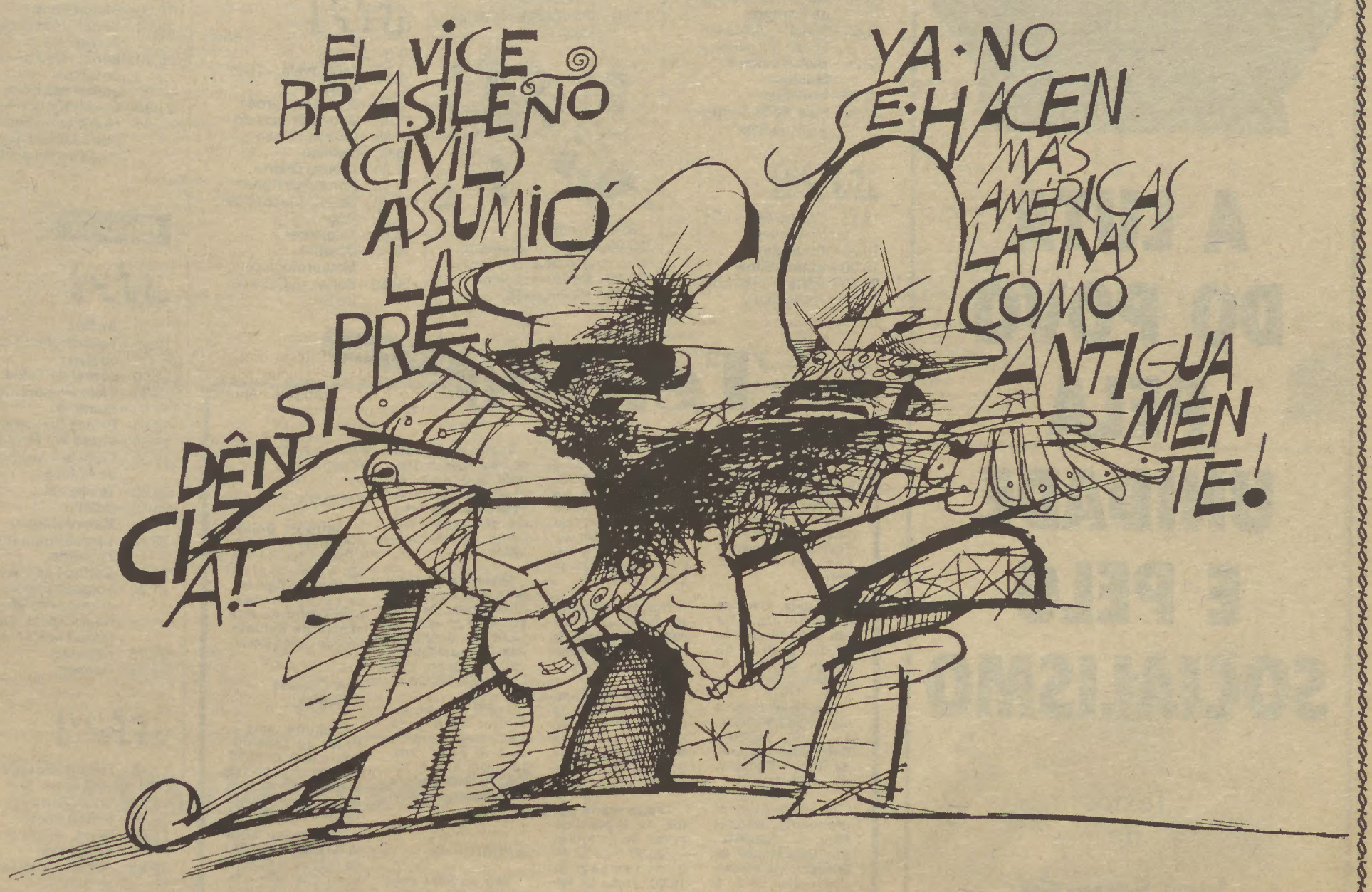
• ALCOCHETE
Reunião da Comissão Concelhia, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• SAMOUCO
Jogos de futebol e outras provas desportivas, a partir das 10.00 no campo da Associação Desportiva Samouquense, almoço na cantina da Escola Primária e convívio musical pela tarde fora. Esta iniciativa juntará camaradas e amigos do Partido dos concelhos vizinhos de Montijo e Alcochete, distrito de Setúbal.

Segunda 5

• FELGUEIRAS
Reunião da Comissão Concelhia, às 10.00, no Centro de Trabalho.

ANTOLOGIA



ZIRALDO – *BRASIL. In «Gráfica», revista de Artes Gráficas, n.º 3. Editada em Curitiba-Brasil*

edições Avante!
Colecção «Paz e Socialismo»
JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

A LUTA DO POVO PELA UNIDADE E PELO SOCIALISMO

Textos de

José Eduardo dos Santos

TV O Programa

Quinta 1

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela** – «Tudo ou Nada»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.35 – **Ciclo Preparatório**
18.00 – **Sumário**
18.05 – **Brinca Brincando**
18.30 – **Ponto por Ponto**
19.30 – **Série** – «Missão de Paz»
20.00 – **Telejornal**
20.35 – **Boletim Meteorológico**
20.45 – **Filme** – «Anjos em Fúria» (1.ª parte)
22.15 – **Telemundo**
22.45 – **Série** – «Pecados»
23.40 – **Notícias**
00.10 – **Remate.**

RTP2

17.15 – **Telenovela** – «Os Imigrantes»
18.00 – **Countdown**
20.00 – **Série** – «Uma Família às Direitas»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Montra de Livros**
21.35 – **Série** – «O Tempo e o Vento»
22.10 – **Os Sobreviventes.**

Sexta 2

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela** – «Tudo Ou Nada»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.35 – **Ciclo Preparatório**
18.00 – **Sumário**
18.05 – **Brinca Brincando**
18.30 – **Ponto por Ponto**
19.30 – **Memória Audiovisual**
20.00 – **Telejornal**
20.35 – **Boletim Meteorológico**
20.40 – **Mobil nos Caminhos de Portugal**
21.55 – **Filme** – «Anjos em Fúria» (2.ª parte)
22.25 – **Bem-Vindos a Munique**
23.55 – **Notícias**
00.35 – **Pela Noite Dentro** – «Tiro de Aviso».

RTP2

17.15 – **Telenovela** – «Os Imigrantes»
18.00 – **Countdown**
19.00 – **Simon Show**
20.00 – **Série** – «Hitchcock Apresenta»
20.35 – **Os Malucos do Circo**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.35 – **Montra de Livros**
21.55 – **Clube dos Jornalistas**
22.05 – **A Vida que Quero Viver**
23.00 – **Série** – «Os Fazedores de Dinheiro»
23.30 – **Troféu.**

Sábado 3

RTP1

10.00 – **Juventude e Família**
11.00 – **Série** – «He-Man»
11.20 – **Série** – «David o Gnomo»
11.45 – **O Anel Mágico**
12.05 – **Série** – «O Tempo e o Vento»
12.40 – **Desenhos Animados**
13.00 – **Jornal de Sábado**
13.10 – **Lucky Luke**
13.35 – **Série** – «Akagera»
14.05 – **Supertrinta**
14.50 – **O Mundo Maravilhoso de Walt Disney**
15.50 – **Telefilme** – «Babe-Uma Nova Estrela», real. Rafael Zielinski
17.20 – **Série** – «O Aventureiro»
18.20 – **Os Filhos da Pantera-Cor-de-Rosa**
18.45 – **Experiência Migrante**
19.45 – **Totoloto**
20.00 – **Jornal de Sábado**
21.00 – **Boletim Meteorológico**
21.05 – **7 Folhas**
21.35 – **Concurso Jovem** – «Turismo Dom Pedro 87»
22.35 – **Série** – «Hill Street»
23.30 – **Cinema da Meia-Noite** – «O Milagre de Ana Sulivan».

RTP2

10.00 – **Compacto-Countdown**
13.00 – **Compacto-**«Tudo ou Nada»

16.00 – **Troféu**
20.00 – **Série** – «Quem sai aos seus...»
20.25 – **Série** – «Louvre»
21.20 – **RTP/Ano 30.**

Domingo 4

RTP1

10.00 – **Juventude e Família**
11.00 – **Missa**
12.00 – **70x7**
12.30 – **TV Rural**
13.00 – **Jornal de Domingo**
13.10 – **Série** – «Ascensão e Queda do Rei Algodão»
13.40 – **Série** – «A Ilha das Borboletas»
14.30 – **A Prática das Colecções**
14.50 – **Circo de Moscovo**
15.30 – **Série** – «A Rota da Seda»
16.25 – **Que Preofissão?** – «Arquitecto»
16.50 – **Primeira Matinée** – «Fama»
19.00 – **Série** – «O Justiceiro»
20.00 – **Jornal de Domingo**
20.30 – **Boletim Meteorológico**
20.35 – **Tempo de Ensaio**
21.05 – **Série** – «O Optimista»
21.35 – **Série** – «Dallas»
22.35 – **Domingo Desportivo.**

RTP2

10.00 – **Troféu**
12.30 – **Caminhos**
12.55 – **Novos Horizontes**
13.20 – **Entre Barreiras**
13.50 – **Documentário**
14.45 – **Desenhos Animados**
15.00 – **Troféu**
17.00 – **Fantasia e Realidade**
17.30 – **RTP-Brasil**
18.00 – **Série** – «Bullman»
19.00 – **Palavras Ditas**
19.25 – **Music Box**
20.30 – **Arte e Letras** – «William Klein»
21.35 – **Cine-Clube** – «Kikolai Shchors», real. Aleksandr Dovjenko
00.25 – **Top Vídeo.**

Segunda 5

RTP1

10.0 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Tudo ou Nada»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Brinca Brincando**
14.25 – **Charlie Brown**
16.00 – **Matinée**
17.30 – **Afonso Duarte**
18.35 – **Ponto Por Ponto**
19.30 – **Série:** «Missões de Paz»
20.00 – **Telejornal**
20.40 – **Boletim Meteorológico**
20.50 – **Série:** «A Casa de Irene»
21.10 – **Grande Gala da Música Portuguesa**
22.15 – **A Glória de Ayutthya os Portugueses no Sião**
23.15 – **Notícias**
23.45 – **Remate.**

RTP2

17.15 – **Telenovela:** «Os Imigrantes»
18.00 – **Countdown**
19.00 – **Simon Show**
20.00 – **Série:** «Hitchcock Apresenta»
20.30 – **Série:** «Os Malucos do Circo»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Telefilme:** «Crimes no Espaço». Real. Stephen Hilliard Stern.

Terça 6

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Tudo ou Nada»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Ciclo Preparatório**
18.00 – **Sumário**
18.05 – **Brinca Brincando**
18.30 – **Ponto Por Ponto**
19.30 – **Trânsito**
20.00 – **Telejornal**
20.40 – **Boletim Meteorológico**
20.50 – **Série:** «Os Mísseis de Outubro»
21.30 – **Programa da Direcção de Informação**
22.30 – **Série:** «Brigada Especial»
23.30 – **Notícias**
23.55 – **Remate.**

RTP2

17.15 – **Teienovela:** «Os Imigrantes»
18.00 – **Countdown**
19.00 – **Simon Show**
20.00 – **Série:** «Hitchcock Apresenta»
20.30 – **Série:** «Os Malucos do Circo»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **CinemaDois:** «As Mulheres de Boston». Real. James Ivory (Grã-Bretanha/1984).

Quarta 7

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela:** «Tudo ou Nada»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Ciclo Preparatório**
18.00 – **Sumário**
18.05 – **Brinca Brincando**
18.30 – **Ponto Por Ponto**
19.30 – **Ciência – Invenção do Futuro**
20.00 – **Telejornal**
20.40 – **Boletim Meteorológico**
20.45 – **Vamos Jogar no Totobola**
21.00 – **Garfield no Paraíso**
21.20 – **Lotação Esgotada:** «Coisas da Vida». Real. Claude Sautet (Itália/França – 1969)
23.15 – **Notícias**
23.45 – **Remate.**

RTP2

17.15 – **Telenovela:** «Os Imigrantes»
18.00 – **Countdown**
19.00 – **Simon Show**
20.00 – **Série:** «Hitchcock Apresenta»
20.30 – **Série:** «Os Malucos do Circo»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Série:** «Mato Grosso» (últ. epis.)
22.00 – **Clube da Imprensa**
23.00 – **O Som da Surpresa.**

Teatro O Cartaz

• **LISBOA**

Caixa Económica Operária, Rua Voz do Operário, 64. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Kartoteka,** de Tadeusz Rozewicz, enc. de António Solmer.

Comuna, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30; dom. às 17.30. **O Urso na Cama,** de José A. Gouveia.

Sala Nova, de 3.ª a sáb. das 21.30, dom., às 17.00. **Os Dois Corcundas e a Lua,** de Richard Demarcy, enc. João Mota.

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. **«Socorro... Sou Uma Mulher de Sucesso,** de Alloisio-Colli-Gaber. De 2.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. Descanso à 4.ª, enc. Io Apolloni.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45, sáb. também às 16.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Lisboa, Tejo e Tudo,** de César Oliveira, Solnado e Fialho Gouveia, enc. de César Oliveira.

Theatro Gymnásio, Rua Nova da Trindade, 5. **Calderón** de Pier Paolo Pasolini, enc. Mário Feliciano.

Teatro Maizum, Rua dos Poiaes de S. Bento, 75-B 2.º. De 2.ª a sáb., às 21.30. **A Bela-Calígula,** de Augusto Sobral, enc. de Rogério Vieira.

Teatro Maria Matos, Av. Miguel Contreiras. De 3.ª a dom. às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. **Toma Lá Revista,** de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom. às 16.00. **Peça Para Dois Actores,** de Tennesse Williams, enc. Osório Mateus.

Teatro Vasco Santana, Feira Popular, Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **As Senhoras das Quintas-Feiras,** de Loleh Belon, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço,** enc. Armando Cortez.

• **PORTO**

Sala do Povo Portuense, Rua de Camões, 578. **Tio Vania,** de Anton Tchekov pela **Selva-Trupe,** enc. Fernando Umaña.

• **SETÚBAL**

Teatro de Bolso, Rua Balbeário Dr. Paulo Borba. 5.ª, 6.ª, sáb. e dom., às 21.30. **Boavida e o Diploma,** de Luigi Pirandelo, pelo **Teatro de Animação de Setúbal,** enc. de Carlos César.

Para Crianças

• **LISBOA**

Comuna, sala 2, Praça de Espanha. Sáb. e dom. às 15.00. **Viagem,** de Sophia de Mello Breyner, enc. de João Brites, pelo o Grupo o **Bando.**

TIL – Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. dom. e feriados, às 16.00. **O Choupo Andarilho,** de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo.

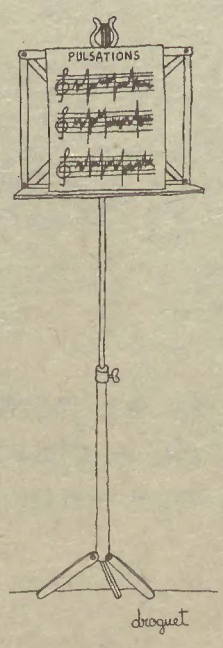
Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Os Dias da Rádio	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
B	Jardins de Pedra	★★★★	★★★★	★★★★	—	—
C	O Navio	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★
D	O Pecado Mora ao Lado	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Woody – **Las Vegas/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30). **S. Jorge/3** (14.30, 16.45, 19.15, 21.45) – **Lisboa**.
B — Real. Francis Ford Coppola – **Nimas** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Quarteto/2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa**.
C — Real. Federico Fellini – **Amoreiras/5** (14.15, 16.45, 19.15, 21.30, 00.15) – **Lisboa**.
D — Real. Bily Wider – **Quarteto/3** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) – **Lisboa**.



Exposições...

• LISBOA

Amadeo de Souza Cardoso — Pintura. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30 (até 25/10).

«9 Artistas Franceses – 87» — Galeria do Piso 1 do Centro de Arte Moderna.

Clara Azevedo — Galeria Diferença, R. de S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 11/6).

Colectiva da António Arroio — Trabalhos de alunos de várias áreas no último ano lectivo. Escola António Arroio, de 2.ª a 6.ª, das 9.00 às 20.00 (até 9/10).

Colectiva — Artex Galeria, R. Nova do Almada, 85. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 09.00 às 13.00.

Colectiva — Galeria Módulo, Av. António Augusto Aguiar, 56-5.º dt.º. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

Colectiva — Galeria Triângulo, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00.

«30 Desenhos de Portinari» — Na Sala de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna.

A exposição será completada pela apresentação da palestra-audiovisual **«Projecto Portinari-Um Homem, um Tempo, uma Nação»**, pelo prof. João Cândido Portinari, no dia 6 de Outubro, às 21.30 no Auditório II da Gulbenkian e pela conferência **«Saudades de Portinari»**, por Mário Dionísio, no dia 9 de Outubro, às 18.30, na Sala de Exposições Temporárias do CAM.

Ernesto de Sousa – «Um olhar sobre a escultura», textos e fotografia. Museu Nac. da Arte Antiga, R. Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

IV Exposição Nacional de Gravura – Fundação Gulbenkian, Galeria de Exposições Temporárias, Av. de Berna, 45.

Fernanda Franco Ferreira – Pintura. SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a dom., das 14.00 às 20.00 (até 4/10).

«Fronteira Sul» — Trabalhos de artistas das Canárias. SNBA, Rua Barata Salgueiro, 36. De 3.ª a dom., das 14.00 às 20.00.

Galli Biblena – Desenhos de arquitectura e cenografia. Museu Nac. de Arte Antiga, R. das Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até fim de Outubro).

H. Michael Wieben – Pintura — Marilyn 25 anos depois». Galeria «A Janela Verde», R. do Olival, 9. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00 (até 6/10).

Índios da Amazónia – Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

Jóias do Quotidiano da Família Real – Palácio Nacional da Ajuda, sala do Retrato da Rainha. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Joseph Kosuth – Galeria Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 24/10).

Luís Lamela — Galeria De 2.ª a 6.ª, das 09.00 às 19.00 (até 9/10).

Luís Raiha — Desenho e Design. Galeria Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 3/10).

Maria José Escolástico e Júlio Pego — Pintura. Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75-B. 2.ª e 3.ª, das 18.00 às 20.00, de 4.ª a sáb., das 18.30 às 21.30 (até fim de Outubro).

Paula Ruella — Pintura. Galeria Da Vinci, Rua de Belém, 75-77. De 2.ª a sáb., das 15.00 às 20.00 (até 15/10).

Steve Currie — Galeria Diferença, R. de S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 11/10).

• PORTO

«O Barco Rabelo». Centro Regional de Artes Tradicionais, R. da Reboleira, 37. De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.00 (até 30/10).

Duarte Saraiva, *no Museu Regional de Sintra*

III Bienal de Desenho da Árvore – Antologia de desenho do século XX com 145 trabalhos. Mercado Ferreira Borges.

Colectiva – Arte para Férias». Gal. EG, Caminho da Fonte de Cima, 33. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 20.00.

Colectiva – Casa de Serralves, R. de Geraldes, 80. De 3.ª a dom. das 14.00 às 18.00 (até 11/10).

Colectiva – Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

Ernesto de Sousa – Casa de Serralves, R. de Geraldes, 80. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 11/10).

• OUTRAS LOCALIDADES

José de Guimarães – Pintura e escultura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 2/10) – ALMANSIL.

Augusto Cabrita e Vítor Figueiredo — «Mosteiro da Batalha», fotografia. Das 9.00 às 12.30 e das 14.00 às 19.00 (até 15/10). Museu do Mosteiro — BATALHA.

Delfim Maya – Exposição comemorativa do centenário do escultor. Museu José Malhoa. CALDAS DA RAINHA.

III Bienal de Chaves – Os trabalhos premiados. Pavilhão do GATAT, Av. dos Aliados. Das 16.00 às 19.00 e das 20.00 às 23.00 (até 15/10) – CHAVES.

Colectiva – Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 – COIMBRA

Colectiva — Círculo de Artes Gráficas, R. Castro Matoso, 19. COIMBRA.

Miranda Justo e Túlia Saldanha – Pintura. Círculo de Artes Plásticas, R. Castro Matoso – COIMBRA.

Fabrica de Cerâmica – Museu Nacional de Ciência e Técnica, R. da Ilha (junto à Sé Velha) – COIMBRA.

Colectiva — Pintura, arte romana e azulejos dos séculos XVII e XVIII. Galeria Constância, R. Luís de Camões. De 4.ª a dom. das 14.00 às 20.00. CONSTANCIA.

Individual de Álvaro Perdigão; colectiva de Bual, Cargaleiro, Kira, outros — pintura, escultura, colagem, tapeçaria, serigrafia. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B. Das 14.30 às 23.30 (até 30/10) – COSTA DA CAPARICA.

Almadarte – Pintura, escultura, colagem, tapeçaria e serigrafia. Av. General Humberto Delgado, 3-B. Das 14.30 às 23.30 – COSTA DA CAPARICA.

António Cunha – Fotografia. Câmara Municipal. CUBA.

Nelson Cardoso – Pintura. Galeria Arcada, Arcadas do Parque, 18. De 3.ª a 5.ª das 11.00 às 20.00, 6.ª e dom. das 11.00 às 22.00 (até 5/10) ESTORIL.

«Évora – Os Povos e as Artes» — Salão Nobre dos Paços do Concelho. ÉVORA.

«História ao Vivo – a Escola Vai ao Museu» — Documental sobre a influência dos romanos no Algarve, a vida conventual em Faro, a vida rural em Santa Bárbara de Nexe, etc. Museu Arqueológico (até 9/10) – FARO.

Artesanato de Moçambique. Biblioteca Municipal – MONTEMOR-O-NOVO.

Azulejos Originais Portugueses — Galeria de Arte Espiral. Centro Comercial das Palmeiras, loja 14. Diariamente das 14.00 às 22.00. OEIRAS.

William Beckford e Portugal – Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 – QUELUZ.

«Cascais no Tempo dos Romanos» — Museu de Arqueologia e Etnografia (até 18/10) – SETÚBAL.

Celestino Alves – «Pequena Antologia». Casa do Bocage, R. Edmond Bartissol. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. das 15.00 às 19.00 (até 25/10) – SETÚBAL.

Colectiva – Cetária, Galerias de Arte, Pousada de S. Filipe. Diariamente das 10.00 às 22.00 (até 6/11) – SETÚBAL.

Lima de Freitas — «Mito. Simbologia. Figura». Convento de Jesus, Galeria de Exposições Temporárias (18/10) – SETÚBAL.

Felícia/Cuca — Pintura e cerâmica. Junta de Freguesia de S. Julião, rua Jorge de Sousa, 3. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 18.00 (até 29/10) – SETÚBAL.

1.ª Bienal de Arte — Antigo Casino, Galeria do Turismo e Palácio Nacional de Sintra (sala das Galés) – SINTRA.

Duarte Saraiva – Museu Regional. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 18.00, sáb. e dom. das 14.00 às 18.00 (até 15/10), inaugurada dia 3. SINTRA.

Graça Delgado — Casa Museu Álvaro de Campos, Calçada D. Ana, 12. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 3/10) – TAVIRA.

Colectiva – «Os Fios e os Frutos». Casa-Museu Álvaro de Campos. Calçada D. Ana, 12. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 31/10) – TAVIRA.

D. Fernando II — Documental. Museu Biblioteca da Casa de Bragança. De 3.ª a dom. das 9.30 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 – VILA VIÇOSA.

«Colectiva – Galeria Forum, Casa-Museu de Almeida Moreira. VISEU.

...e ainda

Música, debates, etc.

Música

Integrado no Dia Mundial da Música, hoje às 21.30, no **Teatro Municipal de S. Luiz**, recital, pelo pianista Pedro Burmester e às 22.30, espectáculo pelo **«Colectiva»**, dirigido por **Constança Capdeville**.

No **Largo do Chiado**, sempre às 19.00, hoje, **Grupo Romanças, Mãe De Água e Grupo Rusga Campaniça;** e amanhã, **«Fado ao Crepúsculo»**; sábado, **«Sexteto de Jazz de Lisboa»**.

Coliseu, de hoje até domingo, às 22.00, **Ney Matogrosso.**

Fundação Calouste Gulbenkian, no **Anfiteatro**, hoje, às 13.00, concerto pelo **Grupo de Metais de Lisboa**, por ocasião da comemoração do Dia Mundial da Música; dia 4, às 16.00, **Banda Filarmónica 1.º de Dezembro** do Montijo; dia 6, às 18.30, **Ensemble Stradivaria**, com **Alain Zaeppfel**, contratenor, integrado na **VII Jornadas de Música Antiga.**

Hot Clube de Portugal, Praça da Alegria, 39. Dias 1, 2 e 3, **Laurent Filipe**, trompete, **Carlos Martins**, sax-tenor **Mário Delgado**, guitarra, **Bernardo Moreira**, contrabaixo e **José Salgueiro**, bateria.

No **Loucuras**, a primeira sexta-feira tranquila, é com **Sérgio Godinho.**

Porto, na **Escola Superior de Música**, hoje, às 21.30, Concerto Comemorativo do Dia Mundial da Música, no **Salão do Conservatório de Música.**

Amadora, Parque Delfim Guimarães, amanhã, às 21.30, espectáculo com **Sérgio Godinho** e **António Pinho Vargas.**

Évora, no **Teatro Garcia de Resende**, amanhã, espectáculo com **Cramol, Mário Viegas, Fanhais, Carlos Paredes** e **António Vitorino de Almeida**; na **Praça de Touros**, dia 3, **Carlos do Carmo** e **Trovante;** dia 4, **Júlio Pereira** e **José Mário Branco.**

Mafra, no **Palácio Nacional**, todos os domingos, das 16 às 17.00, **concerto de carrilhão** por **Francisco José Alves Gato** que executa obras dos séculos XVII a XX e canções do Cancioneiro Popular Português.

Sintra, Palácio Nacional, todas as sextas, sábados e domingos, às 21.30 **«Espectáculo de Luz e Som»**. Participação de Pedro Caldeira Cabral, Isabel Biu, Orlando Worm e José Campos e Sousa (música); Eunice Muñoz, Victor de Sousa, Luís Lucas e João Grosso entre outros (vozes). A entrada é livre.

Cinema

Cinemateca Portuguesa, Rua Barata Salgueiro, 39. **Homenagem a John Houston:** dia 1, às 21.30, **Africain Queen – A Rainha Africana/1951;** dia 6, às 18.30, **The Maltese Falcon – Relíquia Macabra/1941.**

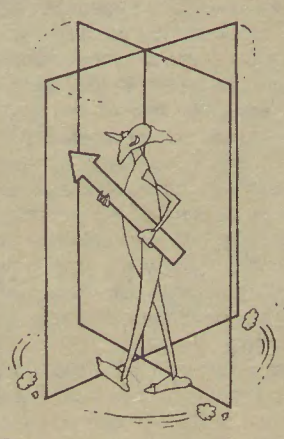
Cinema Português: dia 2, às 18.30, **Mudar de Vida/1966**, de Paulo Rocha.

Antestreias e inéditos: dia 2, às 21.30, **O Desejado ou as Montanhas da Lua/1987** de Paulo Rocha; dia 3, às 18.30, **Mélo/1986**, de Alain Resnais; às 21.30, **Fullmetal Jacket/1987**, de Stanley Kubrick.

Filmes da Cinemateca: dia 3, às 15.30, **Hiroshima Meu Amor/1959**, de Alain Resnais.

O preço dos bilhetes é de 125$00, à venda uma hora antes de cada sessão.

Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C. **Ciclo Polícias e Ladrões:** dia 3 e 4, **Sangue Por Sangue/1984**, de Joel Coen; dias 5 e 6, **Beco Sem Saída/1978**, de Ulu Grosbard. Preço do bilhete é de 200$00 e com cartão jovem 150$00.



Tempo

Fim de Semana

Segundo a antevisão do Instituto de Meteorologia e Geofísica, no sábado e no domingo, no Continente, o céu vai estar muito nublado, com vento fraco ou moderado de sudoeste, e períodos de chuva em especial nas regiões do norte e centro.

TELE DESPORTO...

a TV

Angola, a força da sua razão

Alguns dias antes da chegada a Portugal de José Eduardo dos Santos, Presidente da República Popular de Angola, transmitiu a RTP uma entrevista para festejar a efeméride.

Lamento não me ser possível repetir aqui toda a entrevista, cheia de informações e de esclarecimentos que melhor nos ajudam a compreender a situação na África Austral. Lamento igualmente que o entrevistador tenha posto unicamente o seu interesse nos pontos de confronto em que o Estado de Luanda se encontra envolvido, em vez de procurar saber o que há de novo, de bom, de reconfortante na actualidade histórica de Angola.

Claro que os assuntos tratados não podiam afastar-se. O mérito de José Eduardo dos Santos foi recusar uma situação defensiva já que, ali, se há réu, esse réu não é Angola.

Calma, mas orgulhosamente, passou, ponto por ponto, à ofensiva.

E mostrou como a actividade da UNITA não deve entender-se como um movimento genuinamente angolano, mas como um instrumento nas mãos do *apartheid*.

Destruíu a teoria do «círculo vicioso» apontada pelo repórter: a África do Sul recusa a independência da Namíbia por causa da presença das tropas cubanas em Angola; esta, recusa a retirada das tropas cubanas devido à agressividade da África do Sul...

José Eduardo dos Santos pôs tudo no seu devido lugar: primeiro, as relações entre Angola e Cuba dizem respeito apenas aos dois países, e depois a África do Sul recusava a independência da Namíbia muito antes da presença das tropas cubanas...

Outro assunto mencionado foi a «política de clemência» levada a cabo pelo governo de Luanda. O repórter queria saber se o próprio Jonas Savimbi estaria igualmente abrangido por tal clemência, caso ele se apresentasse. Resposta de José Eduardo dos Santos: «Duvido que ele quisesse vir. Ele tem a consciência dos crimes que praticou...»

No momento em que escrevo esta crónica, José Eduardo dos Santos inicia a sua visita oficial ao nosso país. Acabo de ver a manifestação popular com que foi recebido em Belém.

... Entretanto, a RTP continua a publicar notícias recebidas dos meios ligados à Unita em Lisboa...

Mais um falcão na TV

Ele esteve aí, o senhor Haseltine, rosto cortado em pedra, os olhos frios de serpente.

Antes de entrar propriamente no assunto que me traz aqui, recordemos uma pergunta do entrevistador: se ele era ambicioso (ó homem, perguntar isso a um funcionário da «classe política»!) e se era verdade que ele está tirocinando para sucessor da senhora dona Thatcher. Não interessa a sua resposta. Mas, curiosamente, outro entrevistador fez a mesma pergunta a Leonor Beleza, não em relação à senhora Thatcher, evidentemente. Parece pois estar montada a grande máquina de promoção. Do senhor Haseltine se encarrega a BBC; da Beleza, se encarrega a RTP. Está bem. Está proporcional...

Ora o tal senhor... Haseltine é um dos mais fogosos e delirantes falcões ingleses. Ele está muito zangado por causa da evolução dos acontecimentos no sentido da Paz. Na sua opinião, é um grande erro para o Ocidente (quando eles dizem Ocidente, querem dizer capitalismo...) e porquê?

Mete os pés pelas mãos, não sei quê as armas convencionais, não sei quê a urgência de manter a dissuassão nuclear, enfim, as falconices do costume.

De repente o Haseltine perdeu o domínio de si próprio e resolveu-se a desvendar a verdadeira razão das suas preocupações.

Que é que vai acontecer, pensa ele de alto, se abrandar a tensão militar sobre a URSS? Pois bem, o que vai acontecer é que a URSS desviará milhões e milhões de dólares para a indústria e para a actividade pacífica...

Vê-se pois de que tem medo o «ocidente». E vê-se bem como o «ocidente» tão absolutamente descrê das suas possibilidades.

Porque a verdade é claríssima: o desarmamento acabará com o escândalo das verbas astronómicas destinadas à morte. Haseltine já nos disse, ele próprio, que a URSS irá aplicar tais verbas na indústria pacífica.

Pois faça o «ocidente» o mesmo, e depois se verá quem trabalha melhor. Porque, ao contrário da outra, a concorrência pacífica favorece os povos!

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

O ex-caso do ex-presidente em apuros

«Povo de brandos costumes» que nós somos... — Américo Tomás/Morreu em Paz! De velhice, é de crer. Tinha quase 93 anos e, supõe-se que porque era Verão, trocara a **sua** casa no Restelo pela **sua** casa de Cascais.

À parte o pretexto para umas saudações nazis no cemitério, ficou apenas a merecer nota a «quase miséria» em que vivia, referida, tal como a morte, mais ou menos discretamente pelos jornais e até pela TV — com excepção de «O Dia» (veja-se o obituário do sr. Coito, no melhor estilo tomasino...), de «O Seculo», de «O Diabo», como aliás é sua (deles) função.

Foi na semana passada. Mas semanários houve que voltaram ao assunto.

E assim se fica a saber que por artes que parecem ter o toque Perry Mason o pobre ex-presidente conseguira afinal pelo menos uma reforma de 5 vezes o salário mínimo nacional...

E sobretudo que não foi o corta-fitas inocente, embora ninguém fale ainda da velha «sociedade» que pelo menos desde a Revolta dos Marinheiros tinha com Tenreiro...

• «Morreu o Almirante Américo Thomaz. Ontem, de manhã, na sua residência de Cascais, iniciava a viagem definitiva aquele que foi, durante dilatados anos, o Presidente português que mais milhas andou à roda do mundo.»

(«O Dia», 19 Set.)

«Fidelíssimo»...

• «A vida política de Américo Thomaz desenha-se sobretudo a partir de 1936 quando por serviços prestados ao Estado Novo desponta como um «fidelíssimo» num ramo das Forças Armadas geralmente considerado como o mais resistente às ideias da ditadura e onde sempre se manteve uma forte tradição de pensamento liberal.

O seu primeiro cargo foi chefe de gabinete do ministro da Marinha, subindo depois a presidente da Junta Nacional da Marinha Mercante, entre 1940-44 e em 6 de Setembro de 1944 foi empossado como ministro da Marinha, com a patente de capitão-de-mar-e-guerra.

A sua actividade à frente daquela pasta revelou Américo Thomaz como um dos mais eficazes e solidários ministros de Salazar. Ocupou as funções durante 14 anos ininterruptos até ser escolhido para defrontar o general Humberto Delgado nas eleições de 1958 para a presidência da República e dentro dos parâmetros de desenvolvimento definitivos pelo regime impôs-se por grande dinamismo e eficácia. (...)

Américo Thomaz ocupou de qualquer forma a Presidência da República até ao derrube do regime em 25 de Abril de 1974, sendo reeleito duas vezes por um colégio eleitoral, sucessivamente em 1965 e 1972.»

(«A Capital», 18 Set.)

... ao fascismo

• (...) Só Thomaz não ousou nunca distanciar-se de Salazar. Candidato em 58 contra Delgado, foi o único que se viu obrigado ao confronto nas urnas, com a consequente outorga de uma «vitória» obtida à custa das mais descaradas falcatruas. Foi por isso também o único a ver-se posteriormente reeleito em colégios eleitorais restritos e envergonhados, especialmente fabricados por Salazar na revisão constitucional de 1959.

O destino histórico tem, porém, as suas ironias. Salazar, que sempre tratara Thomaz como um simples «factotum», deixou-o sozinho face à mais importante das responsabilidades institucionais dum Presidente da República do Estado Novo: a sua própria substituição. (...)

Nos anos que se seguem Thomaz não será só o discreto e simplório Presidente das inaugurações e visitas. Será também o pólo aglutinador da extrema-direita do regime, o garante máximo da continuidade da política de defesa a todo custo do Ultramar e de restrições das liberdades. Pela primeira vez, o Estado Novo deixara de obedecer a uma chefia única e incontestada para se dividir em dois pólos de poder, num sistema em que o presidencialismo bicéfalo de que Caetano falara parecia assumir uma nova feição, prenhe de tensões entre as duas cabeças, até uma delas abdicar de veleidades autonomistas. A reeleição de Thomaz em 1972, com Caetano a desistir de apresentar Spínola como alternativa, marcou porém a vitória da extrema-direita do regime que Thomaz personificava. Uma vitória que arrastaria afinal a breve trecho a própria morte do regime.»

(António Reis, «O Jornal», 25 Set.)

Destas misérias...

• «(...) A circunstância de o último Presidente do Estado Novo ter vendido nos últimos anos muitos objectos pessoais e lembranças que lhe haviam sido oferecidas por ocasião das suas viagens a terras de África e ao Brasil, deixava perceber a existência de sérias dificuldades económicas que, de resto, Tomás nunca escondeu junto dos seus amigos. Antigos colaboradores do regime, e que de alguma maneira se mantiveram fiéis ao velho almirante, confirmaram a notícia publicada, a semana passada, pelo «Expresso», segundo a qual o antigo Presidente teve de se desfazer de valores considerados por si inestimáveis. (...)»

(«Expresso», 26 Set.)

... não se vive nada mal!

• «Gertrudes Tomás receberá da Caixa Geral de Aposentações cerca de 750 contos relativos a seis meses da pensão de reforma que estava atribuída ao antigo Presidente do Estado Novo e ex-almirante da Marinha, Américo Tomás. A viúva passará, entretanto a dispor de uma pensão mensal vitalícia da ordem dos 65 contos, equivalente a metade do valor da aposentação que o marido recebia.

O processo de atribuição destas percentagens sobre aqueles encargos, ainda que não constitua qualquer ilegalidade, surpreende pelo montante, visto que poucos sabiam da existência de uma pensão de reforma tão elevada (cerca de 130 contos) como aquela que era dada ao último representante da ditadura. Na verdade, Américo Tomás recebia à data da sua morte uma aposentadoria de valor muito próximo ao do ordenado de um almirante de três estrelas.

(...)

Américo Tomás, que foi expulso das Forças Armadas em consequência da Revolução de Abril, nunca chegou a ser reintegrado na Marinha, apesar da existência de uma proposta feita nesse sentido, em 1980, pelo actual chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Sousa Leitão. Recorde-se, no entanto, que o assunto não chegou a ser discutido no Conselho da Revolução, que era nessa altura o órgão competente para promover e concluir o processo de reintegração. Se tal tivesse sido feito, Américo Tomás estaria à data da sua morte a receber uma reforma de valor idêntico à pensão que estava a receber na qualidade de cidadão civil.»

(«Expresso», 26 Set.)

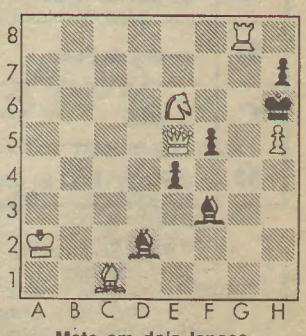
Xadrez

CXXI – 1 de Outubro de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 121
Por: P. Monreal
«Schach Echo», 1965

Pr.: [6]: Ps.é4, f5, h7-Bs.d2, f3--Rh6

Br.: [6]: Ph5 – Cé6-Bç1-Tg8-Dé5--Ra2



Mate em dois lances

JOGO N.º 121
Interzonal de Szírak, Hungria/1987
Br.: Ljubojevic – **Pr.:** Nunn
1. é4, é5; **2.** Cf3, Cc6; **3.** Bb5, a6; **4.** Ba4, Cf6; **5.** 0-0, Bé7; **6.** Té1, b5; **7.** Bb3, 0-0; **8.** ç3, d5; **9.** é:d5, C:d5; **10.** C:é5, C:é5; **11.** T:é5, ç6; **12.** d4, Bd6; **13.** Té2, Dh4; **14.** g3, dh3; **15.** Cd2, Bf5; **16.** Bç2, B:ç2; **17.** D:ç2, f5; **18.** ç4, Dg4; **19.** Té6, Cf4; **20.** T:d6, Taé8; **21.** ç:b5, Té2; **22.** Dç4+, Rh8; **23.** D:é2, C:é2+; **24.** Rg2, f4; **25.** b:ç6, f:g3; **26.** h:g3, Cf4+ e as brancas abandonam.

SOLUÇÃO N.º 121

N.º 121 (P. M.):

Chave: 1. Dd6 Ameaça: **2.** Cf4 ++
1. ..., Bd5; **2.** Cg7 ++
1. ..., R:h5; **2.** Dh2 ++
1. ..., B:h5; **2.** Df8 ++

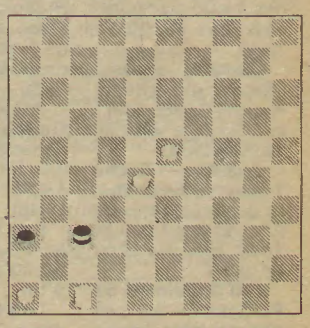
■ **A. de M.M.**

Damas

CXXI – 1 de Outubro de 1987
PROPOSIÇÃO N.º 121
Por: Isidore Weiss, 1936

Pr.: [2]: 36 – (37)

Br.: [4]: 23-28-46-(47)

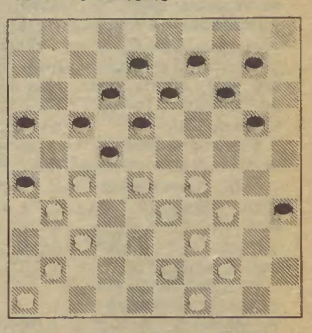


Jogam as brancas e ganham

GOLPE N.º 121
Por: Isidore Weiss
(Executado em 1900 contra o Dr. Dussaut)

Pr.: [13]: 8-9-10-12-13-14-16-17--18-20-22-26-35

Br.: [13]: 27-28-29-31-33-34-37--39-41-43-44-46-49



Jogam as brancas e ganham

Isidore Weiss (1867-1936) foi campeão do Mundo de 1894 a 1912! Foi um compositor brilhante. Publicou: «Tactique et stratégie du jeu de Dames» (1910), «250 Positions Nouvelles» 1936)...

SOLUÇÕES DO N.º CXXI

N.º 121 (I. W.): 46-41 e 47-42!+
Golpe n.º 121 (I. W.): 34-30 (35x24) 37-32 (26x37) 29-23 (18x38) 27x7 (38x27) 41x3+

■ **A. de M.M.**